

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO” - UNESP**

MAÍRA OURIVEIS DO ESPÍRITO SANTO

**LUTAS SOCIAIS E CIBERESPAÇO: O USO DA INTERNET PELO
MOVIMENTO PASSE LIVRE NAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE
2013 EM SÃO PAULO**

MARÍLIA

2014

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO” - UNESP

**LUTAS SOCIAIS E CIBERESPAÇO: O USO DA INTERNET PELO
MOVIMENTO PASSE LIVRE NAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE
2013 EM SÃO PAULO**

Dissertação apresentada como parte integrante dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília.

Linha de Pesquisa: Determinações do mundo do Trabalho: Sociabilidade, Política e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Giovanni Antonio Pinto Alves.

MARÍLIA

2014

Espírito Santo, Maíra Ouriveis do.
E771 Lutas sociais e ciberespaço: o uso da Internet pelo movimento passe livre nas manifestações de junho de 2013 em São Paulo / Maíra Ouriveis do Espírito Santo. – Marília, 2014.

123 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2014.

Bibliografia: f. 99-105

Orientador: Giovanni Antonio Pinto Alves.

1. Movimentos sociais. 2. Redes sociais. 3. Internet. 4. World Wide Web (Sistemas de recuperação da informação).
I. Título.

CDD 321.24

FOLHA DE APROVAÇÃO

MAÍRA OURIVEIS DO ESPÍRITO SANTO

**LUTAS SOCIAIS E CIBERESPAÇO: O USO DA INTERNET PELO
MOVIMENTO PASSE LIVRE NAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013
EM SÃO PAULO**

Dissertação para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília.

Linha de Pesquisa: Determinações do mundo do Trabalho:
Sociabilidade, Política e Cultura.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Giovanni Antonio Pinto Alves – UNESP/Marília, SP – orientador.

Prof. Dr. Rodrigo Czajka - UNESP/Marília, SP.

Prof. Dr. Pablo Ortellado – USP/São Paulo, SP.

SUPLENTE

Prof. Dr. Francisco Luiz Corsi - UNESP/Marília, SP.

Ariovaldo Santos – UEL/Londrina, PR

Marília, 20 de Janeiro de 2014.

In memoriam

À minha vó Visa,
por ser parte essencial do que sou e por estar presente em tudo que faço.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho teve início, em forma ainda de ideia, no fim da graduação. Começou a ganhar forma durante o primeiro ano de mestrado na Universidade de Coimbra, em Portugal. Ficou mais claro com o retorno à casa, a FFC de Marília. E aqui ganhou a cara que tem hoje. Assim, o caminho percorrido desde a idealização desta pesquisa até a sua concretização foi longo, e muitos contribuíram neste processo. Agradeço a todos que de alguma forma me ajudaram a concebê-lo, abertos para lidar com os momentos de angústia, mas também lado a lado para comemorar as realizações.

À família agradeço pelo incentivo em todos os momentos. Tios, tias, irmãos, primas primos, sobrinhas, e os “alguma coisa” da família: sem vocês, sempre presentes e participativos em toda a minha formação, certamente não teria chegado onde estou. Digo isso não somente no âmbito acadêmico.

À minha mãe, Onilda, e ao meu pai, Léo, qualquer agradecimento seria pouco. Obrigada por sempre estarem abertos e dispostos a aceitar e incentivar minhas ideias. Inclusive a desistência delas, às vezes. Só me tornei o que sou hoje, e consegui todas essas realizações, por conta do ambiente e vivências que vocês sempre me proporcionaram. O resultado disso é que o novo nunca me assustou. E o diferente nunca me deu medo, pelo contrário, despertou minha curiosidade. E ter a certeza de que posso contar com o apoio incondicional de vocês é o que me leva a sempre querer mais e a sempre tentar alguma coisa nova. Felizmente, posso dizer até mesmo naquilo que (acho que) errei, no fim acabei acertando!

Aos meus amigos agradeço por serem a minha outra família. Nessas tantas idas e vindas por aí a vida me trouxe umas boas companhias pra essa caminhada. Vocês me ensinam muito e que sorte a minha de poder contar com vocês! Obrigada pelos cuidados e pela paciência. Sem vocês o rumo de tudo nesse período da concepção desse trabalho não teria sido o mesmo. Foram vocês que me mantiveram forte e em frente!

Ao professor Giovanni Alves, agradeço por ter aceito esta orientação ainda em terras portuguesas. A todos os outros professores que participaram das diversas bancas que passamos.

Ao Luca, representando o Movimento Passe Livre neste estudo, que se dispôs a conversar sobre o assunto e pacientemente respondeu a todas as minhas perguntas agradeço pela disponibilidade do tempo e pela confiança.

A todos aqueles que sabem do meu esforço para construir esse trabalho, num caminho todo sinuoso: muito obrigada!

RESUMO

Desde início da segunda década do século XXI várias movimentos sociais ao redor do globo ganharam grande projeção e em muito devido à utilização da internet em suas lutas, mais especificamente as redes sociais. Em Junho de 2013 as ruas da cidade de São Paulo foram tomadas por milhares de pessoas, chamadas pelos atos do Movimento Passe Livre (MPL), como há muito não se via no país e que ficaram conhecidas como Jornadas de Junho. O uso da rede de computadores, nesse contexto, foi marcante, com isso o objetivo deste trabalho é analisar como o Movimento fez uso das ferramentas da rede no período das manifestações. Para tanto, além da revisão bibliográfica de trabalhos sobre o tema foram também realizada coletas de dados diretamente das páginas do Movimento em redes sociais e no site do mesmo, bem como foi realizada uma entrevista com um dos membros da Comissão de Comunicação do MPL, podendo assim unir teoria, o discurso do movimento e a sua atuação de fato na rede. Dessa forma foi possível observar que o MPL, um dos poucos movimentos sociais no país que já despertou para as possibilidades de uso da rede na construção de suas lutas, durante as Jornadas construiu no ciberespaço mais um espaço de discussão, de informação, de contrainformação e de divulgação de materiais que mostravam outras versões dos fatos, divergentes daquelas veiculadas na grande mídia. Isto posto é possível traçar algumas considerações que apontam e ratificam a internet como um elemento importante para aqueles que não possuem espaço nos grandes meios de comunicação, por ser um ambiente de circulação de informações e conteúdos muito mais livre e acessível do que meios mais tradicionais como televisão, jornais e rádio. Sendo assim, exemplo de atuação a ser seguido por outros movimentos sociais no Brasil.

Palavras-chave: Jornadas de Junho; Movimento Passe Livre; Movimentos Sociais; Internet; Redes sociais.

ABSTRACT

Since the beginning of the second decade of the XXI century various social movements around the globe have gained great projection and much due to the use of the internet in their campaigns, specifically social networks. In June of 2013 the streets of the city São Paulo were taken by thousands of people, in manifestations convoked by the Movimento Passe Livre (MPL), with such adhesion as not seen in the country for a long time and became known as the Jornadas de Junho. The use of the computer network, in this context, was significant, thus the purpose of this work is to analyze how MPL has made use of the tools of the internet during the protests. Therefore, in addition to the literature review of studies on the subject were also carried out data collection directly from the pages of the movement on social networks and in their website, as well as an interview was conducted with one of the members of the Commission of Communication of MPL, uniting, this way, theory, the discourse of the movement and its concrete activities on internet. Thus it was possible to observe that MPL, one of the few social movements in the country who have awakened to the possibilities of using the network in building their fights, during the period of the protests built in cyberspace one more forum for discussion, information, and counter-information and space for disclosure of materials that showed other versions of the facts different from those conveyed in the mainstream media. That said it is possible to draw some considerations pointing and ratifying the internet as an important element for those who do not have space in major media, being an environment information and content flow, more free and accessible than traditional means such as television, newspapers and radio. Thus it is an example of procedure to be followed by other social movements in Brazil.

Keywords: Jornadas de Junho; Movimento Passe Livre; Social Movements; Internet; Social Networks.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	14
Capítulo 1 – Movimento Passe Livre em São Paulo: do surgimento às Jornadas de Junho...	20
Capítulo 2 - Meios de comunicação e internet: pensar as possibilidades e limites para os movimentos sociais	49
Capítulo 3 – Movimento Passe Livre e internet: análise dos usos da rede pelo movimento durante as manifestações de Junho de 2013	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	99
ANEXOS	106

APRESENTAÇÃO

Conhecer as multifaces da internet e compreender todas as oportunidades criadas por seu uso é um grande desafio devido à imensidão de caminhos abertos pelo uso da rede. Dentre essa gama de possibilidades, a escolha de pensar a relação possível entre internet e movimentos sociais ainda é uma das mais controversas ao ser discutida, principalmente devido ao papel da rede no sistema capitalista atual: elemento fundamental para a troca de capital de forma cada vez mais rápida e sem barreiras. Fato que não diminui a relevância que o uso da internet pode ganhar se utilizada pelos movimentos sociais para expor suas discussões, fazer com que sua luta ganhe maior abrangência e contrapor-se às versões da mídia tradicional em relação aos acontecimentos ligados aos movimentos.

É nesse sentido que esta pesquisa se propõe a analisar uma relação em específico: o uso da rede e o Movimento Passe Livre (MPL). O objetivo, portanto, é inicialmente entender de que forma o Movimento fez uso da internet durante as Jornadas de Junho para podermos traçar observações gerais sobre a possível contribuição que o uso da rede trouxe na construção e desenrolar dessas manifestações e da luta do MPL. A escolha deste movimento, e não de tantos outros, se justifica por conta das proporções alcançadas pelas Jornadas de Junho. Este nome se refere à série de manifestações marcadas pelo MPL ocorridas em Junho de 2013 em São Paulo, inicialmente em torno da pauta do reajuste da passagem do transporte público.

Mesmo sabendo da proximidade dos fatos (as manifestações em Junho de 2013 e o estudo sendo realizado no segundo semestre do mesmo ano) e das dificuldades em analisar um objeto que ainda está em processo de acontecimento, onde as consequências ainda não são muito claras, é necessário que sejam feitos exercícios interpretativos sobre o momento das Jornadas. Para tanto, o trabalho segue por três caminhos paralelos com o fim de construir um cenário mais claro sobre este advento. Assim, fazemos uso de uma bibliografia ligada aos temas de movimentos sociais, de internet, de mídia e também mais específicos sobre as Jornadas. Paralelamente, realizamos ainda muito próximo a Junho, em Setembro de 2013, uma entrevista semi-estruturada com Luca, um dos integrantes do MPL, da comissão de comunicação do Movimento. E também fizemos uma análise do material postado durante o mês de Junho no site do Movimento e em seus perfis nas redes sociais. Dessa forma, juntamos embasamento teórico, o discursos do Movimento sobre o seu uso da rede e o que de fato fizeram na internet.

Aproveitamos aqui para justificar o motivo da realização de apenas uma entrevista. Inicialmente a proposta era de falarmos com mais membros do Movimento, em torno de dez. Contudo a proposta precisou ser alterada quando entramos em contato com o MPL. O próprio Movimento determina que apenas uma pessoa fale do assunto, pois alegam que seria redundante falar com mais de uma, visto que se temos o interesse em saber o discurso do Movimento, não há por que falar com vários integrantes: o discurso é o mesmo, e todos nos repassariam a mesma coisa. Apesar de algumas discordâncias em relação a isso, principalmente por acreditar que vários entrevistados poderiam trazer elementos diferentes para o estudo, inclusive demonstrar contradições dentro do próprio movimento, acima de tudo foi preciso respeitar as condições do MPL e de sua organização.

Sem a pretensão de esgotar a discussão deste tema, o trabalho se estrutura da seguinte maneira. No capítulo 1 realizamos uma abordagem sobre a formação do Movimento Passe Livre e sua subsequente expansão, para assim podermos ter elementos para compreender o momento mais marcante desta luta, até o momento: as manifestações de Junho de 2013 pela revogação do aumento da passagem em São Paulo. Para tanto serão elucidadas quais são as motivações do movimento, qual sua pauta de reivindicações, como se dá sua estrutura de organização interna, como estabeleceram ao longo dos anos suas estratégias de comunicação e, por fim, o histórico de manifestações e atos convocados pelo movimento.

No segundo capítulo discorreremos sobre dois pontos que são centrais na linha de raciocínio deste trabalho: internet e mídia oficial no Brasil. Trata-se, portanto, de falar sobre o surgimento da internet, a formação do ciberespaço, a relevância deste para a atual configuração do sistema capitalista, as mudanças pela qual a rede passou durante seu constante desenvolvimento, a abrangência da rede no Brasil, suas possibilidades de uso e por que os movimentos sociais enxergaram na internet um aliado nas suas lutas. Para podermos enxergar a relevância do uso da rede para os movimentos, será necessário entrarmos na questão da formação da mídia no país, pois somente ao mostrar que esta atende a interesses de determinados grupos e setores podemos enxergar o contraste em relação a internet, onde há uma liberdade muito maior para a comunicação e veiculação de material.

Diferentemente dos capítulos anteriores, onde a pesquisa toma por base a revisão bibliográfica, o capítulo 3 tem como objetivo trazer novos elementos para essa discussão. Dessa forma, será feito uso de material coletado no site oficial do MPL, e nos perfis deste nas duas principais redes sociais, o Twitter e Facebook. E, assim como nos outros dois capítulos,

trechos da entrevista com o membro do MPL também são utilizado, porém neste capítulo de forma muito mais frequente.

Por fim, realizamos uma retomada das discussões apresentadas ao longo do estudo, de forma a sintetizar o assunto aqui em pauta e organizar as idéias expostas, para assim, podermos tecer algumas considerações finais. Estas não podem, acima de tudo, ser encaradas como conclusões, mas sim como um passo ainda inicial em um tema que possui diversos aspectos a serem explorados.

INTRODUÇÃO

A criação, desenvolvimento e, posterior, expansão da internet, rede mundial de computadores, trouxe mudanças significativas para a organização da sociedade de hoje. A economia neoliberal depende do suporte técnico oferecido pela rede para sustentar seu fluxo de trocas. A produção e distribuição de bens estão diretamente ligadas à rede. O campo da política tem sofrido alterações marcantes desde que a sociedade civil descobriu na internet um novo ambiente de discussão e atuação. Dessa forma, há muitos aspectos da internet a serem explorados e sua relevância se dá, acima de tudo, pela necessidade de compreender a função que a rede de computadores possui no funcionamento da configuração atual do sistema capitalista. Somente assim, partindo do entendimento de como se organiza o sistema, é possível obter elementos para chegar a uma compreensão mais clara de como estes influenciam e determinam a vida social dos indivíduos.

A internet, segundo Manuel Castells (2003), tem suas raízes ligadas a um contexto de guerra fria, pois seu projeto inicial, conhecido como Arpanet, foi desenvolvido em 1969 por uma agência do governo americano ligada aos serviços de defesa nacional. Esta agência, Advanced Research Projects Agency (ARPA), havia sido criada em 1958 com o objetivo de conseguir recursos de pesquisa, em especial no ambiente universitário, para que os norte-americanos alcançassem uma posição tecnologicamente superior em relação à União Soviética, que no ano anterior havia lançado o primeiro dos Sputniks. Ou seja, a criação da rede se deu em um ambiente acadêmico-militar, mas após algumas décadas, conforme foi passando por mudanças, se tornou mais acessível para os usuários comuns, principalmente devido à apropriação da internet pelo setor privado.

Este processo de popularização da rede só foi possível devido a investimentos privados e à política neoliberal. Em 1996, nos Estados Unidos, foi aprovada a Lei das Telecomunicações que desregulamentava este setor, abrindo espaço para que qualquer interessado pudesse adentrar esta indústria. Robert Brenner (2003) afirma que nesta época o desenvolvimento da internet parecia ser uma oportunidade sem antecedentes e sem restrições para a criação de uma rede de comunicação que fosse eficiente e fácil para ser usada no campo dos negócios. A mesma companhia poderia instalar indústrias e escritórios nos mais diversos países pelo mundo, pautando a sua decisão de onde iriam ser colocadas essas novas sub-sedes pensando em se dirigir para onde o capital pudesse obter rendimentos mais substanciais. O capitalismo necessita manter o capital em constante movimento para que

o sistema se sustente e se expanda (HARVEY, 2011). É nesse sentido que a internet tem tamanha relevância para os capitalistas e a vida de suas empresas. A internet serviu para coordenar as atividades dos diversos pontos espalhados das empresas, ao facilitar tanto a comunicação entre estes quanto facilitando (e acelerando) o fluxo de capitais, encurtando distâncias geográficas e poupando tempo de deslocamento de materiais.

Essa expansão, aliada a mudanças nas legislações trabalhistas, relaxamento no controle de troca de mercadorias entre os países e abertura comercial e financeira das economias nacionais, tornou possível a configuração atual do sistema capitalista, e fez da internet seu instrumento básico. Dentro do projeto político neoliberal a internet tem papel central já que, segundo David Harvey (2011) com uso da rede o capital hoje em dia está num estágio nunca antes visto de movimento sem atrito. Isso se dá por conta da existência do ambiente virtual conhecido como ciberespaço, um meio utilizado pelas empresas para viabilizarem a sua descentralização e manter seus fluxos de trocas financeiras sem grandes impedimentos. É relevante, inclusive, citar que o surgimento da internet dinamizou capitais excedentes de outras áreas, o que fez desta mais um espaço de acumulação. Exemplo disso são empresas que prestam serviços ligados à manutenção e funcionamento do ciberespaço, como provedores e mecanismos de busca.

Outro elemento crucial para que a internet chegasse ao alcance que possui hoje foram as mudanças na linguagem e nos próprios aparelhos. Antigamente a criação de um site era privilégio daqueles que tinham um conhecimento avançado de programação informática. Os usuários comuns apenas conseguiam acessar os sites e consumir as informações que ali estavam postadas, ou, no máximo, podiam enviar e-mails para uma lista de amigos. Mas o aparecimento de sites que possibilitam a todos a criação e publicação de conteúdos mudou a forma de se vivenciar a rede. Os blogs são exemplos desta mudança significativa. Neles qualquer pessoa sem muitos conhecimentos das ciências da computação pode ter o seu próprio endereço eletrônico e assim postar para toda a rede os materiais que mais lhe interessassem. Isso ampliou claramente o número de indivíduos que criam e enviam informações, e não apenas recebem e digerem. Outro fator importante, porém mais recente, foi o desenvolvimento das chamadas redes sociais virtuais, como o Facebook, o Twitter, o Instagram e o Youtube. Dessa forma, os blogs deram ao usuário o poder de produzir e disponibilizar conteúdos, mas as redes sociais modificaram a maneira com que estas informações são divulgadas. Soma-se a isso a questão da portabilidade que se deu com a

diminuição do tamanho dos aparelhos e o desenvolvimento das tecnologias sem fio, tornando possível que as pessoas coloquem na rede os materiais que desejem de qualquer lugar que estejam com acesso à rede.

Frente às diversas possibilidades de uso que a rede proporciona, os usuários comuns tem utilizado a rede não só como instrumento de comunicação entre si, mas também como espaço de articulação de grupos, organizações e instituições. É nesse contexto que os movimentos sociais enxergaram na internet uma possibilidade para divulgar suas causas, lutas e estabelecer um diálogo direto com a sociedade sem depender dos grandes veículos de informação. Graça Caldas (2011) aponta que um novo tipo de coronelismo acontece através do controle da mídia: esta, que devia prezar pelo pluralismo sociopolítico, acaba sendo privilégio de poucos e é elemento essencial na manutenção do poder das elites. Tal afirmação se justifica pelo fato de que no Brasil as emissoras de rádio e TV são concessões do governo e a maneira com que elas foram feitas, na década de 1980, favoreceu empresários e políticos que caminhavam lado a lado com o governo, pois pela legislação era o presidente quem assinava a liberação dos canais para os interessados. Vale ressaltar que nos últimos anos da década de 80 o presidente do país era José Sarney e o ministro das comunicações era Antônio Carlos Magalhães. Nesta época em especial as novas concessões de rádio e de canais de TV foram utilizadas como moeda de troca no jogo político e tiveram papel fundamental nas negociações de mais um ano de duração para o governo Sarney. Sendo assim, somente seriam favorecidos com o privilégio do controle dos meios de comunicação em massa aqueles que não demonstrassem desacordos em relação à política vigente, aqueles que não utilizariam a radiodifusão de maneira que ameaçasse a coesão social.

Sem dúvidas, este contexto é completamente desfavorável para os movimentos sociais, pois estes não podem contar com os grandes veículos de comunicação para divulgação de suas idéias e encontrar uma via de comunicação com a sociedade é essencial para que os movimentos consigam mostrar a sua versão dos fatos. É, então, que a internet pode ser uma alternativa viável. Tal descoberta dá aos movimentos sociais uma nova voz, muito mais abrangente e forte, pois pelo uso da internet conseguem espaço para legitimar seus discursos.

Um dos primeiros movimentos que se apropriou de forma bem sucedida do ciberespaço é o Exército Zapatista de Liberação Nacional (EZLN), do México (MORAES, 2000; HILSENBECK FILHO, 2004). Inicialmente, em meados da década de 1990, com a utilização de lista de e-mails, o movimento conseguiu compartilhar de forma rápida

informações com muitos interlocutores acerca de como se encontrava a situação no país, quais eram seus propósitos e como fariam para alcançar o almejado. Já no cenário brasileiro um dos poucos exemplos que se tem é do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) (MILHOMENS, 2009), que faz uso do ciberativismo para se articular em rede. Tal forma de ação torna possível que seus militantes interajam com indivíduos dos mais diversos lugares do mundo, o que, conseqüentemente, propaga suas idéias de forma rápida e abrangente.

Nos últimos anos alguns movimentos ganharam projeção internacional por terem conseguido mobilizar um grande número de pessoas, todos com um ponto em comum: a utilização da internet como instrumento para articulação e divulgação de informações e materiais, como fotos, vídeos e textos. A série de manifestações conhecidas como Primavera Árabe, o movimento Occupy Wall Street e os Indignados são os exemplos mais emblemáticos que acabaram por influenciar diversos movimentos de contestação que se espalharam por vários países.

Cronologicamente, a Primavera Árabe foi o primeiro destes movimentos a se organizar. O nome remete a chamada “Primavera de Praga” de 1968, quando, na Tchecoslováquia, o primeiro secretário do partido comunista, com apoio tanto popular quanto de intelectuais, realizou reformas com o objetivo de promover a descentralização da economia e o aumento das liberdades individuais (FERABOLLI, 2012). No mundo árabe o início das movimentações se deu na Tunísia, em Dezembro de 2010, quando Mohamed Buazizi jovem de 26 anos, vendedor de hortaliças, decidiu pela autoimolação depois de ter sido agredido por policiais ao se negar a se pagar propina para comercializar seus produtos. Sua morte, um ato de protesto contra o abuso de poder policial, ganhou o mundo depois que foi relatada na internet pelo Facebook, juntamente com imagens do protesto organizado por seus amigos em frente a prefeitura da cidade de Sidi Bouzid, onde moravam. O presidente Ben Ali que ocupava tal cargo há mais de 20 anos bloqueou sites na internet, mas não conseguiu evitar sua renúncia depois de uma série de manifestações (OLIVEIRA, 2012).

O Egito seguiu o mesmo caminho. Alguns meses antes uma situação parecida havia acontecido com um jovem de 28 anos que documentava ações de policiais corruptos. O rapaz, Jalid Said, foi espancado até a morte e por meio da internet, em especial das redes sociais, a população foi sendo informada e convidada a protestar. Em Janeiro de 2011 os egípcios estavam na rua, ocupando a praça Tahrir no Cairo, conta a corrupção policial, a opressão, os níveis de desemprego e o projeto político de Hosni Mubarak, que estava no poder há quase

30 anos e planejava colocar seu filho em seu lugar. Assim como na Tunísia, no Egito os provedores de internet foram bloqueados e também as linhas de telefonia móvel (OLIVEIRA, 2012). Mesmo assim, em Fevereiro Mubarak, em meio às manifestações, renunciou. As revoltas se espalharam para vários outros países árabes, como Líbia, Iêmen, Síria, Argélia, Marrocos, Bahrein, Jordânia e Omã, e ainda estão em curso e com resultados diferentes em cada país. Alguns governantes acataram os pedidos vindos das ruas e promoveram mudanças na tentativa de acalmar a população. Outros conseguiram derrubar seus líderes políticos. Mas de forma geral, a região ainda espera para ver o resultado desta Primavera.

Ao mesmo tempo que as agitações nos países árabes começaram a se intensificar na Espanha notava-se uma movimentação popular se formando. Estimulados pelo alto índice de desemprego (em especial entre os jovens, que chegava a quase 50%) e pelos cortes realizados pelo governo nos orçamentos de áreas como educação, saúde e serviços sociais para tentar atenuar os efeitos da crise financeira mundial (CASTELLS, 2013) um grupo no Facebook, chamado “Plataforma de Coordenação de Grupos Pró-Mobilização Cidadã” foi organizado, sendo que após algum tempo, conforme as discussões foram se desenrolando e ganhando mais participantes, o grupo passou a ser conhecido com “Democracia Real Ya!”. A partir daí foi criado um fórum, um blog e uma lista de e-mails a fim de expandir a capacidade de comunicação do grupo e divulgar mais amplamente suas idéias. É importante ressaltar que apesar de haver troca de informações por meio do ciberespaço, os integrantes destes grupos também se reuniam pessoalmente. Foi dessa forma que marcaram um protesto para 15 de Maio de 2011, uma época estratégica levando em conta que as eleições municipais seriam realizadas dia 22 daquele mês.

Atendendo aos chamados do grupo, a população saiu às ruas pelo país inteiro no que ficou conhecido como 15M, referente à data do protesto, um evento emblemático para os Indignados. Este nome foi dado pela mídia por conta do panfleto “Indignez-vous!” divulgado alguns meses antes por um ex-diplomata filósofo francês de 93 anos, chamado Stéphane Hessel. Os Indignados acamparam na Puerta del Sol, uma das principais praças de Madri, e, no dia seguinte, em Barcelona, manifestantes também ocuparam a praça Catalunya. Logo, mais de 100 cidades espanholas tinham espaços públicos ocupados, onde realizavam assembleias, discussões, formação de comissões para os debates e divisões de tarefas para o funcionamento básico da ocupação (como alimentação, instalações sanitárias, etc.). E foi por meio da internet que os ocupados conseguiam chamar mais gente para juntar-se a eles, ou

somente para participar das discussões. Logo, mais de 800 cidades no mundo passavam por processos parecidos (CASTELLS, 2013).

Alguns meses depois, em Setembro de 2011, tiveram início os protestos em Nova York. Aqueles que se denominavam os 99%, número referente à porcentagem de pessoas afetadas pela desigualdade econômica, fizeram do Zuccoti Park seu local de concentração devido à localização deste no distrito financeiro de Manhattan, perto da famosa Wall Street, rua onde se localiza a bolsa de valores de Nova York, vista como o coração financeiro do país, capaz de influenciar diretamente o sistema financeiro mundial (PESCHANSKI, 2012). Em várias outras cidades dos Estados Unidos foram organizadas ocupações com o mesmo intuito da realizada no parque nova-iorquino: expressar o desagrado em relação ao aumento da desigualdade na distribuição da riqueza entre o 1% mais rico da população e fazer da ocupação um espaço de debate para a construção de um projeto de sociedade que satisfizesse as demandas dos manifestantes. Apesar de os Indignados e o Occupy terem sido apontados como movimentos que não tinham uma pauta muito clara nem uma proposta de como resolver os problemas apontados sua contribuição é inquestionável quando se pensa que contribuíram enormemente para a retomada das discussões políticas no âmbito popular.

O exemplo mais marcante, no Brasil, dos protestos dos últimos anos que segue a mesma lógica dos acima citados é as várias manifestações conhecidas como Jornadas de Junho que ganharam as ruas de São Paulo durante todo o mês de Junho de 2013. Encabeçadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), as manifestações foram gradualmente ganhando massa conforme os vários atos foram realizados. Apesar de serem semelhantes aos movimentos dos Indignados, do Occupy e da Primavera Árabe por terem usado a internet como um instrumento de articulação e não terem nenhum partido político a frente de sua organização há uma grande diferença entre os movimentos internacionais supracitados e os de Junho no Brasil. Aqui a pauta inicialmente era clara: a luta contra a revogação do reajuste do preço dos transportes públicos em São Paulo. De qualquer forma, estas Jornadas serão mais bem exploradas na continuação deste trabalho.

Capítulo 1: Movimento Passe Livre em São Paulo: do surgimento às Jornadas de Junho

Conhecer de forma mais profunda o movimento social que abordamos neste trabalho é essencial para a construção de forma mais clara deste. Para compreendermos que as Jornadas de Junho não foram um raio em céu azul (JUDENSNAIDER, 2013) é necessário elucidar como o movimento foi fundado, qual a bandeira levantada por eles, como se organizam e qual seu histórico de lutas. A exploração destes itens ligados à história do MPL é de inquestionável relevância para a compreensão das Jornadas, visto que através deste panorama é possível enxergar que a luta foi sendo construída e fortificada gradativamente e que, portanto, as manifestações de Junho em São Paulo não foram um fenômeno isolado e descontextualizado.

Apesar de o nascimento do MPL remeter ao V Fórum Social Mundial, evento organizado por movimentos sociais de muitos países, ocorrido em Janeiro de 2005 em Porto Alegre, este foi apenas o marco formal da criação do movimento. Diz-se isso, pois há alguns anos já aconteciam protestos em relação aos preços das tarifas do transporte público que foram importantes fatos na origem do movimento. Exemplos disso são a Revolta do Buzu, que se deu em 2003 em Salvador e a Revolta da Catraca, em Florianópolis no ano de 2004. A primeira não conseguiu barrar o reajuste da passagem de ônibus proposto, mas conseguiu que o direito a meia-passagem fosse estendido a pós-graduandos, que fosse usado nas férias, domingo e feriados, que a cota diária de uso de meia-passagem fosse aumentada, que esta fosse aceita inclusive em vans do transporte complementar, que o Conselho Municipal de Transportes fosse reaberto e que fosse criada uma Comissão para Estudos de desoneração de Tarifa (MANOLO). Já a revolta em Florianópolis conseguiu a revogação do aumento da passagem e a aprovação da lei do passe livre estudantil. Também em 2004, em São Paulo, é criado o Comitê do Passe Livre. (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013e).

A partir desse impulso popular se deu a Plenária Nacional do Passe Livre, no evento acima citado em Porto Alegre. Foi neste momento que foi escrita e aprovada a Carta de Princípios do movimento, que posteriormente passou por modificações, já que *a priori* o defendia-se o passe livre estudantil, contudo, agora, luta-se pelo passe livre irrestrito. Em entrevista, o Movimento esclarece:

a primeira defesa era do Passe Livre estudantil, só que ao longo dos anos, historicamente vai tendo um acúmulo, vai tendo uma percepção que é algo muito mais que pra estudante, o direito à cidade não é só pra quem estuda, pra quem é desempregado. Beleza, essas pessoas estão numa situação mais complicada às vezes, talvez isso justifique uma meia passagem, mas não: transporte tem que ser direito pra todo mundo. Tem que ser direito pro pai que trabalha, pro filho que estuda, pra mãe que trabalha também, ou às vezes

não trabalha porque tem essa relação de merda da sociedade de trabalho, mas enfim, é direito pra todo mundo, não é direito só pra você ir estudar. O Passe Livre estudantil quando implementando também tem muitas limitações. Vamos pensar em Brasília que tinha Passe Livre estudantil. Era uma passagem num tempo limitado e com limite também por valor, ou seja, era um numero limitado de passagens num tempo limitado do dia, era só pra você estudar, e a vida não se resume em só você estudar, nem inverter, vale transporte não tem que ser só pra você trabalhar, ele tem que ser um direito pra sua vida, ter direito de ir no lazer, tem que ter a possibilidade de ir no hospital e essa é a limitação da defesa do vale transporte, da defesa do Passe Livre estudantil, e é por isso que a gente defende algo maior, ainda mais depois de Junho, o caminho, o objetivo é único e claro: Tarifa Zero Universal. “Cabô”. (LUCA, 2013)

Os princípios (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013c) dizem respeito à organização nacional do movimento, que se define como autônomo, horizontal, apartidário e independente. A questão da autonomia diz respeito a auto-gestão, ou seja, os recursos financeiros do MPL são criados, administrados e geridos pelo próprio movimento, o que é um fator relevante para a independência deste, pois sem depender de doações de empresas, partidos, etc., o movimento tem maior liberdade para o direcionamento de seus recursos. A independência apontada como princípio organizativo é em relação ao movimento não estar atrelado a partidos, ONGs, instituições religiosas e financeiras, etc. Já a horizontalidade é necessária para que todas as pessoas envolvidas no movimento tenham o mesmo poder de decisão, de liderança e voz, sem cargos instituídos, onde as informações são de acesso geral, e as responsabilidades por tarefas mais específicas devem ser rotatórias, para possibilitar que todos aprendam várias funções. O apartidarismo, por sua vez, não é sinônimo de antipartidarismo. O movimento se diz apartidário pois os partidos políticos não participam do MPL, mas como indivíduos, as pessoas dos partidos são aceitas desde que concordem com os princípios e objetivos do movimento. Essas pessoas, entretanto, não devem utilizar o MPL como elemento de projeção no cenário político, dessa forma o movimento não apoia candidatos a cargos eletivos. Ainda que estes princípios sejam respeitáveis, na prática eles tem pontos complicadores. Um deles é a questão da horizontalidade, de não haver cargos instituídos. Por esse trabalho vemos que dentro do Movimento existem comissões, ou seja, há os que tem papel mais decisivo fazendo parte destas e há os que não participam, já ocasionando assim uma quebra no princípio da horizontalidade. Outra questão é o apartidarismo. É compreensível e não há discordâncias de que não se pode impedir indivíduos filiados a partidos de participarem do Movimento, contudo não se pode ter a ilusão de que sua filiação não irá refletir nas decisões e nos rumos do MPL. Essa neutralidade não existe.

De toda forma, com esta Carta de Princípios selando um pacto federativo o movimento busca conferir autonomia para cada coletivo local desde que haja concordância com os princípios estabelecidos a nível nacional. Assim, já se pode visualizar melhor como o movimento se organiza, sendo distribuído em vários comitês locais, que devem construir uma rede de apoio mútua entre si, para assim construir um movimento que dê conta, verdadeiramente, de abranger o país todo. O Movimento também se propõe a ser um meio para a construção de uma outra sociedade, contra a concepção do transporte público como mercadoria, e buscando a transformação para que este seja visto como um direito de fato, público, gratuito e de qualidade, sem a participação da iniciativa privada. Mas não somente isso. O movimento se propõe a lutar contra a criminalização dos movimentos sociais e a repressão, sempre se colocando contra todo tipo de preconceito, se articular com outros movimentos que também contestem a ordem vigente, questionando os limites do capitalismo, por mais que não fique claro no discurso do Movimento se são um movimento socialista, ou outra coisa definida. Cabe aqui ressaltar que nesta carta, de 2005, já fica clara a aposta do movimento nas mídias alternativas, elemento de grande peso nas Jornadas de Junho em 2013, quando nas últimas linhas expõe o fato de que o MPL deve fazer uso de mídias alternativas, tendo em vista a desconfiança em relação aos interesses da grande mídia. (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013c).

Com o lema “Por uma vida sem catracas” e o símbolo de uma pessoa chutando e quebrando uma catraca, na apresentação do movimento em seu próprio site eles ressaltam que a catraca também tem uma conotação simbólica, pois não representa apenas as catracas dos ônibus e das entradas das estações de transporte coletivo. Ela diz respeito a desigualdades entre ricos e pobres, brancos e negros e homens e mulheres, portanto, o movimento se compromete em construir um combate contra todas as catracas que impeçam o acesso a espaços e serviços. É nesse sentido, de que a luta deve ser maior e ir além, que deixam claro que mesmo para questões de saúde e educação lutar pelo transporte gratuito é essencial, pois a impossibilidade de usufruir de um serviço público tão básico como o transporte só aumenta a desigualdade. A importância de buscar a gratuidade no transporte, em tratar este como direito de todos e não mercadoria se vê pelo fato de que no Brasil “35% da população que vive nas cidades grandes não tem dinheiro para pagar ônibus regularmente (IPEA, 2003). muitas pessoas estão excluídas da educação porque não podem pagar o ônibus até a escola.”

(MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013b). Isso, por si só, já esclarece os motivos pelos quais o MPL levanta a bandeira do transporte sem tarifas.

O acesso do trabalhador à riqueza do espaço urbano, que é produto de seu próprio trabalho, está invariavelmente condicionado ao uso do transporte coletivo. As catracas do transporte são uma barreira física que discrimina, segundo o critério da concentração de renda, aqueles que podem circular pela cidade daqueles condenados à exclusão urbana. Para a maior parte da população explorada nos ônibus, o dinheiro para a condução não é suficiente para pagar mais do que as viagens entre a casa, na periferia, e o trabalho, no centro: a circulação do trabalhador é limitada, portanto, à sua condição de mercadoria, de força de trabalho. (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013e, p. 15)

Dessa maneira, o transporte é visto como direito fundamento, já que depende da ativação deste para que outros direitos sejam efetivados, como direito à saúde. Isso também justifica a proposta do MPL de se articular junto a outros movimentos sociais de outras áreas, como movimentos ligados à educação e à cultura, pois sem a mobilidade urbana as pessoas permanecem privadas de exercer seus direitos.

A proposta, portanto, do movimento é que o serviço público de transporte seja pago por impostos progressivos para que assim seja abolida a tarifa. Não seria um transporte de graça, mas sim uma mudança na fonte de arrecadação. É preciso compreender como o MPL propõe que isto seja feito, pois é relevante que o movimento tenha sua pauta clara e propostas políticas plausíveis. Acima de tudo, é necessário municipalizar o sistema, para que a prefeitura seja a responsável pelo planejamento, bem como pela execução da administração dos transportes coletivos. Cabe aqui ressaltar que este ponto é um pouco contraditório, na medida em que o movimento defende um serviço público de verdade, mas diz que isso seria feito com a participação de empresas, ou seja, “A prefeitura contrataria o serviço de algumas empresas de ônibus, por um valor pré-estabelecido em seu orçamento, de modo que a tarifa deixasse de ser o determinante da qualidade e do acesso a este serviço” (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013b). Sendo assim, se o sistema de transporte público deve ser de fato público, não deveria haveria haver algo semelhante a uma parceria público-privada na proposta do movimento, visto que isso se assemelha, de alguma forma, a maneira que atualmente se estrutura o sistema em São Paulo. Assim como revista na Carta de Princípios a proposta do passe livre estudantil, caberia uma revisão neste item.

Apesar da semelhança nesse ponto, há sim uma diferença entre como se configura o sistema hoje e aquilo que o movimento propõe. Atualmente, na capital paulista, o serviço de

transporte público se dá por meio de permissões e concessões, de acordo com o estabelecido na Lei 13.241/2001 (SÃO PAULO EM MOVIMENTO, 2013), na qual fica estabelecido que o Poder Público é responsável por estabelecer a tarifa a ser paga pelo usuário, e para estabelecer seu valor pauta-se pelos gastos e investimentos da empresa no serviço. Dessa forma, as empresas recebem o valor de contratação do serviço previsto na abertura do edital da licitação, além do montante arrecadado pelo pagamento de tarifas. Já na proposta do Movimento Passe Livre, as empresas contratadas receberiam apenas o valor já pré-fixado pela prefeitura para prestação daquele serviço. Essa mudança já viabilizaria a utilização dos transportes públicos por uma grande parcela da população, visto que o projeto de tarifa zero se propõe a buscar outras fontes de arrecadação para o orçamento público voltado para este setor.

Sendo assim, o movimento também tem como parte da proposta para a tarifa zero a criação de um Fundo Municipal de Transporte Coletivo, que seria gerido com a participação popular e que teria como possíveis fontes de arrecadação multas de trânsito, estacionamento Zona Azul, parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotivos (IPVA) e também publicidade nos ônibus, terminais, metrô e estações de metrô. Para viabilizar as arrecadações para este fundo, o Movimento Passe Livre propõe que a prefeitura faça uma reforma tributária com o objetivo de estabelecer o pagamento de maiores impostos para aqueles que possuem mais dinheiro, os que tem menos, paguem menos e os que nada tem, nada peguem. Além de “distribuir melhor o orçamento público, separando uma parte para subsidiar o transporte, ao invés de gastar dinheiro em propaganda, corrupção e obras que não atendem às reais necessidades da população. o passe livre estudantil já é realidade no Rio de Janeiro e no Distrito Federal.” (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013b). O movimento ressalta que as taxas e impostos arrecadados não seriam destinados integralmente para o transporte, mas também para educação e saúde, segundo a lei orçamentária do município. E para que o fundo seja de fato gerido pelo povo, o MPL se propõe a estudar juntamente com a população as formas de tornar a participação popular efetiva, já apontando como modelo de referência de sucesso na cidade de São Paulo os conselhos regionais de saúde, que formados por representantes da sociedade civil, atuavam nos bairros.

Na busca pela concretização deste objetivo, o MPL faz usos de diversas práticas de questionamento da ordem. Alguns deles são a ocupação de terminais de ônibus, fechamento de vias de circulação de automóveis, entrar pela porta traseira do ônibus ou descer pela da

frente, passar por baixo da catraca do ônibus ou pular as catracas dos terminais ou estações (conhecido também como catracaço) (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013e). Em São Paulo, desde 2006 o movimento vem trabalhando na contestação do sistema de transportes. Nesta ocasião a tarifa do transporte passaria de R\$2,00 para R\$2,30. Para lutar contra o reajuste o movimento chamou uma Frente Luta Contra o Aumento, que chegou a realizar vários protestos, com forte repressão da Polícia Militar, mas que não evitou o reajuste. Já em 2010, apesar de o MPL ter se acorrentado às catracas da Secretaria Municipal de Transportes, ter convocado outros grupos para fazerem parte da luta e realizado manifestações, que chegaram a reunir 300 pessoas, o preço da passagem passou de R\$2,30 para R\$2,70. No ano seguinte a luta contra o aumento seria mais longa e mais forte. A primeira das manifestações foi em 13 de janeiro de 2010, com 2 mil pessoas, muita repressão policial, 11 detidos e 30 feridos. O segundo ato, dia 20, reuniu 3500 pessoas. Uma semana depois, no ato seguinte, mais de 4 mil pessoas compareceram. No dia 02 de fevereiro, durante a primeira sessão do ano da Câmara dos vereadores de São Paulo, 200 manifestantes realizam uma intervenção e conquistam uma Audiência Pública, a ser realizada no dia 12 do mesmo mês. Em 03 de fevereiro, 3 mil estiveram presentes no quarto ato chamado pelo MPL, número que se repetiu no quinto ato, na data de 10 de fevereiro.

Como previsto, em 12 de fevereiro se realizou a Audiência Pública, com plenário lotado e aproximadamente 800 pessoas do lado de fora acompanhando a transmissão da sessão. Ao perceberem que não havia abertura para negociação com o Secretário de Transportes Marcelo Branco, os manifestantes ocupam o plenário, a transmissão da TV Câmara é suspensa e Marcelo sai escoltado pela Guarda Civil. Contudo sua fuga é impedida por manifestantes que bloquearam a saída das garagens, alegando que dali só sairiam com uma data estabelecida para uma reunião de negociação entre o movimento e o poder executivo. Marca-se, então, para o dia 17 de fevereiro. Chegada a data, os representantes do poder executivo e da Secretaria de Transportes não comparecem. Em protestos, 7 militantes decidem se acorrentar às catracas da Prefeitura e declaram que só sairiam dali após a abertura da negociação de forma direta com o prefeito. O saguão do prédio também é ocupado pelos manifestantes, e a tarde os entornos do prédio começa a receber mais pessoas que participavam de um ato em apoio aos acorrentados. Como parte da manifestação, uma catraca é queimada, e a Polícia Militar juntamente a Guardas Civis reprimem brutalmente os manifestantes com bombas de estilhaços, gás lacrimogênio e balas de borracha. Apesar da

tentativa de dispersão, os manifestantes que continuaram na região se reuniram novamente e em assembleia decidiram que os acorrentados deveriam sair.

Um sexto ato acontece dia 18 de fevereiro, no Grajaú, reunindo pouco mais de 30 pessoas. Porém no dia 24 um ato reuniu 5 mil pessoas, muitas das quais estimuladas a ali estarem para apoiar o movimento em repúdio a truculência da polícia ocorrida uma semana antes. Já entrando em março, acontece o oitavo ato. Nessa mesma época, Gilberto Kassab, na época prefeito da cidade, ao chegar na França para uma viagem oficial, se depara com manifestantes com cartazes “Kassab, o mundo inteiro sabe. Nós também estamos aqui. MPL”. Em meados deste mês, o MPL chama o nono ato, que contou com a participação da bateria da Unidos da Lona Preta, da escola de samba do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), e que também é composta por integrantes do MPL. Neste ato a PM também faz uso de bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo. O décimo ato acontece já em 24 de março. Quatro dias depois, na inauguração do metrô Butantã que contava com a participação de governantes, o MPL juntamente com o Sindicato dos Metroviários realiza um protesto. No dia 30 de março, já bem mais fraco, o último ato não chega a reunir 200 pessoas. Apesar de toda a movimentação, o preço da passagem foi reajustado para R\$3,00 como previsto.

Contudo é em 2013 que as manifestações encabeçadas pelo Movimento Passe Livre em São Paulo tomam grandes proporções e ganham força gradativamente, influenciando uma série de outros protestos pelo país inteiro. Esta série de atos na capital paulista desencadeada pelo reajuste no fim de maio da tarifa do transporte público de R\$3,00 para R\$3,20, ficou conhecida como Jornadas de Junho. Na cidade de São Paulo foram sete atos convocados pelo MPL, porém estima-se que 1,5 milhão de pessoas em mais de 120 cidades no Brasil saíram às ruas (FERNANDES & ROSENO, 2013). Tal fervor das ruas não se verificava há pelo menos duas décadas, pois as últimas grandes manifestações haviam sido as do Fora Collor, em 1992, e antes disso as Diretas Já, entre 1983 e 1984. (SIMEONI, 2013).

Os protestos chamados pelo MPL este ano tem início na organização de estudantes secundaristas como os da Escola Estadual Ermano Marchetti, em Pirituba, bairro do noroeste de São Paulo. Aproximadamente 200 estudantes fizeram a ocupação do Terminal de ônibus Pirituba e da estação de trens da CPTM de mesmo nome, queimaram uma catraca e também bloquearam ruas e avenidas de grande circulação da região. (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013a). Outros atos regionais como este, em outras escolas, precederam os enormes protestos que dias depois viriam a levar uma quantidade enorme de pessoas às ruas em torno da pauta

dos R\$0,20 de reajuste, bem como em torno de outras bandeiras que foram levantadas no decorrer das manifestações, como será explicado ao longo deste capítulo. Vale lembrar que o momento em que os grandes atos aconteceram em São Paulo, e posteriormente no país todo, era um momento especial para o Brasil: em diversas cidades brasileiras, aconteceu de 15 a 30 de junho a Copa das Confederações FIFA 2013. Dessa forma, os olhos da mídia internacional estavam voltados para o país.

Luca, representante do MPL, dá uma visão geral do desenrolar deste momento marcante de 2013 no Brasil. Em seguida o assunto será tratado mais a fundo apesar de ainda ser um tanto quanto recente para ser interpretado. Porém não é menos merecedor de esforços interpretativos.

Acho que tem dois momentos. Aliás, acho que tem vários momentos na luta contra o aumento de 2013, momentos particulares. Tem uma posição da mídia, muito clara, até o dia 13, incluindo o dia 13, incluindo a edição da manhã do dia 13, então você tem esse primeiro momento. Nesse primeiro momento você tem o Primeiro Ato, que era muito grande, do tamanho de um dos maiores atos desde 2011 que foi a última luta contra o aumento, então você já tem uma maior informação, já tem uma maior legitimidade de lutar, de desnaturalizar o aumento da passagem e de desnaturalizar o transporte como mercadoria, você tem essa luta como legítima, o pessoal tá falando assim: “O transporte tem que ser direito, é minha cidade, é meu transporte, eu deveria poder usar do jeito que eu bem entender e decidir sobre ele”, então, você tem, cada vez mais, as pessoas tendo essa posição, acho que isso é um processo histórico e talvez o MPL tenha alguma parte nisso, eu acho que tem, algo em torno dele e aí você chega nos cinco mil, mais ou menos, o que tinha no primeiro ato. E aí vai aumentando, por quê? Porque as pessoas têm essa apropriação cada vez mais, tem essa legitimidade do transporte ser um direito, e por mais que isso é uma construção da mídia: de ser uma coisa ilegítima, cada vez mais as pessoas vão se apoderando e vão refletindo, elas próprias sendo cada vez mais os sujeitos dessa luta. E vai aumentando, não sei talvez em grande parte por causa da repressão que dá uma questão midiática, a radicalidade dá uma questão midiática, não sei, acho que as pessoas se apropriaram da luta e isso faz com que elas se interessem mais em lutar. (LUCA, 2013)

Nesta fala nota-se a crença de que o aumento do número de pessoas nas ruas foi devido a identificação com a causa do Passe Livre e a compreensão de sua relevância. A questão da repressão ocorrida no ato do dia 13 de Junho é lembrada, chega a ser apontada como uma possível colaboradora deste aumento dos participantes nas manifestações, mas a centralidade para o Movimento é a hipótese de que todos aqueles milhares que estavam nas ruas no dia 17, ato seguinte àquele onde houve a repressão mais brutal e momento onde a mídia alterou seu discurso, ali estavam pela questão do transporte público.

Não é nenhum burocrata que tá vindo de um cargo depois pra falar a verdade, pra falar o que as pessoas achavam, as pessoas estavam na rua, por uma coisa em comum, e porque elas concordavam, a luta era de todos, e não só de um grupo, e não só de uma dirigência, de uma vanguarda, isso dá uma força muito maior e permite ela expandir. Aí o cara no dia seguinte fala: “fui no protesto ontem, e era um monte de usuário, que nem eu e você, que nem e você e esse ônibus lotado que tava aí lutando”, “pô, pode crer, então vou ver se no próximo eu consigo ir”, e ganha essa legitimidade, esse apoio social, e aí depois dessa legitimidade, a mídia não consegue manter o discurso dela condenatório, aí ao invés dela isolar, ela tenta cooptar, ela tenta trazer pra dentro dela, pro jogo dela, pras pautas dela a mobilização, e ela não tem sucesso, tanto que ela tenta ao máximo e ao máximo, mas passa uma enquete no maior dos dias, no dia 17 que é segunda, e a própria Folha que faz essa enquete e 80% das pessoas estavam lá contra o aumento da tarifa e pela tarifa zero, a questão é só o transporte, o que dá muita gente. 80% de todo aquele dia 17 - e tinha muito mais que 35 mil pessoas, muito mais que 100 mil - é muita gente. Enfim, o que leva as pessoas pras ruas esse momento é, em grande parte a pauta, mas há muitas pessoas que estão lá por outros motivos, mas aí fica mais complicado, não consigo entender esses motivos. Então acho que é mais por uma disputa de poder e, talvez, por manifestar uma indignação, uma revolta, meio que “não se sabe com o quê”, meio que “não se sabe com quem”, e aí permite-se levar assim. Mas, até o primeiro momento, é uma coisa bem forte o transporte, das pessoas estarem se apoderando dessa luta delas. (LUCA, 2013)

Assim, pela fala do entrevistado, fica ainda mais claro que o MPL não crê que a mídia tenha conseguido mudar o caminho das manifestações, e acredita fortemente que as pessoas, em sua grande maioria, estavam cientes dos motivos pelas quais estavam nas ruas, envolvidas no debate do transporte público, esclarecidas, por mais que no fim das manifestações tenha havido, inclusive, até casos de agressões físicas contra participantes de partidos políticos, por pessoas que diziam se identificar, por exemplo, com a bandeira do apartidarismo levantada pelo MPL. De fato, compreender as movimentações de Junho de 2013 é desafiador, mas para tentar clarificar o período, as forças e atores envolvidos é preciso descrever os atos que compõe as Jornadas de Junho.

O chamado “1º Grande Ato” foi marcado para o dia de seis de junho e contou com a participação de cerca de 2 mil pessoas. Os manifestantes fecharam as Avenidas 9 de Julho, 23 de Maio e também a Paulista. A Polícia Militar, para dispersar os manifestantes, fez uso de bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral (FERNANDES & ROSENO, 2013), os manifestantes por sua vez tentaram dificultar a aproximação da polícia fazendo barricadas com cones, sacos de lixo e fogo. Também ônibus e prédios foram pichados. Ao fim, foram 50 pessoas feridas e 15 presas. (PIRES, 2013). Nessa época tanto o governados do Estado,

Geraldo Alckmin, quanto o prefeito Fernando Haddad alegavam ser impossível atender à pauta do Movimento Passe Livre. (FERNANDES & ROSENO, 2013).

Paralelamente, entretanto, várias informações começaram a ser divulgadas sobre o tema, pelo próprio MPL e também em sites ligados a questão da mobilidade urbana. Em São Paulo atualmente o empresário paga apenas 10% do custo do ônibus, por exemplo, enquanto o poder público banca 20% do valor e o usuário 70%. Ou seja, uma melhor divisão nas responsabilidades pelo pagamento do serviço já acarretaria numa diminuição do valor da tarifa. Bastaria, portanto, diminuir a taxa de lucro do empresário. (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013d). Também contrariando as declarações oficiais do poder público que dizia que o reajuste das passagens seguia abaixo do valor da inflação, foi divulgado que de acordo com os cálculos do IPCA¹ (IBGE) a tarifa do ônibus que era de R\$0,50 em 1994 deveria ser de apenas R\$2,16 em 2013, e o metrô 2,59, com um índice de inflação de 332,22% nesses 19 anos. Ou seja, o valor deveria sim estar abaixo dos 3,20. (TERRA, 2013).

Outro ponto divulgado que mostrava a viabilidade da pauta maior do movimento era o fato de que já havia na cidade o Projeto Tarifa Zero, de Lúcio Gregori, na época em que era secretário municipal de transportes de São Paulo durante a gestão de Luiza Erundina (1989-1992). (ALLEGRI, 2013). Obviamente, o projeto foi arquivado, porém saber que a discussão já tinha um antecedente na cidade, dentro da própria câmara, fez com que mais pessoas deixassem de ver a pauta como utópica.

Enquanto a mídia divulgava informações sobre depredações ao Metrô de São Paulo, mostrando em números o valor que o Metrô precisaria desembolsar, quase R\$74.000,00, com o objetivo de mostrar os manifestantes como vândalos, sem nenhum comprometimento político, paralelamente na internet já apareciam nas redes sociais postagens que buscavam questionar a relevância dada pela mídia aos fatos.

“O coletivo Rizoma, que participava das manifestações e é formado por estudantes da Universidade de São Paulo, publica em seu blog o seguinte cálculo:

Fazendo as contas aqui rapidamente...

(O metrô de São Paulo atende em torno de 4 milhões de passageiros por dia.)

- Passagens (IDA E VOLTA): r\$ 6,40

- Passageiros por dia: 4 milhões

¹ A sigla IPCA significa Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo e é o índice oficial do governo federal para metas inflacionárias, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.portalbrasil.net/ipca.htm>>. Acesso em 04 de outubro de 2013, às 21:50.

Obs.: 40% são estudantes (3,20 por dia)/60% não estudantes (6,40 por dia)
Estudantes – $1600000 * 3,20 = R\$5.120.000,00$
Não estudantes – $2400000 * 3,20 = R\$ 15.360.000,00$
Total de ganho do metrô por dia:
- Por dia: R\$ 20.480.000,00
- Por hora: R\$ 1.024.000,00
- Por minuto: R\$ 17.066,67
Conclua-se que: Em 4 minutos e 30 segundos o Metro de São Paulo tem um ganho de R\$ 73.386,67.” (JUDENSNAIDER, 2013, p. 35)

Sendo assim, para o dia seguinte, sete, o MPL marcou o 2º Grande Ato contra o aumento das passagens de ônibus, metrô e trem. Dessa vez, cinco mil manifestantes aderiram ao evento e bloquearam a Marginal Pinheiro no sentido Castelo Branco, no horário de 19:15 às 19:45. (PIRES, 2013). Novamente, para desmobilizar os participantes do protesto e fazer com que o trânsito fosse rapidamente liberado a PM fez uso das bombas de gás lacrimogêneo, de efeito moral bem como spray de pimenta e balas de borracha. (FERNANDES & ROSENO, 2013). Nesse momento os militantes do Black Bloc surgem em cena e respondem à ação da polícia para evitar a dispersão daqueles presentes no ato.

O Black Bloc nasceu no movimento autonomista da Alemanha nos anos 1980, quando manifestantes utilizavam máscaras e se vestiam de negro para dificultar a identificação da polícia (por isso foram apelidados de *der schwarze Block* ou “o bloco negro”). No final dos anos 1980, o bloco negro se ocupava sobretudo de oferecer proteção às passeatas, impedindo a infiltração de agentes provocadores e protegendo os manifestantes dos ataques da polícia. Uma década mais tarde, nos protestos contra a OMC em Seattle, o Black Bloc reapareceu nos Estados Unidos como um grupo orientado à destruição de propriedade privada como forma de protesto. Nesse momento, o grupo gera muita controvérsia entre os ativistas porque não aceita subordinar sua tática de destruição de propriedade à estratégia de não violência definida pelo conjunto mais amplo dos manifestantes. É principalmente a imagem do Black Bloc americano que prevalece no imaginário do Black Bloc brasileiro (a começar pelo nome em inglês). No entanto, na manifestação do dia 7, o Black Bloc assume uma postura mais “clássica”, articulando suas ações com a estratégia geral do MPL e se esforçando para proteger os manifestantes, ao invés de expô-los a mais violência. (JUDENSNAIDER, 2013, p. 37-38)

As opiniões em relação à atuação do Black Bloc nas manifestações são controversas. Há grupos, inclui-se aqui a mídia, cuja opinião é de que eles foram responsáveis pela perda de legitimidade do movimento frente à população. Contudo, outros que estiveram junto aos Black Blocs durante as manifestações alegam que seus militantes se organizaram com o objetivo de proteger os outros participantes da manifestação dos ataques policiais. De toda forma, foram atores de relevância, principalmente por suscitarem o debate e deixarem claro

novamente a contraposição entre a opinião da mídia e os relatos de quem esteve presente nos atos.

Outro grupo aparece a essa altura: o de hackers conhecido como Anonymous. Neste momento eles hackearam o site da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e deixaram uma mensagem chamando para o próximo ato. (JUDENSNAIDER, 2013). O Anonymous ficou internacionalmente conhecido em 2008 quando declarou guerra contra a cientologia. Contudo, a partir de 2011 o grupo ganhou um caráter mais politizado, tendo forte participação no movimento Occupy, na Primavera Árabe e na luta pela liberdade na internet. Seu principal modo de atuação é através de um programa que sobrecarrega o sistema do site do alvo, no caso site de bancos, governos, órgãos internacionais e de agências de controle de cartões de crédito, por exemplo. Além disso disponibilizam muito material, como vídeos e notas além de dados pessoais de políticos. (GOHN, 2013). Por ser um grupo internacional, assim como os Black Blocs, o Anonymous ajudou a mostrar para o mundo a situação nas manifestações de Junho.

Passado alguns dias, São Paulo foi palco de uma manifestação um pouco maior. Em 11 de junho, 12 mil pessoas aderiram ao 3º ato, que teve início na Avenida Paulista, passou pelo centro e voltou para a mesma avenida, contabilizando, assim, seis horas de caminhada dos manifestantes. Na região da praça da Sé foram feitas pichações em prédios, e alguns chegaram a ser depredados, bem como alguns ônibus foram atacados na região do Parque Dom Pedro II. (PIRES, 2013). A PM, com a ordem de não permitir a entrada dos manifestantes no Parque, fez uso dos mesmos recursos que já haviam lançado mão nas manifestações anteriores. (FERNANDES & ROSENO, 2013).

Chega-se então àquele que pode ser considerado o divisor de águas das Jornadas: o 4º Grande Ato de 13 de junho. Com aproximadamente 10 mil pessoas na rua (PASSA PALAVRA, 2013), o evento ganhou relevância dentro dessa série de manifestações devido à intensidade da repressão policial. Antes mesmo de o protesto ter início, cerca de 40 pessoas foram presas na concentração. Conforme a manifestação foi recebendo mais participantes durante seu desenrolar e se encaminhando para parar o tráfego na Avenida Paulista, PM obtinha ordens de não permitir que os manifestantes chegassem ao seu destino. Sendo assim, os 400 homens da polícia deram início a repressão de maneira indiscriminada com o uso de gás lacrimogêneo, spray de pimenta e balas de borracha. A Tropa de Choque da PM atirava mesmo sob gritos de não violência. “Pessoas que sequer participavam do protesto, mas

estavam nos arredores, em lojas e bares, também sofriam agressões por parte dos policiais” (FERNANDES & ROSENO, 2013, p. 19). No fim, 130 pessoas foram detidas e 105 feridas. Mas um aspecto em especial da atuação da polícia fez com que a repressão fosse tão repudiada: muitos repórteres da grande mídia, mesmo que identificados com crachás, foram agredidos. O repórter Piero Locatelli da revista Carta Capital foi detido violentamente por “porte de vinagre”², pois esta substância é utilizada pelos manifestantes para se proteger já que ajuda a amenizar os efeitos do gás lacrimogêneo. O fotógrafo do Portal Terra, Fernando Borges, também foi detido e ficou 40 minutos de frente para a parede, junto com outros manifestantes. Ambos foram liberados posteriormente. (MAGALHÃES & NOVAES, 2013) Já a repórter Giuliana Vallone, da Folha de São Paulo, foi baleada por uma bala de borracha no olho. (PIRES, 2013).

No mesmo dia a revolta em relação à atuação policial começava a aumentar. Fotos, relatos e vídeos começaram a ser postados nas redes sociais assim que as pessoas conseguiam sair do cenário de guerra em que se tornou a região da Rua da Consolação. Se antes a grande mídia buscava deslegitimar os atos, fazendo com que boa parte da população visse os manifestantes como baderneiros e rebeldes sem causa, a partir desse momento as impressões iniciais sobre os protestos e seus participantes começaram a ser revistas. Simplesmente não havia como questionar os vídeos onde apareciam polícias destruindo uma viatura da corporação para poder culpar manifestante, ou atirando com balas de borracha dentro de apartamentos de pessoas com câmeras, ou ainda utilizando fardas sem os nomes dos oficiais na lapela. As hashtags³ *#vempraru* e *#OGiganteAcordou* começaram a se tornar cada dia mais comuns nas redes sociais, com o intuito de chamar mais pessoas a participarem das manifestações e saberem a realidade das ruas.

Assim, vendo as proporções que os materiais compartilhados na internet alcançavam, “com o tempo, os usuários perceberiam que estavam com dois enormes poderes nas mãos: produzir e distribuir informações” (FERNANDES & ROSENO, 2013, p. 53), e podiam fazer uso das redes sociais para cumprir o papel que a televisão, os jornais e as revistas não estavam

² As manifestações ganharam o apelido de Revolta do Vinagre devido às diversas ocorrências deste dia de detenção de pessoas por porte de vinagre.

³ Hashtags são as palavras precedidas pelo sinal # que viram hiperlinks nas redes sociais, para apontar os assuntos dos quais se está falando. Ao adicionar o # a alguma palavra e publicá-la, o usuário permite que quem esteja lendo e clicar nela veja todas as outras pessoas que também publicaram tal palavra desta mesma maneira. Por meio deste recursos, também, é possível contabilizar a quantidade de menções feitas a determinado assunto, e assim ter uma noção mais palpável da relevância da discussão nas redes sociais.

cumprindo, de informar e não agir apenas como divulgador de versões distorcidas sobre fatos ou até omitindo informações, completas ou parciais, nas notícias quando lhes convém. É nesse contexto que ganha espaço o grupo Mídia Ninja, um ator de importância na construção das lutas de Junho. A sigla Ninja que significa Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação diz respeito a um grupo de pessoas ligadas ao coletivo da área cultural Fora do Eixo que fez transmissões em tempo real das manifestações pelo país fazendo uso de câmeras de celulares ligados a redes sem fio de internet através do Pós-TV, um site que divulga transmissões em tempo real de manifestações, debates, discussões, etc. Como o próprio nome disse, a proposta é de uma forma de transmissão diferente da televisão, onde é possível a interação dos que assiste às imagens com aqueles que estão fazendo a transmissão, o que se dá principalmente através das postagens de comentários dentro do próprio site durante o acontecimento. Sendo assim, o Mídia Ninja colaborou na construção de uma narrativa alternativa àquela praticamente hegemônica da mídia tradicional. Mostrar que havia um outro lado da história, desconstruir o discurso de que a polícia somente havia tomado atitudes extremas por que havia sido atacada primeiro pelos manifestantes, não só mostrou a real face da polícia militar como também deixou claro o posicionamento da grande mídia até aquele momento de tentar desmobilizar os manifestantes e deslegitimar a causa. Com isso a rejeição às grandes redes de televisão se tornou tão grande que os repórteres passaram a ter que retirar o logo da emissora de seus microfones quando iriam fazer transmissões em meio aos manifestantes.

A essa altura os próprios meios de comunicação em massa começam a mudar sua forma de abordagem dos atos e em relação à opressão policial. A atuação da PM paulistana, truculenta e excessiva, é rotina para os movimentos sociais, e para a periferia, contudo os abusos nunca antes haviam causado tamanha comoção. A diferença se deve ao fato de os alvos, desta vez, serem os brancos de classe média e, também, os repórteres e fotógrafos das grandes agências. (ALLEGRI, 2013; SECCO, 2013). Além disso, o fato evidenciou a forma de ação da PM paulista, ainda muito ligada ao período da ditadura.

A cultura do regime militar dos anos de 1960, que era a de reprimir protestos e coibir qualquer tipo de manifestações contra a política de poder dos militares, acabou incorporada por uma polícia militarizada, que com ações rígidas de controle procurou, em um primeiro instante, silenciar a população nas ruas. (...)

Após o fim do regime da ditadura, não houve mudança nos valores de segurança e nas táticas adotadas sobre os protestos no país. O modelo militarizado de segurança ficou intacto.

A herança da ditadura militar no Brasil permaneceu como um DNA desde o golpe de 1964, infectando a democracia brasileira. No Estado democrático, a polícia não pode usar os mesmos mecanismos que um Estado ditatorial usa. Criar novos modelos de segurança requer rever os princípios em um regime de Estado democrático, cuja força policial e o poder dos governos sejam alinhados com os direitos da sociedade civil. (FERNANDES & ROSENO, 2013, p. 90)

O desrespeito aos direitos civis e os resquícios de ditadura foram confirmados quando alguns dias após o 4º Ato o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em rede nacional de televisão, num programa de notícias, colocou a disposição tanto de governo estaduais quanto de governos municipais a Força Nacional de Segurança Pública (VAINER, 2013, p. 37). Ou seja, a resposta no nível do governo federal às movimentações das ruas naquele momento era de que mais repressão era necessária. Ainda na mesma noite do ato uma publicação do governador Geraldo Alckmin no Twitter ajudou a aumentar as tensões do momento. Em meio a toda essa discussão o governador, em seu perfil oficial no Twitter (@geraldoalckmin_) nada publica sobre o ocorrido mas posta a seguinte frase “Parabéns a toda a população de Guaratinguetá pelos 383 anos da cidade. Boa noite a todos!” (JUDENSNAIDER, 2013, p. 103). O ar de descaso inflama ainda mais as pessoas. Por outro lado, a Anistia Internacional, uma organização não governamental de defesa dos direitos humanos, divulgou uma nota em que criticava a atuação da polícia brasileira. O Instituto Sou da Paz, organização da sociedade civil pelo combate à violência, a seção de São Paulo da Organização dos Advogados do Brasil (OAB) e um grupo de professores da USP também se manifestam abertamente quanto ao ocorrido na noite do ato. (JUDENSNAIDER, 2013)

No dia seguinte, as ações policiais foram duramente criticadas pela população, pelo governo e pela imprensa nacional e internacional. Os registros das agressões estampavam as capas de revistas e jornais mais importantes do Brasil e do mundo. (...) A posição dos veículos de comunicação mais conservadores se alterou, e duras críticas foram feitas às ações violentas e ao despreparo da polícia que reagiu contra os manifestantes. (FERNANDES & ROSENO, 2013, p. 19)

A partir de então os atos ganharam outra forma e outro sentido na dinâmica de todo o país, já que as manifestações se disseminaram pelo Brasil. Na mesma medida em que aumentaram as cidades com protestos marcados, aumentou também a diversidade das reivindicações (JUDENSNAIDER, 2013). E a mídia que antes falava dos atos apenas durante os noticiários de sua grade de programação, passou a cobri-las em tempo real, com repórteres ao vivo direto dos locais. A mobilização, assim, começa a ser vista com algo de abrangência nacional, e não como revoltas isoladas. Contudo, os meios de comunicação continuam tentando

pautar os protestos ao focarem nos gritos de paz, ao retratar o movimento como composto por um grupo de pessoas bem intencionadas e um de vândalos responsáveis pela degradação e má fama dos atos e, dessa forma, fragmentar o movimento jogando os manifestantes uns contra os outros.

A mídia também começou a mostrar as manifestações como um descontentamento generalizado com o governo do Partido dos Trabalhadores, na figura da presidente Dilma Rousseff e principalmente contra a corrupção, sendo que acima de tudo a pauta do Movimento Passe Livre era contra o modelo neoliberal, o abandono das políticas públicas e sociais, o esquecimento do humano em detrimento do capital. Obviamente todos são contra a corrupção, esta é uma bandeira vazia. De qualquer forma, nesse momento o número de pessoas nas ruas só aumentou. Por outro lado, as vozes nas ruas começaram a cada dia mais gritar por coisas opostas. Aos poucos foi se vendo cada dia mais pessoas bradando contra coisas abstratas e sem qualquer reflexão sobre possibilidade de mudança. Cartazes diziam “Há tanta coisa pra reclamar que não cabe no cartaz”: as pessoas estavam nas ruas para expressar alguma indignação, contra não sabe-se bem o que, e que não faz-se idéia de como aquilo pode melhorar. Os grandes veículos de informação, com seu poder, deram uma ajuda, ao construir um discurso vazio que foi adotado por parcela grande dos participantes e que nada tinha a ver com as motivações iniciais dos atos chamados pelo MPL. As pessoas passaram a ir para a rua por sentirem-se revoltadas com o que viam, por despertarem, de alguma forma, para o fato de que a versão veiculada pela mídia era bem ‘

Entre este ato e o próximo, um tipo de postagem bastante interessante se tornou mais comum nas redes sociais. Tanto perfis pessoas quanto perfis de coletivos e organizações já vinham postando orientações de como agir durante a manifestação, como por exemplo, usar vinagre para aliviar os efeitos das bombas de gás lacrimogênio lançadas pela polícia e quais saídas evitar devido à revista da PM em busca de vinagre. Mas após o ocorrido no ato do dia 13, essas postagens além de terem se tornado mais frequentes, passaram a ser sobre diversos outros assuntos inclusive como ajudar o movimento sem necessariamente ir às ruas, principalmente devido ao medo que tomou conta de muitas pessoas depois das imagens da manifestação anterior. Estas postagens diziam respeito a abrir a rede wi-fi para facilitar a troca de informações entre aqueles que estão nos atos ou colocar lençóis brancos nas janelas em apoio aos manifestantes, e até em que lugares haveria postos de atendimento médico. (JUDENSNAIDER, 2013, p. 136). Assim, uma rede de apoio paralelo, muito importante, foi

sendo construída e de alguma maneira unindo as pessoas, não necessariamente em torno da pauta dos R\$0,20.

No dia 17 de junho, 65 mil pessoas (UOL, 2013a), número questionável, participaram do 5º Ato. A concentração se deu no Lado da Batata e depois se dividiu em três frentes. Uma cruzou os Jardins até a Avenida Paulista. Outra passou pela Ponte Eusébio Matoso e pela Marginal Pinheiros, seguindo até a Ponte Octavio Frias de Oliveira (Ponte Estaiada), sobre o Rio Pinheiros. E a última passou pela Avenida Brigadeiro Faria Lima, pelo Itaim-Bibi e também se dirigiu à Ponte Estaiada. Lá penduraram uma faixa com os dizeres “Se a tarifa não baixar, São Paulo vai parar”. De lá se juntaram ao grupo que havia se dirigido à Av. Paulista, e uma parte se desviou para a Avenida 23 de maio. (PIRES, 2013) Dessa forma, a manifestação passou pelas principais vias de fluxo de automóveis da capital paulista e obteve demonstrações claras de apoio da população já que das janelas pessoas jogavam papel picado ou então estendiam panos brancos. Em contraste com a manifestação anterior, nesta não houve repressão. Na Avenida Faria Lima, por exemplo, apenas seis policiais acompanhavam o protesto (O ESTADO DE S. PAULO, 2013). As bombas de gás e as balas de borracha foram neste dia não foram usadas. Um dos gritos que se ouvia durante a caminhada era “que coincidência, não tem polícia, não tem violência”, deixando claro que era sabido que os confrontos se davam por conta do uso abusivo da força policial, que privilegiava o bom funcionamento do trânsito em detrimento do bem estar físico e mental das pessoas.

Fato é que no dia após este ato os dados relativos ao número de manifestantes presentes divulgados pela grande mídia contrastavam com as imagens aéreas de quilômetros de longas avenidas ocupadas por uma multidão. É nesse sentido que a internet foi utilizada como um espaço alternativo de construção de discurso e de questionamento dos considerados dados oficiais.

Foi pela brecha da internet que muitos fatos, mascarados pela grande mídia, se tornaram públicos. Um exemplo foi o esforço de um jovem comerciante de joias que recalculou a contagem de pessoas presentes no Quinto Ato do Passe Livre, em São Paulo, dia 17 de junho, o que reuniu o maior número de pessoas dentre os atos na capital paulista. A contagem suspeita informou que eram 65 mil; o empresário usou informações de área ocupada e uma taxa de ocupação menor, de 4 pessoas por metro quadrado, do que a usada por um dos jornalões e refez a conta, chegando a um resultado seis vezes maior – 400 mil pessoas. A publicação dessa conta como *post* no Facebook transformou a suspeita de que havia algo errado no número oficial em certeza (PRIMI, 2013, p. 24)

Ao mostrar essas contradições e botar em cheque as vozes legitimadoras da verdade no país, os manifestantes, e mesmo os que simpatizavam com a causa mas que por algum motivo não haviam podido ir aos atos, conseguiam cativar mais pessoas a saírem de casa e poderem verificar o que de fato se passava nas ruas.

Entretanto, a situação foi completamente outra no dia seguinte, no desenrolar do 6º ato. Em 18 de junho, na praça da Sé, 50 mil pessoas se encontraram para seguir em direção à Av. Paulista. Percebia-se claramente nesse dia que a pauta dos R\$ 0,20 de reajuste da tarifa já não era a reivindicação principal. Nesse dia, várias lojas foram saqueadas, um painel de publicidade da marca Coca-Cola e um carro da rede Record foram incendiados e o prédio da prefeitura de São Paulo foi alvo de ataques (BBC, 2013). A polícia apareceu em cena apenas três horas depois, o que causou estranheza.

Na quarta e na quinta-feira anteriores, os meios de comunicação e o governo estadual tinham recorrido à polícia militar, pedindo por mais rigor na repressão aos protestos. Após a manifestação do dia 13, no entanto, a responsabilidade pelos abusos recai exclusivamente sobre a corporação. A PM se sente traída, como admitem coronel Telhada e Conte Lopes na Câmara Municipal, poucas horas antes (JUDENSNAIDER, 2013, p. 199-200).

Neste mesmo dia a presidente Dilma Roussef se pronunciou em rede nacional, parabenizando os manifestantes, definindo os protestos como expressão da democracia e dizendo que seu governo está em sintonia com os anseios populares (HAUBERT, 2013). Apesar de não apresentar nenhuma proposta concreta como resposta aos atos, e ter sido uma tentativa de acalmar os ânimos das ruas, tal atitude demonstrou que as manifestações haviam sim se tornado um incômodo e, portanto, o poder popular, por fora das instituições, estava sendo reconhecido.

Em contradição com as declarações iniciais, em 19 de junho o governador Alckmin e o prefeito Haddad anunciam a revogação do reajuste da passagem do transporte público em São Paulo, voltando a custar R\$3,00 (JUDENSNAIDER, 2013). Indubitavelmente uma vitória, o que precisava ser comemorado da maneira como foi conseguido, ou seja, nas ruas. Para tanto, o MPL chamou um ato para 20 de junho, que contou com cerca de 110 mil participantes (UOL, 2013b). O Movimento Passe Livre apesar de ter alcançado o que objetivava no momento continuou fiel a sua pauta da tarifa zero e a manifestação desse dia apesar de ser, de alguma forma, comemorativa, continuava sendo parte de um longo caminho a se trilhar para que essa luta seja de fato vencida. Entretanto durante essa noite de protesto,

onde até cartazes dizendo “Só Jesus salva” estavam presentes, o clima ficou completamente hostil, diferente do que predominado nas manifestações anteriores.

[...] apesar de as manifestações terem uma clara origem de esquerda, nem todos os que foram às ruas eram exatamente progressistas. Aliás, vale lembrar que o Brasil é bem conservador – da “elite branca” paulistana à chamada “nova classe média” que ascendeu socialmente, tendo como referências símbolos de consumo (e a ausência deles como depressão). Trata-se de uma população com 93% a favor da redução da maioridade penal. Que acha que a mulher não é dona de seu corpo. Que é contra o casamento gay. Que tem nojo dos imigrantes pobres da América do Sul. Que apoia o genocídio de jovens negros e pobres nas periferias das grandes cidades. Enfim, não é por que centenas de milhares foram às ruas por uma pauta justa que essa realidade mudou (SAKAMOTO, 2013, p. 97)

Ficou claro que haviam grupos muitos opostos dentro de uma mesma marcha. O exemplo mais marcante desta época é em relação a um dos princípios organizativos do MPL que é o apartidarismo, exposto no começo deste capítulo. O mau entendimento deste ponto fez com que durante as manifestações ele fosse interpretado como anti-partidarismo. Os partidos políticos passaram a ser apontados como não representantes do povo, responsáveis pelas desgraças sociais, pelo não comprometimento com as promessas, pela aceitação da corrupção. A bandeira do Brasil nas costas e o hino nacional cantado em altos brados junto à discursos em torno do valor da pátria, da luta pela nação, do orgulho de ser brasileiro ganharam muito espaço. Defendia-se que era necessário lembrar que acima de tudo éramos brasileiros, e que se os partidos políticos não faziam o que era preciso, faríamos nós, por nossa pátria. Parte disso era um nacionalismo bem intencionado, porém foi o espaço necessário para que grupos de práticas fascistas se organizassem. Nas redes sociais os debates sobre isso foram intensos, contudo neste dia o diálogo foi deixado de lado: participantes com bandeiras de partidos políticos, ou de movimentos sociais como o MST, bonés, camisetas ou até mesmo apenas vestidos de vermelho foram expulsos das manifestações pois estavam sendo ameaçados.

Na altura do número 900, quase em frente à TV Gazeta, o encontro dos grupos que, até ali, havia gerado empurra-empurra, muitos palavrões e confusões rapidamente controladas, ganhou um novo ingrediente. Jovens fortes, agressivos e com o rosto coberto por touca ninja, um deles segurando um taco de hóquei, queriam que os militantes dos partidos políticos e movimentos sociais abaixassem as bandeiras à força. Socos, chutes e correria. Um dos manifestantes foi atingido na cabeça e saiu da confusão sangrando bastante. (DIAS, 2013)

Após essa noite de barbárie o MPL anuncia no dia 21 de junho que não iria marcar outros atos e que estava se retirando das manifestações por ver levantadas diversas bandeiras como as quais não concordava como a redução da maioridade penal e pela criminalização do aborto (BOTTINI FILHO & RIBEIRO, 2013). Ficava claro que quem dizia que o gigante havia acordado simplesmente ignorava que a periferia jamais dormiu, os movimentos sociais jamais dormiram, as feministas, os homossexuais, os negros, os sem-tetos sempre estiveram nas ruas, em marcha, enfrentando a violência policial e buscando transformações. (SAKAMOTO, 2013). Ou seja, o movimento havia sido tomado por uma onda reacionária que nada tinha a ver com àqueles atos iniciais

Mais tarde, neste mesmo dia, a presidente Dilma novamente fez um pronunciamento sobre as vozes das ruas. Desta vez, o tom do discurso já foi diferente, uma vez que apresentava planos mais concretos de medidas a serem tomadas para sanar algumas das infinitas insatisfações populares Dilma falou sobre o Plano Nacional de Mobilidade Urbana, que deveria ser elaborado em conjunto com governadores e prefeitos, com o objetivo de solucionar os problemas de transporte pelo país, porém privilegiando o transporte coletivo. Falou também sobre a proposta que estava em discussão no Congresso sobre a destinação de 100% dos *royalties* do petróleo para a educação. Por fim falou sobre as melhorias na área da saúde com a vinda de médicos do exterior para expandir o atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e levar cuidados médicos a populações de áreas afastadas. (LOURENÇO & MÁXIMO, 2013).

Em todo o país mais de cem cidades conseguiram a revogação do aumento da tarifa de transporte público, porém o povo continuou, e continua, nas ruas por diversas outras pautas. Não cabe aqui, entretanto, entrar na discussão sobre a continuidade das manifestações, até por questões de limitação do objeto de estudo e de recorte temporal. Por outro lado, uma vez descritas as manifestações ocorridas em Junho de 2013 na cidade de São Paulo, é de extrema relevância olhar de forma mais aprofundada o assunto pois até o momento foi exposta a narrativa dos acontecimentos, mas não exatamente o cenário que propiciou o advento das Jornadas de Junho.

Uma fagulha pode incendiar uma pradaria, dizia Mao Tse- Tung. Ora, qualquer esforço de análise que pretenda examinar os processos em curso desde uma perspectiva história deve dirigir seu olhar não para a fagulha que deflagra o incêndio, mas para as condições da pradaria, que, estas sim, explicam por que o fogo pode se propagar. A pradaria, como agora se sabe, estava seca, pronta para incendiar-se (VAINER, 2013, p. 36)

Por mais que o foco deste estudo seja o uso da internet pelo Movimento Passe Livre, certamente é preciso entender o cenário político, econômico, e conseqüentemente, social do país para podermos determinar posteriormente em qual grau a utilização da rede pelo movimento foi relevante para a construção e desenrolar das manifestações. Desde 1992 não acontecia no Brasil algum protesto com esta dimensão. Se for levado em conta que, no ato do dia 17 de junho, por exemplo, 53% dos manifestantes tinham menos de 25 anos e 71% deles participavam pela primeira vez de um protesto, pode-se depreender são pessoas que não possuem um histórico de engajamento e participação em manifestações. Sendo assim, é preciso pensar o que as fez saírem de casa e se envolverem com o momento de contestação.

Fundamental para entendermos a conjuntura do momento é tratar da adoção do modelo neoliberal no Brasil, que desde os anos 1990, redefiniu as formas de relação entre Estado, capital e sociedade e, conseqüentemente, afetou a maneira dos gestores administrarem as cidades. Sob o modelo anterior, de influência keynesiana, a cidade seria fruto de um planejamento, com olhos voltados à racionalização e funcionalização do espaço, por meio de planos diretores e zoneamentos, de acordo com necessidades mais gerais de acumulação e circulação do capital. Entretanto, no modelo neoliberal, sob os preceitos do Consenso de Washington, a cidade é vista como um espaço de valorização e financeirização do capital de forma direta, fazendo com que a cidade passe a parecer mais com uma empresa que, inclusive, concorre com outras cidades para se tornar mais atrativa para os investimento de capitais. Dessa forma, recursos públicos como subsídios, isenções e terras são entregues ao capital.. Do ponto de vista neoliberal a “intervenção do Estado é visto como algo nefasto – inibe o livre jogo das forças de mercado que pelos cânones do liberalismo econômico asseguraria a alocação ótima dos recursos” (VAINER, 2013, p. 38). Contraditoriamente, por mais que o neoliberalismo defenda a não participação do Estado e a auto-regulamentação do mercado, ele depende dos subsídios vindos dos cofres públicos, por exemplo. Esta parceria entre Estado e iniciativa privada que é o projeto neoliberal e que prioriza a liberdade de circulação do capital juntamente com o abandono das políticas públicas sociais fez com que o neoliberalismo ao lado da globalização aumentasse as desigualdades sociais.

Entretanto durante o mandato de presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva num projeto neodesenvolvimentista retoma os investimentos em áreas relevantes como habitação e saneamento, bem como busca alternativas para resolver os problemas da fome e da pobreza, com programas como o Bolsa Família, Luz para Todos e também Universidade para Todos.

Tais programas colaboraram para um fortalecimento do mercado interno, o salário mínimo obteve um aumento real de aproximadamente 55% entre 2003 e 2011 e as pessoas consideradas em condição de pobreza diminuíram de maneira significativa, passando de 37,2% para 7,2%. Também foi lançado, em 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que buscava incentivar o investimento em obras de infraestrutura como portos, aeroportos, rodovias, redes de esgoto, etc., através da diminuição do imposto em determinados setores, como o de produtos de construção civil, o que acarretaria, também, no aumento de empregos relacionados a estas obras. Dois anos depois o governo lança o programa Minha Casa Minha Vida, um programa do governo federal esboçado por este em parceria com empresários tanto do setor imobiliário quanto da construção civil de financiamento da habitação, que pretendia facilitar a aquisição da casa própria. No ano seguinte, já com Dilma Rousseff no cargo de presidente, foi lançado o PAC II, que também buscava investir em áreas como saúde, habitação, cultura, energia, meio-ambiente e transportes. A combinação de tais programas ocasionou um boom imobiliário no país, principalmente nas cidades de grande porte. (MARICATO, 2013, p. 23).

Alguns índices ajudam a compreender a forma que a economia se comportou após este período. No ano de 2009 o Produto Interno Bruto (PIB) tanto do país quanto do setor da construção civil eram negativos, porém em 2010 estes já estavam nas marcas de 7,5% e 11,7%, respectivamente. Em relação ao desemprego, em seis regiões metropolitanas, que era de 12,8% em 2003, a queda também foi grande e chegou a 5,8% em 2012. Já os investimentos de capitais privados no mercado residente, o aumento foi significativo: de R\$1,8 bilhões no ano de 2002 para R\$79,9 bilhões em 2011. No mesmo período, os subsídios governamentais passaram de R\$784,727 milhões para R\$5,3 bilhões. Neste período, também, muitas dos líderes ligados a movimentos sócias da área da reforma urbana foram colocados em instituições do governo, e acabaram por lá se acomodando, o que fez com que as discussões nesse sentido esfriassem um pouco. (MARICATO, 2013). Sendo assim, sem o contraponto dos questionamentos propostos pelos movimentos sociais, as cidades viram os números de prédios e carros particulares aumentarem significativamente, o que foi visto como progresso.

Todavia, outros índices ajudam a começar a enxergar o cenário que gerou tamanha indignação da população brasileira. Com o boom de investimentos na área da construção, a cidade de São Paulo viu o preço de seus imóveis aumentar 153% entre 2009 e 2012, e 184% no Rio de Janeiro. O acontecimento de três grandes eventos no país, a Copa das

Confederações da Fifa em 2013, a Copa do Mundo da Fifa em 2014 e as Olimpíadas no Rio de Janeiro em 2016, colaboraram para acelerar o mercado da construção civil e a especulação imobiliária. A consequência disso foi a expulsão dos pobres para além da periferia, onde talvez pudessem conseguir algum lugar para habitar, mesmo que em áreas irregulares, não habitacionais. Diz-se que foram para além da periferia, pois mesmo na periferia os pobres não foram permitidos ficar devido a despejos violentos de áreas abandonadas por anos, mas agora de interesse imobiliário, e incêndios suspeitos em favelas que estavam em áreas relativamente bem localizadas.

Nas regiões onde haveriam construções de infraestruturas ligadas às copas (das Confederações e do Mundo) nas cidades anfitriãs dos jogos diversas famílias foram removidas a força de onde moravam, e realocadas nos entornos das cidades. O descontentamento com o rumo que tomaram as obras da Copa era expresso nas vozes das ruas em junho quando os manifestantes vendo os gastos públicos exorbitantes com o evento gritavam “da Copa eu abro mão, eu quero mais dinheiro pra saúde e educação”. De alguma forma, pediam uma maior atenção para os aspectos sociais, coisa que foi deixada de lado em favor do capital que mandou a força de trabalho para mais longe dos centros das cidades e dos postos de emprego, praticamente lhes negando o direito a cidade.

[...] grande parte de nossas cidade é construída pelos próprios moradores em áreas invadidas – muitas delas ambientalmente frágeis – ou adquiridas de loteadores ilegais. Para a construção desses bairros não contribuem arquitetos ou engenheiros, tampouco há observância de legislação urbanística ou de quaisquer outras leis, até mesmo para a resolução dos (frequentes) conflitos, para a qual não contribuem advogados, cortes, juízes ou tribunais. Trata-se de uma força de trabalho que não cabe no mercado residencial privado legal, que por sua vez (e por isso mesmo) é altamente especulativo. Trata-se, portanto, de uma força de trabalho barata, segregada e excluída da cidade legal. (...) A melhoria desses bairros é fonte inesgotável do velho clientelismo político: troca-se por votos a pavimentação de uma rua, a iluminação pública, uma unidade de saúde, uma linha de ônibus, etc. (MARICATO, 2013, p. 21).

Tal situação complica ainda mais o problema da mobilidade urbana, e sem dúvida afeta de forma mais violenta as camadas mais baixas da sociedade, isto por que estes precisam ficar muito mais tempo do seu dia dentro de ônibus, trens e metros para conseguirem ir e vir de onde trabalham. Cabe ainda lembrar que nas áreas onde foram feitos investimentos e projetos de mobilidade, também foi aplicada uma política higienista de limpeza étnica e social, que não resolve os reais problemas dos pobres, população de rua, sem-tetos e viciados, por exemplo. Apenas os afasta dos olhos da classe média e dos investidores, criando uma

falsa ilusão de melhoria na região. Cria, também, uma cidade fragmentada e conflituosa, onde parte dos habitantes é visto de maneira negativa e devem ser mantidos à margem da sociedade, sendo usados apenas como força de trabalho para que o capital continue a se reproduzir. Exemplo disso visto durante os últimos atos em junho, eram os cartazes com dizeres como “Pelo fim do funk alto no busão”. Sem comprometimento algum com a pauta inicial do movimento, queria-se apenas protestar não pelo uso de fone de ouvido em respeito ao ambiente coletivo, mas sim contra um estilo de música vindo da periferia, e, por conseguinte, preconceituosamente contra àquele que vindo da periferia não sabe se comportar e escuta tal tipo de música em volume alto.

Mesmo que a cidade tenha sempre sido palco de diferentes estágios no desenvolvimento geográfico, atualmente essas diferenças tem caminhado no sentido de se tornarem muito mais extremas. (HARVEY, 2013, p. 28) Enquanto os bairros ricos contam com estruturas de campos de golfe e aeroportos privados, os bairros pobres, dentro da mesma cidade, têm de conviver com esgoto a céu aberto correndo entre as casas, nas ruas que são lugar das brincadeiras das crianças. Ou seja, enquanto uma parcela da população paulistana utiliza helicópteros para fugir do trânsito caótico e, obviamente, do sistema de transporte coletivo problemático, outra parcela vive em bairros onde chegam poucas linhas de ônibus ou sequer possuem condições financeiras de bancar a tarifa do transporte coletivo para saírem em busca de emprego, qualificação profissional ou atendimento de saúde. Negar o acesso a cidade a essa população, por meio do transporte público voltado para os interesses particulares, é condená-la a uma vida sem possibilidade alguma de melhoria, cuidados e, acima de tudo, direitos garantidos pelos aparelhos legais.

O transporte coletivo em São Paulo que atualmente já se encontra em situações deploráveis de uso, principalmente por conta da superlotação nos horários de pico, acabou ficando ainda mais em segundo plano com a redução do imposto que incide sobre o valor dos automóveis particulares. Com os descontos aliados à facilidade de compra e parcelamento, as pessoas optaram por adquirir seu próprio carro como forma de conseguir um pouco mais de conforto nos trajetos entre residência e emprego, principalmente. Em 2001, em 12 grandes cidades, havia 11,5 milhões de automóveis e 4,5 milhões de motos. Num espaço de 10 anos esse número subiu, respectivamente para 20,5 milhões e 18,3 milhões. Outro fator importante para que o transporte coletivo ficasse ainda mais abandonado e precário são os investimentos

do governo para os automóveis particulares como subsídios para o combustível e outros itens que superam o investimento na área de transporte público.

Novamente, os usuários do transporte público das camadas menos abastadas sequer contam com a possibilidade de ter um meio de transporte motorizado particular. Para eles, não há escapatória do sufoco diário. Por fim, mais um complicador na questão da mobilidade urbana é o investimento na construção de estruturas que priorizam o fluxo do transporte individual, como viadutos, pontes, túneis e a ampliação de avenidas. A cidade do projeto neoliberal tem comprometimento apenas com a expansão do capital e, portanto tais obras não são fruto de projetos de racionalização do uso da cidade e da mobilidade urbana, mas sim objeto da necessidade de facilitar a expansão do mercado imobiliário, além de serem uma forma de troca de favores políticos, quando os governos facilitam a entrada de determinadas empreiteiras que depois retribuem com financiamento de campanhas eleitorais (VAINER, 2013).

Mas se pensarmos que facilitar o acesso de todos ao transporte coletivo traria, inclusive, melhorias para o capitalismo, pois assim haveria uma maior circulação de pessoas entre os espaços, inclusive os de consumo, acalentando a economia local por que então este ponto é cada dia menos discutido nos espaços deliberativos? Grande parte desse entrave na discussão das possíveis soluções para o problema da mobilidade urbana através da melhoria dos transportes coletivos, se deve a um núcleo forte do empresariado do transporte individual que “têm alta capacidade de pressão, pois contam com político aliados em posições-chave, na Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, e potencial chantagem sobre o governo, ameaçando demitir trabalhadores se seus interesses não forem atendidos” (PECHANSKI, 2013, p. 62).

Essa questão do mundo do trabalho também foi fator detonador das revoltas de junho pelo país inteiro. É ponto relevante para compreender a massa que esteve nas ruas, a compreensão de sua composição. Como citado neste capítulo, ela era em grande parte formada por jovens e do total dos entrevistados em no 5º ato em São Paulo, 77% tinham curso superior de ensino. (SECCO, 2013). Ou seja, jovens que cresceram ouvindo que o estudo os levaria além, traria melhores oportunidades de crescimento profissional, estabilidade financeira e consumo. Contudo “o salário médio mensal dos trabalhadores com mais anos de escolaridade recuou entre 2002 e 2011 no Brasil. A média de salário dos profissionais com 12 anos ou mais de estudo caiu 8% nesse período, de R\$ 3.057 para R\$ 2.821 (a variação já

desconta a inflação do período).” (ALVES, 2013b). Essa parcela jovem e frustrada com a realidade do mercado de trabalho constitui uma nova camada média dentro da classe social do proletariado. São eles jovens adultos, com maior qualificação educacional, mas que são inseridos de forma precária nas relações trabalhistas neoliberais, através de terceirizações, empregos temporários, por tempo parcial e estagiários, por exemplo. Dessa forma, são jovens frustrados com sua expectativa de vida como um todo: seus planos, suas vontades, seus desejos de aquisição. Contudo essa camada da população não é homogênea, e isso ajuda a explicar em partes o motivo de o movimento de esquerda ter inicialmente ganhado tantos adeptos e depois ter descambado para uma marcha de caráter completamente oposto e conservador.

Por um lado, a parcela do precariado despolitizado e indignado torna-se refém das ideologias reacionárias de direita ou extrema direita. Por outro lado, a parcela do precariado mais politizada e inquieta com a condição de proletariedade tende a assumir, em sua ampla maioria, a ideologia do proletariado radicalizado que encontra no esquerdismo seu leito natural. Estes são os pólos antípodas da alma do precariado, manipulados, em seus limites antitéticos, pelas forças políticas da esquerda e extrema esquerda (por exemplo, comunistas revolucionários, anarquistas ou anarcoliberais) e, na outra ponta do espectro político, pelas forças políticas da direita liberal, reacionária e neofascista.

É isto que explica os dois tempos da revolta do precariado no Brasil: num primeiro momento, o movimento social foi conduzido pelas forças de esquerda radicalizada e, num segundo momento, interpelado pela mídia liberal-conservadora, o movimento social foi hegemonizado, em suas demandas políticas, pelas forças da ideologia da “classe média” liberal de cariz neofascista. (ALVES, 2013a)

Sendo assim, a combinação desses fatores ao longo dos anos gerou uma situação insustentável no ramo dos transportes, tanto público quanto o privado, já que o aumento do número de automóveis nas ruas ocasiona os tão conhecidos congestionamentos kilométricos em São Paulo.

A cidade neoliberal aprofundou e agudizou os conhecidos problemas que nossas cidades herdaram de quarenta anos de desenvolvimentismo excludente: favelização, informalidade, serviços precários ou inexistentes, desigualdades profundas, degradação ambiental, violência urbana, congestionamento e custos crescentes de um transporte público precário e espaços urbanos segregados. Nesse contexto, o surpreendente não é a explosão, mas que ela tenha tardado tanto (VAINER, 2013, p. 39).

Enfim, a soma das insatisfações ocasionou as revoltas de junho, que mesmo que não fosse um movimento de uma voz uníssona em relação ao motivo de suas indignações, foi um momento de experiência de apoderamento e um ambiente de discussão e formação política

para toda uma geração que nasceu e cresceu num país onde apesar das mazelas, não apoiava os movimentos sociais nas ruas. E, por mais que hajam grandes diferenças entre as pautas das Jornadas de Junho e as pautas dos movimentos estrangeiros de grande projeção iniciados em 2011 (Indignados, Occupy e Primavera Árabe), o acontecimento destes no cenário internacional colaborou para o acontecimento das Jornadas no país, por mais que o MPL, na figura de seu representante Luca tenha uma opinião divergente quanto a isso.

A Prefeitura que fez essa pesquisa, é da SPTRANS. Quando eles queriam implementar as televisões nos ônibus, a questão deles era assim: “Seu usuário, seu consumidor, fica mais de 2 horas assistindo você” por que então o cara vai ficar mais de duas horas no ônibus. É muito tempo, é quase 10% do dia. A problemática é: o transporte intermedia o acesso à cidade, da moradia pra todo o resto: pra lazer, pra educação, pra saúde, então é uma questão muito importante, é uma questão estrutural na vida urbana, o transporte que possibilita a vida urbana. E na questão urbana da cidade de São Paulo tem-se essa tensão muito grande, esse problema urbano de São Paulo, e acho que é daí que surge Junho. Junho não surge por outros Outubros, por outras Primaveras, por outros lugares, ele surge porque São Paulo tem essa questão urbana e a questão urbana é também presente em outras cidades, tem outras problemáticas em outras cidades no Brasil, e por isso, que se torna uma questão nacional, não é porque, do nada, alguém decidiu nacionalizar, não é porque tem outras questões internacionais, porque tem a Praça na Turquia, tem a Guerra na Síria, é porque tem uma questão concreta no Brasil e em São Paulo, e é dessa questão concreta, desses problemas concretos, que surgem essas lutas, principalmente em São Paulo. (LUCA, 2013)

Inquestionavelmente havia uma pauta própria, da conjuntura brasileira. Porém a agitação dos movimentos sociais desde 2010 no cenário internacional influenciou para a retomada da noção de coletivo e da capacidade de organização e articulação em torno de uma causa a parte de filiação partidária ou participação prévia em movimentos sociais mais tradicionais. Nos últimos anos, no Brasil, algumas marchas ganharam importância e também ajudaram a fortalecer a cultura da rua como espaço de luta. (CARVALHO, 2013). A Marcha das Vadias, por exemplo, acontece no país desde meados de 2011 e busca combater a idéia que aponta a vítima do estupro como a própria culpada de tê-lo sofrido, bem como outros assuntos ligados ao feminismo e ao direito da mulher sobre decidir sobre o seu próprio corpo. Desde então a marcha se expandiu e acontece em diversas cidades do país. (MARCHA DAS VADIAS, 2013) Já a Marcha da Maconha ocorre no país desde 2002, mas ganhou um maior espaço ao ser, em 2011, proibida em São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba mas posteriormente autorizada pelo Supremo Tribunal Federal que alegou que a proibição feria a liberdade de expressão. (MARCHA DA MACONHA, 2013).

As polêmicas em torno dessas marchas também foram responsáveis por fazer com que as pessoas tivessem uma percepção maior de que o povo na rua é um incômodo para o governo e exatamente por isso podem e devem fazer uso deste potencial para buscar as mudanças que almejam. Assim, tem início a destruição da ilusão criada pela recente instauração do sistema democrático no país, de que o voto é a arma do povo para a construção da sociedade mais justa que se quer. Mas vê-se que as pessoas perceberam que a democracia “foi reduzida a um mercado de votos em eleições realizadas de tempos em tempos, mercado dominado pelo dinheiro, pelo clientelismo e pela manipulação midiática. E essa incapacidade cidadã de controlar seu dinheiro e seus votos tem consequências em todos os âmbitos da vida” (CASTELLS, 2013, p. 179)

Esse despertar justifica a onda de aversão aos partidos políticos. Descrentes do comprometimento dos políticos eleitos para com seu eleitorado, a crise de representatividade também foi uma das motivações para os manifestantes das Jornadas de Junho, pois tendo em vista que grande parcela daqueles que são colocados nos altos cargos políticos no país não escutam as vozes populares, então a maneira de buscar as melhorias é junto a seus iguais, por meio da pressão das ruas. Justifica, também, a intolerância a mídia tradicional no meio das manifestações, já que esta manipula e edita discursos e fatos, fato que ficou mais claro com o uso das redes sociais como meio de contar uma versão alternativa dos ocorridos, com provas inquestionáveis de veracidade, como vídeos e imagens. Contudo a luta ainda é longa contra a manipulação dos veículos de comunicação e pela democratização destes, com o objetivo de alcançar uma sociedade com participação de todos. Como se vê pela forma como as Jornadas se encerraram, “apesar de a maioria dos jovens manifestantes usar a internet para combinar os protestos, os temas continuam sendo produzidos pelos monopólios de comunicação.” (SECCO, 2013, p. 73).

Capítulo 2: Meios de comunicação e internet: pensar as possibilidades e limites para os movimentos sociais

A relevância do uso da internet pelos movimentos sociais só pode ser apontada pela contraposição entre o modo de funcionamento da rede de computadores e a forma de organização da mídia tradicional, devido a relevância que a comunicação possui na construção dos movimentos. Para tanto, nesse capítulo traçaremos um breve relato da história da internet, sua expansão e suas possibilidades de usos. Nesse ponto será introduzida a questão da maneira de funcionamento da mídia tradicional com o objetivo de esclarecer os motivos pelos quais os movimentos sociais são desfavorecidos por estes veículos de comunicação e tem na internet uma chance de incorporar mais um instrumento de organização, articulação e divulgação das suas lutas. É importante frisar que para o trabalho não se descole das condições materiais, e, portanto, das condições reais, serão também abordadas as limitação que o uso da rede possui em comparação às outras mídias.

A internet, em seus primórdios, estava ligada a um interesse do governo americano em fortificar sua forma de atuação militar num contexto de guerra. Hobsbawm (2008) afirma que a guerra acelera o progresso técnico, bem como arca com os custos de desenvolvimento destas inovações, que em outras situações, em momentos de paz, os custos ligados ao desenvolvimento dessas novas tecnologias seriam julgados muito altos, não valeriam o custo-benefício. Sendo assim, elas poderiam até vir a ser desenvolvidas, mas num ritmo muito mais lento. São frutos da guerra o transistor, os computadores digitais civis, o radar e o motor a jato, por exemplo. Com a internet, rede que interliga os computadores de todo o mundo, não foi diferente já que nasceu no ambiente da Guerra Fria.

Segundo Castells (2003) as origens da internet remetem à Arpanet, uma rede de computadores que havia sido montada em 1969 pela Advanced Research Projects Agency (ARPA), uma agência do governo americano ligada aos serviços de defesa nacional. Quando criada, em 1958, a ARPA deveria trabalhar para mobilizar recursos de pesquisa, principalmente no ambiente universitário, para assim conseguir uma superioridade tecnológica militar em relação à União Soviética que em 1957 havia lançado o primeiro dos satélites Sputnik. Inicialmente a Arpanet era um programa do Information Processing Technique Office (IPTO), fundado no ano de 1962 para estimular a pesquisa em computação interativa. Para montar a rede, a IPTO fez uso de uma tecnologia de transmissão de telecomunicações chamada de comutação por pacote, desenvolvida num centro de pesquisa na Califórnia que

trabalhada para o Pentágono juntamente com o British National Physical Laboratory. A proposta dos pesquisadores quando projetavam a comutação por pacote era de arquitetar e construir um sistema militar de comunicações que não sucumbisse sequer a um ataque nuclear. Não era exatamente o objetivo do Arpanet, mas a tecnologia foi utilizada na rede.

Os primeiros nós da rede estavam em centros de pesquisa e ensino como na Universidade de Utah, na Universidade da Califórnia em Santa Barbara, na Universidade da Califórnia em Los Angeles e no Stanford Research Institute. Dentro de dois anos a rede já possuía quinze nós e envolvia cada dia mais cientistas, professores e engenheiros de outras universidades, dentre elas Harvard e Massachusetts Institute of Technology (MIT). A primeira demonstração bem-sucedida da Arpanet foi realizada no ano de 1972 numa conferência internacional em Washington. Sem muitas demoras, a Arpanet foi conectada a outras redes que também era desenvolvidas pela ARPA, como a PRNET e a SATNET. Contudo a comunicação entre estas redes só poderia ser realizada se ouvessem protocolos de comunicação padronizados. No ano seguinte, 1973, num seminário em Stanford este desafio foi superado através do projeto de protocolo de controle de transmissão (TCP). Alguns anos depois, o TCP foi dividido em duas partes e a ele acrescentou-se um protocolo intra-rede (IP), criando assim o TCP/IP. Este é o padrão utilizado até os dias de hoje.

No ano de 1975 a Arpanet passa às mãos da Defense Communication Agency (DCA), que decide criar uma conexão entre várias redes sob seu controle com o objetivo de tornar possível a comunicação por computador para diferentes ramos das forças armadas. Para tanto, cria a Defense Data Network com ajuda do TCP/IP. Contudo a preocupação com brechas que poderiam ameaçar a segurança na rede fez com que em 1983 o Departamento de Defesa criasse a MILNET, uma rede somente para usos militares. Assim, a Arpanet ficou inteiramente dedicada à pesquisa e passou a chamar-se ARPA-INTERNET. No ano subsequente, a National Science Foundation (NSF) estabelece sua rede, a NSFNET, e em 1988 começa a usar a infraestrutura por onde passam as correntes elétricas (sinais) da ARPA-INTERNET, visto que esta por ser uma rede mais antiga já tinha esse *backbone* construído. No início dos anos 1990 a Arpanet considerada obsoleta do ponto de vista tecnológico, foi retirada de operação e sua administração foi passada à National Science Foundation (NSF). Essa mudança de administradores foi crucial para o rumo da rede, agora chamada somente NSFNET, visto que “com a tecnologia de redes de computadores no domínio público, e as telecomunicações plenamente desreguladas, a NSF tratou logo de encaminhar a privatização

da Internet” (CASTELLS, 2003, p. 15). A decisão tomada na década de 1980 pelo Departamento de Defesa de financiar fabricantes de computadores norte-americanos para assim incluir o TCP/IP em seus protocolos fez com que no início dos anos 1990 grande parte dos computadores dos EUA já tivessem capacidade de se conectar a rede, facilitando, assim, sua difusão. Contudo a operação privada da rede só se deu em 1995 quando NSFNET foi extinta.

Outro fato importante para a composição do que atualmente conhecemos como internet foi o desenvolvimento no fim dos anos 70 de um sistema de quadro de avisos que possibilitava a interconexão de computadores pessoais chamado bulletin board system (BBS). Também na mesma época, estudantes em Chicago criaram um programa que recebeu o nome de MODEM para assim transferir arquivos entre seus computadores pessoais. Criaram também uma forma de armazenar e transmitir mensagens entre os computadores, o Computer Bulletin Board System. Ambos foram liberados para domínio público.

O desenvolvimento do sistema operacional UNIX e sua liberação para as universidades, no ano de 1974, também foi essencial para a ampliação da rede. Por ter sido liberado o código-fonte do sistema, permitindo alterações na fonte, diversos estudantes tornaram-se peritos em sua manipulação. Quatro anos depois o mesmo laboratório que desenvolveu o UNIX distribuiu o programa UUCP (UNIX-to-UNIX copy) que possibilitava a cópia de arquivos entre computadores que possuíssem o programa. Baseando-se nessa lógica de troca entre computadores, estudantes projetaram um programa que tornava possível a comunicação entre computadores UNIX. Tal programa também foi distribuído gratuitamente e logo estava formada a Usenet News, com seu próprio *backbone* e ampliando a prática de comunicação entre computadores pessoais. A grande virada se dá quando em 1980 a Usenet News chega ao departamento de ciências da computação na Universidade da Califórnia em Berkeley, um dos nós da Arpanet. Um grupo de estudantes decide desenvolver um programa para ligar estas redes e a partir de então várias redes passaram a poder se comunicar entre si, formando então a internet.

Entretanto, para alcançar o mundo a internet contou com o desenvolvimento do programa navegador/editor (*browser/editor*) chamado *world wide web* ou somente *www*. Este era um programa que permitia tanto retirar quanto introduzir informação de e em qualquer computador que estivesse ligado à internet, e foi divulgado na rede, fazendo com que em seguida vários programadores começassem a desenvolver seus próprios *browsers*. É assim

que surge o Mosaic, um programa com capacidade avançada para distribuir e obter imagens por meio da rede e que contava com diversas técnicas de interface importadas de outras mídias. Sua criação foi importante para a popularização da internet devido a sua distribuição gratuita. Em 1995 é a vez da Microsoft lançar o seu *browser*, o Internet Explorer junto ao Windows 95. No mesmo ano é projetada a linguagem de programação Java que permitia a viagem de miniaplicativos entre computadores pela internet de forma segura. Estavam montadas as bases para o que até hoje é a internet.

A internet, logo, é uma rede formada por diversos nós, onde cada um destes nós é um computador com capacidade de receber conteúdos enviados por outros computadores ao mesmo tempo que também os envia. A existência de muitos desses nós interligados entre si é o que faz com que a internet seja denominada como uma rede. Dessa maneira, não há um núcleo produtor de informação, nenhum destes nós se sobrepõe aos outros. A troca de informações neste espaço virtual, chamado ciberespaço, é feita de forma não-hierárquica e descentralizada.

Sabendo da história da rede mundial de computadores sob este viés, é relevante neste ponto lembrar que a internet só se popularizou de forma tão rápida devido aos investimentos privados e à política neoliberal dos anos 1990. A Lei das Telecomunicações de 1996 desregulamentava o setor das telecomunicações, dando abertura para a entrada de qualquer interessado nesta indústria. Nessa época “o desenvolvimento da Internet parecia estar oferecendo um potencial sem precedentes e sem limites para a criação de redes de comunicação eficientes e de fácil uso nos negócios, entre negócios, e entre negócios e clientes – e para a interconexão dessas redes umas às outras.” (BRENNER, 2003, p. 325). As companhias do ramo implantavam um número imensurável de cabos de fibra ótica que cruzavam o mundo.

A internet, acima de tudo, recriou a noção de espaço e de tempo. Fica a impressão de que as distâncias no mundo encurtaram e que o tempo se acelerou. Ou seja, a internet é instrumento básico da configuração atual do sistema capitalista, pois por meio dela o capital se encontra em um estágio jamais antes visto de movimento sem atrito. (HARVEY, 2011). Com sua própria lógica e dinâmica a rede cria um ambiente virtual conhecido como ciberespaço

um campo de integração difusa e flexível dos fluxos de informações e de comunicação entre máquinas computadorizadas, um complexo mediador entre os homens baseado totalmente em dispositivos técnicos, um novo

espaço de interação (e de controle) sócio-humano criado pelas novas máquinas e seus protocolos de comunicação e que tende a ser a *extensão virtual* do espaço social propriamente dito. (ALVES, 2007, p. 62).

Dentro do contexto de reestruturação produtiva, o ciberespaço é o meio do qual as empresas fazem uso para se descentralizarem e para manterem seus fluxos de trocas financeiras sem maiores impedimentos. A partir de 1960 a economia se torna cada dia mais notadamente transnacional, superando territórios, limites geográficos e fronteiras de Estado. Estes, que antes faziam parte do esquema operatório básicos das empresas, agora são meros complicadores. Gradualmente as empresas passam a se organizar em forma de redes, o que não mais significa uma idéia abstrata de cooperação, mas sim “a representação de um novo arcabouço midiático técnico-material de comunicação (e de fluxo de informações), reticular e completo.” (ALVES, 2002, p. 90). Outra faceta bem interessante da internet é a que aponta para ela como um novo espaço de acumulação de capital. Com a abertura da exploração deste nicho do mercado, diversas empresas se desenvolveram, inclusive algumas que prestam serviços diretamente ligados à manutenção e funcionamento do ciberespaço, como provedores, mecanismos de busca, comércio eletrônico, etc. (MONTEIRO, 2008). O surgimento da internet, sendo assim, serviu para dinamizar capitais excedentes de outras áreas, gerando mais um espaço de acumulação.

Também crucial para que a popularização da rede se desse da maneira como foi, é a aposta da reestruturação produtiva na inovação tecnológica. Isso fez com que computadores e aparelhos relacionados ao uso da internet fossem aprimorados ao longo dos anos, tornando-os menores, mais leves, portáteis e, de certa maneira, mais baratos. No início para se usar a internet era necessário ocupar uma linha telefônica e o computador, na época composto por CPU, teclado, mouse e monitor todos separados, necessariamente deveria ficar perto da instalação telefônica na casa ou escritório e constantemente ligado à energia elétrica. Hoje em dia os sinais da rede continuam, sim, passando pela linha telefônica, porém ela não mais fica com o sinal de ocupado. Os usuários e seus computadores também ganharam certa mobilidade com o desenvolvimento dos sistemas sem fio, inclusive para a conexão à internet. “Um aspecto não mesmo significativo dessas inovações é o sistemático processo de miniaturização de tais produtos, ou seja, a *portabilidade*, que ampliou imensamente seu alcance e mercado potenciais.” (HOBBSAWM, 2008, p. 261), o que claramente se vê na enorme gama de produtos ligados à computação como notebooks, netbooks e os incontáveis modelos de celulares. Todos com acesso a internet, com bateria de longa duração e com pesos

suportáveis. Por fim, a simplificação na linguagem dos computadores possibilitou que usuários comuns, com o mínimo de conhecimento de informática explorassem a rede, tanto como consumidores de informações quanto como produtores.

De igual importância para a popularização da rede, é a nova forma que o ciberespaço ganhou nas últimas décadas. A criação de um site era privilégio daqueles que tinham um conhecimento avançado de programação informática, os usuários comuns apenas conseguiam acessar os sites e consumir as informações que ali estavam postadas, ou, no máximo, podiam enviar e-mails para uma lista de amigos. Mas o aparecimento de sites que possibilitam a todos a criação e publicação de conteúdos mudou a forma de se vivenciar a rede. Os blogs são exemplos desta mudança significativa. Neles qualquer pessoa sem muitos conhecimentos das ciências da computação pode ter o seu próprio endereço eletrônico e assim postar para toda a rede os materiais que mais lhe interessassem. Isso ampliou claramente o número de indivíduos que criam e enviam informações, e não apenas recebem e digerem.

Outro fator importante, porém mais recente, foi o desenvolvimento das chamadas redes sociais virtuais, como o Facebook e o Twitter. Com um perfil montado, qualquer um pode criar uma lista de amigos, desde que estes também possuam perfis neste site. A partir daí o detentor do perfil recebe todas as informações que os seus amigos compartilham, e vice-versa, fazendo com que assim os conteúdos circulem pelo ciberespaço de forma muito mais veloz e sem barreiras.

No Facebook há a opção de *Curtir* alguma coisa que foi publicada, e consiste em clicar neste botão apenas para demonstrar uma boa avaliação do que foi visto. Há também a opção *Compartilhar* por meio da qual o usuário posta em seu perfil o material que viu em outro perfil, e assim amplia sua circulação, podendo inclusive acrescentar uma nova legenda sua. Sempre abaixo de todo e qualquer material há a caixa de comentários para que àqueles que quiserem se manifestem de alguma maneira sobre o que veem. Existe também as mensagens *Inbox* que não são públicas, e funcionam praticamente como um e-mail: pode-se anexar fotos, vídeos, arquivos de texto, e só quem as lê são o remetente e o destinatário (podendo este ser múltiplo). Já no Twitter as postagens não podem ser como no Facebook, sem limites de caracteres: o usuário pode apenas postar uma mensagem de 140 caracteres por vez, conhecidas como tweet. A opção *Responder* estabelece um diálogo direto com o remetente da mensagem, sobre determinado tweet. A *Retweetar* repassa o tweet, exatamente da maneira como ele foi escrito, incluindo a foto e o nome de quem o escreveu. A *Favorite*

serve para formar uma lista dos tweets favoritos do usuário, para que posteriormente possa os consultar. E as *Mensagens Diretas* são como as *Inbox* do Facebook. O Youtube, um site que permite que o usuário se cadastre e coloque na rede os vídeos que desejar, desde que não descumpra algumas regras básicas no site também proporciona ao usuário a possibilidade de compartilhar muito conteúdo que anteriormente jamais teria divulgação alguma. Abaixo de cada vídeo é possível deixar comentários e clicar em ícones de *Gosto* e *Não Gosto* que vão computando os votos. O Youtube também permite que o usuário crie um *Canal*, onde posta seus próprios vídeos, normalmente sobre determinado tema.

Outra rede social mais nova, o Instagram, que apenas pode ser utilizado em celulares com acesso a internet e câmera, os *smartphones*, se foca apenas na divulgação de fotos e vídeos capturados pelo usuário por meio do seu próprio telefone, com no máximo uma pequena legenda e com a opção de alguns filtros de efeito de imagem. O usuário também pode clicar num ícone para sinalizar que gosta da publicação que aparece na sua lista de atualizações, e também pode deixar comentários. Caso o usuário assim desejas, o Instagram compartilha automaticamente nas outras redes sociais do usuário todas as fotos que ele postar. O Tumblr se assemelha a isso, pois também tem seu maior foco na publicação de imagens, ainda que haja vídeos, áudios e textos mais extensos. As funcionalidades são parecidas, e o usuário pode clicar em *Reblogar* para repassar o conteúdo e em *Like* para demonstrar ao outro usuário que gostou do material que gostou deste e, bem como o *Favorite* do Twitter, criar uma lista com os conteúdos que mais gostou. Já o Foursquare é uma rede social onde os usuários marcam os lugares onde estão, o que é conhecido como *check-in*. Podem marcar se estão com outros usuários, deixar comentários sobre o local e também clicar em ícones de *Curti esse lugar!* e *Não curti esse lugar!*. Assim, pode-se ver quantas pessoas já fizeram *check-in* no local e também quantas destas gostaram ou não. Em todas as redes sociais aqui citadas existem as *hashtags* já explicadas no capítulo anterior. Por fim, o Whatsapp também é relativamente novo mas extremamente popular, e apesar de não ser uma rede social tem sido bastante utilizado para a divulgação de materiais de forma rápida. O Whatsapp é um aplicativo para *smartphones* que consiste em permitir a troca de mensagens entre o usuário do celular e os números de sua agenda que também possuam o aplicativo e estejam conectados a internet. Dessa forma é possível trocar todo tipo de conteúdo de forma rápida, de onde quer que o usuário esteja, bem como é possível criar grupos de contatos para que a conversa se dê entre vários usuários. Dessa forma, os blogs deram ao usuário o poder de produzir e

disponibilizar conteúdos, mas as redes sociais modificaram a maneira com que estas informações são divulgadas.

David Harvey (2011) faz apontamentos em relação à maneira com que o capitalismo se desenvolve, buscando mecanismos que causem alterações às noções de espaço e tempo, sempre com o intuito final de acelerar seu crescimento e de reduzir barreiras espaciais, portanto o ciberespaço se encaixa nos interesses dos detentores do capital. Harvey (2011, p.55) expõe que para que o sistema capitalista se mantenha em crescimento ininterrupto é necessário que haja um fluxo contínuo de circulação de capitais, pois somente assim os lucros podem se tornar cada dia mais elevados. Isso justifica o constante empenho em buscar inovações tecnológicas que possam acelerar este processo, como por exemplo, a transformação dos computadores em aparelhos cada dia mais rápidos e capazes de processar mais informações.

Dessa maneira, pode-se afirmar que a apropriação da internet foi feita inicialmente pelos capitalistas com o objetivo de intensificar o crescimento do seu capital. Assim, a internet pode ser apontada, sem dúvidas, como um elemento de peso na compreensão da organização política, economia e social do nosso tempo.

É possível olhar para trás e definir «eras» de desenvolvimento capitalista que correspondem, grosso modo: ao caminho-de-ferro, barco a vapor, carvão e siderurgia, e telégrafo; ao automóvel, petróleo, borracha e indústrias de plástico, e rádio; ao motor a jacto, frigorífico, ar condicionado, indústria de metais ligeiros (alumínio) e TV; e ao circuito impresso dos computadores e à nova indústria eletrônica em que assentou a «nova economia» da década de 1990. O que falta neste relato é a compreensão das consequências sociais revolucionárias e contraditórias da dinâmica capital-Estado e das consequentes mudanças na forma organizacional (como a passagem das empresas familiares a empresas verticalmente integradas e a redes horizontais de produção e distribuição). (HARVEY, 2011, p. 113).

Esta mudança na forma organizacional a qual Harvey se refere, também tem seus reflexos na maneira como é feita a troca de informações entre os indivíduos comuns, não se restringe apenas à dinâmica organizacional do setor privado. O autor refere que as empresas passam a se organizar em redes horizontais de produção e distribuição. A mesma lógica é utilizada para a criação e divulgações de conteúdos de todos os que fazem parte do ciberespaço: com outra noção de espaço e tempo consegue-se disseminar ideias de forma mais rápida, mais abrangente e com menos filtros do que a mídia tradicional. É este potencial que a rede possui que atende aos interesses dos movimentos sociais. A internet dá a oportunidade que um número infinito de indivíduos participe de seu funcionamento: quantos mais nós,

maior se torna a rede. Além disso, devido a sua estrutura desierarquizada o controle das informações que circulam no ciberespaço é algo muito complexo.

o desenho original da internet foi idealizado para resistir um ataque militar. Como não há um centro e cada parte pode operar com quase total autonomia, a rede pode continuar funcionando mesmo quando parte dela é destruída. Esse mesmo elemento de desenho que assegura a sobrevivência, a descentralização, é o que torna tão difícil de controlar a rede (HARDT & NEGRI, 2000, p. 259, tradução nossa).

No Brasil a história da internet remete ao ano de 1987, quando esta começou a ser utilizada ainda de forma muito restrita. Nos primeiros anos somente tinham acesso à rede algumas instituições acadêmicas como as pioneiras Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC). No ano de 1992 começou a se tornar possível o acesso em grande parte do país, porém ainda privilégio de instituições educacionais, de pesquisa ou de gestão governamental. Porém somente em 1995 o Ministério das Comunicações e o Ministério da Ciência e Tecnologia decidiram dar início a implantação da rede para todo tipo de uso, ou seja, além do uso acadêmico e comercial, poderia agora ser utilizado no ambiente doméstico (FONSECA & SAMPAIO).

Alguns dados conseguem criar uma noção mais concreta em relação ao crescimento dos usuários na rede. Em 1998 apenas 3% da população mundial tinha acesso a internet. No ano de 2003, 10% das pessoas já utilizavam a rede. No próximos 6 anos esse número passou para 25,9% (ITU, 2009). Os dados atuais são de que, dentre os 7,1 bilhões de habitantes do planeta, 2,7 bilhões usam a internet, o que representa uma parcela de 39% da população (ITU, 2013). Contudo esse índice homogeneiza taxas de uso de diferentes regiões no planeta, que apenas refletem cenários de baixo desenvolvimento social já conhecidos: enquanto na Europa 75% das pessoas usam a rede, na África esse número é de apenas 16%.

É nesse ponto que as mídias tradicionais possuem grande vantagem em relação à rede pois questões sociais, como índice de analfabetismo, ainda favorecem, e muito, as televisões e os rádios em detrimento da internet. Num país onde o índice de analfabetismo é alto como o Brasil, representando 8% da população sem saber ler e escrever, a televisão e o rádio ainda são os meios de comunicação mais abrangentes, pois nos lares brasileiros, o rádio está presente em 83,4% deles e a televisão em 96,9%. Por outro lado, apenas 46,5% dos brasileiros usaram a internet nos últimos três meses, sendo que há uma diferença grande nesta taxa de acordo com as regiões analisadas. Enquanto no Sudeste, região com maior população do país,

54,2% das pessoas fez uso da internet, no Nordeste, que configura como a segunda região com maior população, apenas 34% desta teve acesso à rede (IBGE, 2011).

o poder dos meios de comunicação de massa assume proporções ainda maiores. Nesse contexto, os veículos eletrônicos desempenham um papel fundamental e vêm, ao longo do tempo, sendo instrumentalizados em benefício da classe dominante. Tentativas esparsas de contra-informação através de publicações alternativas sempre tiveram vida curta. (CALDAS, 2011, p. 25)

Esse empenho em destruir ou ao menos deslegitimar as tentativas de contra-informação se justifica pela forma como as concessões das emissoras de rádio e TV foram feitas no Brasil ao longo da história. Segundo Caldas (2011), o sistema de concessões remete ao Código Brasileiro de Telecomunicações (CTB), regulamentado em 1963. Neste, fica estabelecido que a outorga da concessão ou autorização de canais de rádio e TV são da competência da Presidência da República. Recentemente tal regulamento foi alterado e desde 2012 as outorgas de rádio são assinadas pelo Ministério das Comunicações, mas as concessões de TV permanecem nas mãos da Presidência (CRUZ & LOURENÇO, 2012) o que não chega a causar grandes impactos na política de distribuição de concessões.

Logo após a criação do CTB o Brasil entrou no período da ditadura militar e o governo na tentativa de ter controle sobre o território do país, expandiu os meios de comunicação e a maneira com que isso foi feito é determinante para podermos entender como se dão as relações que até hoje se dão no campo da distribuição das concessões. Para tentar construir uma coesão social, e tendo reais noções da importância do rádio e da TV na sociedade, a expansão foi feita por apadrinhados, ou seja, o presidente só concedeu canais de rádio e televisão àqueles que estariam ao seu lado. Exemplo emblemático dessa troca é o período de José Sarney no cargo de presidente da república e de Antônio Carlos Magalhães no de ministro das Comunicações, de 1985 a 1990. Apenas nos três primeiros anos de governo, foram feitas 524 concessões, sendo destas 83 emissoras de rádio e seis de TV para pessoas da Bahia, local de origem do ministro. No total, ao longo de todo o mandato, foram 858 concessões, onde 10% foram destinadas a pessoas com quem mantinha relação pessoal. Essa distribuição de concessões fazia parte de um processo de negociação. Era um troca de favores para que fosse aprovado mais um ano para o mandato do governo Sarney. (CALDAS, 2011)

No governo Sarney foram realizadas 33% (1.028) de concessões em relação ao total de outorgas (3.075). As demais 67% (2.047) foram distribuídas em todos os governos anteriores, de 1922 a 1985. O maior número de concessões durante o governo Sarney ocorreu justamente em seu último ano de mandato, 1988, coincidindo com o período de votação de tópicos cruciais

da Constituinte, entre elas a ampliação do mandato presidencial de quatro para cinco anos, que viria a beneficiar diretamente Sarney. Assim, é no período de janeiro a outubro de 1988 que as concessões atingem seu ponto máximo, com a outorga de 539 emissoras de rádio e de televisão (CALDAS, 2011, p. 116)

Algumas tentativas de tratar a comunicação como direito, e não como privilégio, foram feitas no período em que o país saía da ditadura, mas obviamente foram rejeitadas. Uma delas foi a chamada Emenda Popular 901, patrocinada pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), subscrita por quase 33 mil eleitores e assinada por sindicatos, federações, uniões estudantis e associações de trabalhadores que pretendia ser inserida no capítulo V da Constituição Federal de 1988, que trata da Comunicação. Seus princípios básicos eram a democratização dos meios de comunicação como condição essencial para a construção de uma real democracia, a favor do pluralismo para preservar a diversidade cultural, pelo fim da censura mesmo aquela determinada pelos donos dos veículos de informação, pelo fim da abordagem da informação como mercadoria mas sim como bem social, pela real liberdade de expressão e não somente pela liberdade de expressão dos empresários da comunicação e, por fim, o amplo acesso aos veículos de comunicação por meio da participação direta dos setores organizados da sociedade na definição de uma política democrática de comunicação (CALDAS, 2011). A Emenda não foi aprovada. A proposta da deputada Cristina Tavares que propunha a criação de um Conselho Nacional de Comunicação que tivesse a responsabilidade de outorgar as concessões de rádio e TV, além de elaborar e executar políticas de comunicação social também foi rejeitada. O conselho chegou a ser criado, mas apenas como órgão auxiliar do Congresso Nacional.

Dessa maneira, ao longo do tempo a concessão de canais de televisão e de rádio continuou sendo feita de forma privilegiada e os meios de comunicação que deviam prezar pela pluralidade de vozes, nunca de fato o fizeram. Exemplo disso foi a tentativa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema de conseguir uma concessão para poder veicular informações por uma outra ótica: a dos trabalhadores. Em 1985 o Sindicato organizou um simpósio onde foi fundada a Sociedade Radiodifusão, Cultura e Trabalho Ltda. com o objetivo de criar condições para que o este participasse dos editais de concessões das rádios. Apesar de saber das perversidades no campo das concessões, a Sociedade Radiodifusão participou dos processos de seleção quando em 1988 foram abertos três editais para rádios que operariam em regiões metropolitanas de São Paulo como o ABC, Moema ou

Guarulhos. Condizente com as suas lutas, a proposta apresentada para a Rádio dos Trabalhadores do Sindicato dos Metalúrgicos era clara.

não escamoteia seus objetivos com alegações de imparcialidade ou de objetividade dos fatos, ao contrário do discurso costumeiro dos dirigentes da maioria dos veículos de comunicação. As notícias do dia são apresentadas sob “a ética e os interesses dos trabalhadores”, de acordo com a proposta oficial da rádio. Ao se propor a fazer “a releitura dos fatos em geral”, pressupõe que a “leitura” desses mesmos fatos por outras emissoras de rádio não acompanha os interesses dos trabalhadores [...] coloca-se claramente a serviço dos assalariados, numa alusão explícita às diferenças de classe que permeiam a estrutura social brasileira (CALDAS, 2011, p. 50).

Entretanto apesar de cumprir todos os requisitos previstos em lei, nenhum dos pedidos da Sociedade foi aprovado: no quesito técnico as solicitações eram admitidas, mas no quesito político recebiam resposta negativa, sem maiores explicações sobre os reais motivos da reprovação. Tal resultado apenas reforça a ideia de que “o campo da mídia, na sociedade contemporânea, detém de modo crescente o poder de conferir ou negar existência social, publicizando ou silenciando acontecimentos e atores, seu espaço virtual transforma-se em uma das arenas essenciais da luta política na atualidade.” (HILSENBECK FILHO, 2004, p. 2). Ou seja, por serem grupos que entrariam nesta arena política como desafiadores da ordem vigente, não era interessante de maneira alguma para os governantes e para as elites conceder-lhes o direito de difundir amplamente suas informações através dos meios de comunicação.

Fato é que atualmente no país existem, legalmente, 1511 veículos de informação, sendo que neste grupo estão incluídos revistas, jornais, canais de TV aberta, canais de TV por assinatura a cabo e por satélite e rádios AM, FM e comunitárias. Deste total, 62% (ou seja, 938 veículos) estão nas mãos de apenas cinco redes. Em primeiro lugar está a Rede Globo com 340 veículos. Em seguida, SBT com 195. A Band aparece em terceiro com 166 veículos. Já a Record, em quarto lugar, controla 142 veículos. E em quinto, a EBC, controlada pelo governo federal, com 95 veículos. (PROJETO DONOS DA MÍDIA, 2013). Ou seja, as fontes de onde partem as informações que formam a opinião pública são muito poucas. Em alguns casos a ligação dos meios de comunicação com políticos é direta, já que no Brasil 271 deles são sócios ou diretores de 324 veículos de comunicação. Sendo assim, a função de divulgar e circular informações fica na mão de poucos, os quais não tem interesse em grandes mudanças.

Cabe ressaltar aqui que estas redes que controlam os veículos de informação são constantemente parte de um grupo ainda maior. A MTV, 7ª maior rede com 83 veículos, por exemplo, é controlada pelo Grupo Abril, extremamente influente no país. Fundada em 1950, a

Abril configura desde esta época como a líder absoluta do mercado editorial de informação do país e é composta pela Editora Abril, Abril Digital, MTV, FIZ TV, Canal Ideal, TVA e Abril Educação, com as Editoras Ática e Scipione. Em 2007 publicaram, no total, 314 títulos, que tiveram uma circulação de 163,8 milhões de exemplares. A Veja, revista deste grupo, é a quarta maior revista semanal de informação do mundo, e no ramo do mercado de livros escolares no Brasil, as editoras Ática e Scipione dominam 25% do mercado (PROJETO DONOS DA MÍDIA, 2013). O fato de este grupo controlar tantos veículos de informação e também estar presente no mercado de livros escolares com editoras de renome dá a dimensão de seu poder de construção da representação da realidade entre boa parte da população.

O poder que os meios de comunicação possuem é tanto que são referenciados como “o quarto poder”. Este nome provém da definição tradicional da democracia baseada na divisão feita por Montesquieu no livro *O Espírito das Leis*. Segundo ele, para que o absolutismo real fosse de fato abandonado era preciso que se configurassem três poderes: legislativo, executivo e judiciário. Contudo, com o passar do tempo, percebeu-se que somente esta estrutura não seria suficiente para o funcionamento da democracia, visto que tais poderes poderiam cometer abusos. Tal fato sofreu alterações a partir do século XIX, com o surgimento da imprensa de massa, que ao circular informações ajudava na formação da opinião pública, que por sua vez fazia pressão sobre os seus representantes nos poderes, e assim demonstrava seu descontentamento. Entretanto, atualmente a mídia, que deveria ser um contrapoder, se configura como apenas mais um ator que complementa a opressão e a manutenção da sociedade, pois os poderes midiáticos agora se relacionam intimamente com os poderes econômicos e financeiros. (RAMONET, 2013b)

Essa relação transforma a mídia num poder significativamente forte, porque “ao contrário também dos outros poderes, a mídia não tem um contrapoder. O governo tem a oposição, os empresários têm os sindicatos, as empresas têm as associações de usuários” (SERRANO, 2013a, p. 73) além de fazer com que os outros poderes dependam diretamente dela. Por exemplo, o poder executivo depende dos meios de comunicação já que quando um ministro dá uma entrevista coletiva, para dar explicações aos cidadãos sobre as políticas adotadas, intenções e posturas, no fim são os meios de comunicação que decidem se irão passar aquele pronunciamento e quais partes irão veicular. Já os membros do poder legislativo tem noção de que entre ter mais tempo numa intervenção na plenária do parlamento e ter alguns poucos minutos na televisão, é muito mais vantajoso falar na TV. Por fim, o poder

judiciário sabe que a mídia é tão forte e determinante nos seus julgamentos que os juízes têm isolado os jurados durante os processos para que estes não sejam condicionados pela versão dos meios de comunicação. (SERRANO, 2103a)

Soma-se a isso o fato de que toda informação veiculada é abordada e repassada de acordo com determinado ponto de vista: a idéia de neutralidade é completamente absurda. Portanto, da mesma forma que para entendermos o contexto social onde se deram as Jornadas de Junho precisamos compreender o nosso sistema político e econômico, para entender a mídia é necessário pensar no sistema também.

Considerando que o contexto econômico em que vivemos é dominado pelo neoliberalismo, devemos nos perguntar: qual é o comportamento dos meios de comunicação e conglomerados midiáticos no sistema neoliberal? Podemos identificar esse comportamento? O que é o neoliberalismo? É, de maneira geral, a idéia de que o mercado é mais importante do que o Estado e deve ter um espaço cada vez maior em detrimento deste. E quais são os atores do mercado? São as empresas ou grupos financeiros. Então, os conglomerados midiáticos são grandes atores do mercado, e ao mesmo tempo, sua missão é difundir ideologias disfarçadas de informação – “ideologia” talvez seja uma palavra politizada, digamos que promovem uma visão de mundo, uma maquete de mundo, um mundo ideal. De maneira geral, é isso que os meios de comunicação fazem. (RAMONET, 2013b, p. 62 – 63).

Esta relação entre mídia e poder econômico se intensificou nas décadas de 1980 e 1990 quando a liberalização permitiu a entrada de capital financeiro nos mercados de comunicação e bancos e fundos de pensão investiram nestes a espera de alta rentabilidade devido à explosão digital. (MORAES, 2013b). Formaram-se assim os conglomerados midiáticos, composto por empresas, o que permitiu que o poder midiático se estruturasse de uma forma muito mais livre do que os outros poderes. Diz-se isso porque seriam punidos qualquer representante dos poderes executivo, legislativo ou judiciário que recebessem dinheiro de um setor ou de uma pessoa para que se posicionassem a seu favor. Situação que não acontece com a mídia, que diariamente “recebe dinheiro (seja com publicidade ou por outra vida) de setores interessados ou com vocação de influencia social” (SERRANO, 2013a, p. 73).

Dessa maneira, é possível compreender que os meios de comunicação não irão se posicionar de maneira radicalmente crítica contra o que está posto, pois sua posição no sistema atende a determinados interesses, o que nos permite enxergar melhor

[...] sua condição peculiar de agente discursivo de globalização e do neoliberalismo. Não apenas legitima o ideário global, como também o transforma no discurso social hegemônico, propagando valores e modos de

vida que transferem para o mercado a regulação das demandas coletivas. A doxa neoliberal procura neutralizar o pensamento crítico, reduzir o espaço para ideias alternativas e contestadoras, ainda que estas continuem se manifestando, resistindo e reinventando-se. Trata-se, pois, de uma função ideológica que consiste em “realizar a lógica do poder fazendo com que as divisões e as diferenças apareçam como simples diversidade das condições de vida de cada um”, o que significa “escamotear o conflito, dissimular a dominação e ocultar a presença particular, enquanto particular dando-lhe a aparência de universal”. (MORAES, 2013b, p. 46).

Cabe aqui fazer duas considerações relevantes em relação ao que foi acima dito. Primeiramente que ao entender o ponto de vista do discurso da grande mídia fica mais claro o porquê apesar de haver diversos canais de TV, por exemplo, com algumas diferenças entre eles, a abordagem sobre a maioria dos temas ainda é bem semelhante e não há espaço para grandes questionamentos e enfoques alternativos, Segundo que é preciso pontuar o fato de que a recepção da audiência dos meios de comunicação não é inteiramente passiva, entretanto a maneira como estes formam a opinião de espectadores de diferentes poderes aquisitivos e escolaridade é bem distinta, pois aqueles que possuem melhores condições podem buscar outras informações, mais completas e independentes do que os dados são expostos pela mídia oficial. (CALDAS, p. 124).

É nessa questão que a internet aparece como uma alternativa de meio de informação mesmo para aqueles de menor poder econômico, o que se evidencia pelo dado de que hoje nas favelas brasileiras 50% dos domicílios já possui acesso à rede. (PAPP, 2013) Dessa maneira, apesar de os números caracterizarem a televisão e o rádio como os principais meios de informação, a internet apresenta um grande potencial a ser explorado e que tem sido cada dia mais evidenciado por alguns acontecimentos recentes. Um deles é a divulgação por meio da internet de versões diferentes àquelas transmitidas pela grande mídia e também informações que sequer estavam presentes nos programas de TV, rádio e nas edições de jornais e revistas de renome. A possibilidade de divulgar vídeos, áudios e imagens também ajuda na comprovação da veracidade da versão alternativa.

Curiosamente, foram as redes sociais que permitiram isso. Vejam o que aconteceu na Tunísia ou no Egito, onde ditaduras muito antigas, de mais de cinquenta anos, acreditavam que já dominavam a sociedade porque controlavam o rádio, a televisão e a imprensa escrita. Mas, de repente, as novas gerações começaram a conhecer o conteúdo do WikiLeaks, repassando a informação pelo Facebook, Twitter ou e-mail. Elas se autoinformaram, protestaram, criaram uma contraopinião pública, e as ditaduras não puderam resistir.

Atualmente, os jovens do mundo – na Espanha, nos Estados Unidos, na Grécia, na Inglaterra, em Israel, no Chile – estão se autoinformando e

protestando contra uma espécie de aliança entre os poderes tradicionais e o poder midiático (RAMONET, 2013a, p. 99).

Na América Latina, a tradição de comunicação alternativa é de longa data. Nos anos 1940 já haviam rádio livres e comunitárias, de baixa potência e condições técnicas improvisadas que divulgavam temas educativos e o Evangelho, buscando a promoção o desenvolvimento agrário. Nos anos 50, na Bolívia, rádios financiadas por sindicatos operários contribuíram para a mobilização em protesto a exploração dos trabalhadores nas minas de estanho. Estas emissoras transmitiam as assembleias comunitárias e incentivavam os debates, que acabaram por ajudar no processo que levou a reforma agrária no país, bem como na instauração do voto universal e a nacionalização da mineração boliviana. No fim dessa mesma década, mas em Cuba dessa vez, as transmissões de rádios clandestinas tiveram papel determinante na divulgação de estratégias e orientações táticas nas frentes de guerrilha lideradas por Fidel Castro, Ernesto Che Guevara e Camilo Cienfuegos. Seis meses depois a Prensa Latina foi fundada. Esta, que até hoje existe, foi criada com o intuito de ser uma agência informativa que divulgasse o que de fato estava acontecendo em Cuba e comprometida a dar uma visão mais fiel da realidade da América Latina em oposição às agências norte-americanas, formadoras da opinião pública internacional, que difundiam informações distorcidas e tendenciosas sobre o que se passava na ilha. Como esperado, foram acusados de serem propagandistas do governo mas mesmo assim tiveram grande importância para o clima que pairava sobre a América Latina, de efervescências revolucionário e movimentos anti-imperialistas.

No Brasil, nos anos 60, a comunicação crítica também foi influenciada pela Teoria da Dependência, a pedagogia do oprimido e a Teologia da Libertação. A primeira era uma formulação teórica de autores como Theotonio dos Santos, André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e até Fernando Henrique Cardoso, que possuía uma postura denunciativa em relação a dependência econômica da América Latina em relação aos países ricos, como os Estados Unidos. Também teciam críticas quanto a dominação cultural exercida por estes e o modo de vida norte-americano. Já a Teologia da Libertação, juntamente à pedagogia do oprimido, tinha seu foco nos pobres e excluídas. Executada pelos setores mais progressistas da Igreja Católica, desenvolveu comunidades eclesiais de base no país que buscavam combater o analfabetismo e promoviam as rádios populares. Após o golpe militar de 1964, a censura foi adotada como prática do Estado e se intensificou com o estabelecimento do Ato Institucional 5, no ano de 1968. Nas décadas de 70 e 80, jornais de oposição compunham uma imprensa

alternativa contra o regime já que, em geral, os grandes jornais haviam apoiado o regime militar instalado, por interesses econômicos e políticos. Entre os títulos das principais publicações alternativas estão o Pif-Paf, O Pasquim, Opinião, Ex, Movimento, Coojornal, Versus e De Fato. É importante ressaltar que estes não eram vendidos em bancas, devido às dificuldades criadas pelos órgãos de segurança do regime sobre os distribuidores. Dessa forma, a imprensa alternativa sobrevivia de contribuições voluntárias e assinaturas e apesar de enfrentar diversos empecilhos na expansão de sua circulação, o que apenas evidencia a importância dessa imprensa e o medo que os governantes possuem dela, ela exerceu papel relevante na luta pelas liberdades democráticas, pela campanha de anistia dos presos políticos e pela convocação da Assembleia Constituinte (MORAES, 2013a).

Alguns anos depois, com o desenvolvimento das novas tecnológicas de informação e comunicação, a circulação de informações alternativas conheceu outras possibilidades, ganhou uma outra velocidade e abrangências. Alguns movimentos podem ser considerados pioneiros nessa área, por quebrarem preconceitos em relação a essas tecnologias e fazerem uso delas a seu favor.

“[...] houve dois marcos históricos para o aproveitamento da internet na difusão de causas sociais e populares: a utilização da rede pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) em Chiapas, sul do México, nos idos de 1994, e as manifestações contra a globalização neoliberal de Seattle, cidade norte-americana que sediou, em dezembro de 1999, a Rodada do Milênio, realizada pela Organização Mundial do Comércio (OMC).” (MORAES, 2013a, p. 117)

Por meio de correios eletrônicos, boletins, listas de discussão e fóruns, e com a possibilidade de divulgação em tempo real, pouca burocracia e pouca hierarquia, os movimentos sociais começaram a fazer uso da rede. Em especial os militantes antiglobalização contribuíram para que a imagem que se tinha dessas tecnologias fosse significativamente alterada entre os manifestantes de esquerda de todo o mundo que de alguma forma ainda possuíam certas desconfianças em relação ao uso desses aparelhos. Isso devido não a origem da internet ligada a questões militares mas principalmente por conta da sua grande popularização ligada a necessidade de expansão do sistema neoliberal, com suas empresas transnacionais e fluxos cada dia mais rápido de capitais. Ou seja, a desconfiança em relação às potencialidades do uso de um instrumento a serviço do mercado e suporte técnico do sistema produtivo atual. Os militantes de Seattle, bem como os integrantes do EZLN assumem os riscos de serem os primeiros mas modificam o papel da internet na sociedade, pois

politizam o uso das tecnologias na medida em que recorrem a conexões infoeletrônicas para difundir informações, posicionamentos e valores fora da bitola das elites hegemônicas. Superam, assim, a estreita interpretação de que as técnicas pertencem à razão instrumental capitalista, provando que podem servir a propósitos anti-hegemônicos. (MORAES, 2013a, P. 118)

Ou seja, contraditoriamente, a internet, filha do neoliberalismo e a serviço da globalização, começa a ser um instrumento forte na luta contra o próprio neoliberalismo e a globalização. Também influenciado pelas mobilizações de Seattle, o Indymedia ou Centros de Mídia Independentes (CMI) foram criados por coletivos locais que buscavam criar uma alternativa de comunicação em contraposição ao império dos grandes grupos desta área. Inicialmente qualquer pessoa, mesmo sem se identificar, poderia publicar textos, manifestos e datas de manifestações. Porém com o tempo percebeu-se que era mais útil que o CMI fosse um meio de comunicação informativo alternativo, mas sob gerência de um coletivo organizado, com critérios de validade e credibilidade para os conteúdos publicados na página. (MORAES, 2013a)

Dessa forma, com a ajuda de agências de comunicação como o CMI e os próprios movimentos sociais diretamente fazendo circular informações geradas e veiculadas sob outros pontos de vista, garante-se, em partes, uma maior pluralidade de vozes na construção das opiniões. Isso é extremamente importante para a construção de uma sociedade mais igualitária, e se os movimentos sociais não conseguem seu espaço para propagar os conteúdos que desejam na mídia, é necessário que busquem uma alternativa para que estes não permaneçam dependentes da grande imprensa e assim possam ter uma voz mais ativa na sociedade.

Os meios de comunicação eles não são neutros, eles escolhem um lado e não existe neutralidade na informação, não existe neutralidade quando você escolhe noticiar um fato e não outro, quando você escolhe uma forma e não outra, então a gente sabe muito bem, pelo menos a gente tem essa noção, a gente sabe que a gente tem que fazer a nossa comunicação, se não for a gente pra fazer, quem que vai fazer? Ninguém vai fazer, vai ser feita de outra forma, e os movimentos sociais, de uma forma mais ampla no Brasil, às vezes acho que eles não têm muito essa preocupação, acho que agora até tem um pouco mais essa cultura de ser o próprio comentarista, de ser a mídia [...] (LUCA, 2013).

É válido lembrar que além de serem frustradas as suas tentativas de conseguir uma concessão de rádio e TV, os movimentos sociais em geral pouca atenção recebem da mídia e ainda neste pouco espaço que lhes é dado nos meios de comunicação em massa o esforço é, na maioria das vezes, para criar um retrato negativo dos movimentos, o que é completamente

esperado, e até compreensível, quando se conhece a história da mídia no país a maneira com que os grupos que controlam a informação que aqui circulam conseguiram o direito de fazê-lo. Há décadas os movimentos são retratados dessa maneira e oprimidos não só em suas manifestações de rua.

(...) os grupos dominantes, associados com militares e policiais, continuam a criminalizar amplos setores da sociedade civil, principalmente as manifestações mais firmes de trabalhadores da cidade e do campo. Auxiliados por uma parte dos meios de comunicação de massa e da indústria cultural, insistem em desqualificar e reprimir as reivindicações populares. Classificam as mais óbvias manifestações da questão social como problemas de “violência” urbana e rural. Afirmam cotidianamente que a violência é a do outro. (IANNI, 1989, *apud* CALDAS, 2011, p. 34)

Nota-se que o texto acima data de 1989, porém apesar dos 24 anos passados desde a sua publicação, a situação que se apresenta agora, em 2013, não é nem um pouco diferente. . A abordagem da mídia durante as Jornadas de Junho deixou claro que nada mudou. Enquanto os jornais de grande circulação chamavam os manifestantes de vândalos, na internet circulavam vídeos de policiais depredando os próprios carros e atirando dentro de residências. Desse modo, encontrar uma via de comunicação com a sociedade é essencial para que os movimentos consigam mostrar a sua versão dos fatos, sem ter que passar pelo filtro da mídia, e assim influenciar diretamente a opinião pública: a rede de computadores cada vez mais fica em evidência.

A utilização da internet, de redes eletrônicas de comunicação e o volume de informações produzidas e transmitidas, são também responsáveis pelo escape à tradicional (e muitas vezes velada) censura dos meios de comunicação, favorecendo o elemento surpresa e a escolha do momento para sua ação política, como a data definida para o início do conflito, que conseguiu a atenção da mídia, repercussão e reconhecimento da guerrilha como ator político que não poderia mais tão facilmente ser silenciado pelo governo e os meios de comunicação oficiais. (HILSENBECK FILHO, 2004, p. 2)

Entretanto é imprescindível não se esquecer que a tecnologia pode ser usada como mais um aparelho na articulação das lutas dos movimentos sociais mas que este de maneira alguma deve ser o foco principal do movimento. É preciso encontrar um meio termo entre a aversão à tecnologia e o seu endeusamento. Mas de qualquer forma, elas precisam ser incorporados pelos movimentos se estes desejam sobreviver. Os fatores já citados no início deste capítulo ajudam a ampliar a noção de facilidade no uso da internet por qualquer pessoa, em oposição a estrutura rígida de veiculação de informações da mídia. Os blogs possibilitaram que pessoas sem maiores conhecimentos informativos pudessem publicar

materiais escritos e imagens na rede, para qualquer pessoa do mundo que estivesse conectada lesse. As redes sociais facilitaram a divulgação dos materiais, acelerando sua circulação. Enquanto a informação do blog estava parada, a espera do leitor, as redes sociais formam vias que levam e trazem um número incontável de informações para o usuário. Junto a isso a portabilidade dos aparelhos permite que as pessoas divulguem o que desejam, em tempo real, do local do acontecimento. Os dados do CETIC.br (2013) mostram que 84% da população brasileira usou o telefone celular nos últimos três meses. Destes, 55% usaram internet no celular diariamente, 27% uma vez por semana, 12% uma vez por mês e 6% menos de uma vez por mês. Desta forma, o uso destes fatores pelos movimentos sociais levam-nos a vivenciar a nova experiência de tempo e espaço (HARVEY, 2006). Ou seja, apropriam-se de uma lógica de mercado para terem forças para lutar contra tal.

As Jornadas de Junho somente tiveram tal dimensão por conta da internet, em especial das redes sociais.

[...] os próprios manifestantes noticiando, no Facebook, tirando foto, colocando vídeo no Youtube, noticiando pras pessoas, falando “tirei a foto aqui, olha a bala de borracha que eu tomei”, “olha esse cara, como é que ele tá”, “tô aqui na delegacia há ‘x’ horas” Eles têm um papel muito importante na informação, quanto mais gente falando... A gente acha que grande parte do tamanho que toma é porque a maioria das pessoas se apropriaram disso e elas se tornam sujeitos também da luta, quanto mais gente lutando melhor. O MPL não é a única organização que tá nessa luta e nem quer ser. Gente que tá lutando pelo transporte e não tá no MPL, maravilha. Gente que tá na manifestação e tá fazendo a notícia, não precisa ser uma página oficial do Facebook, do MPL, do Passe Livre São Paulo pra ter uma relevância na importância da luta, é isso. Teve uma importância muito grande em desmistificar e deslegitimar uma versão que estava sendo mantida pela mídia [...] (LUCA, 2013)

Isso não é necessariamente bom, já que ao fim dos Atos milhares de pessoas estavam nas ruas mas não pelas mesmas pautas, muito pelo contrário: na massa que foi às ruas na ânsia de dizer alguma coisa, estavam pessoas de ideologias e projetos de sociedade completamente divergentes. Contudo não se pode também generalizar e dizer que tais tecnologias servem mais para a dispersão do que para a articulação dos movimentos. Sendo assim, no próximo capítulo será analisada a maneira como o Movimento Passe Livre fez uso da internet durante a construção e desenrolar das manifestações de Junho de 2013 em São Paulo, para assim podermos compreender a relevância que o uso pelo próprio MPL teve durante o acontecimento.

Capítulo 3: Movimento Passe Livre e internet: análise dos usos da rede pelo movimento social

Após a compreensão da relação entre mídia e movimentos sociais no Brasil, bem como a contraposição dos meios de comunicação mais tradicionais com a internet, é importante agora focar no uso da rede pelo Movimento Passe Livre. Sendo assim, de que forma as novas mídias foram utilizadas pelo movimento durante as manifestações de Junho de 2013 na cidade de São Paulo. Para tanto, além da entrevista direta com um dos membros do movimento, Luca, também serão expostas as considerações em relação ao uso do site do movimento⁴ e das páginas do MPL de São Paulo em redes sociais. São estes a página geral Passe Livre São Paulo⁵ e os compostos com as pessoas dos bairros que são Luta do Transporte em São Mateus⁶, Luta do Transporte na M Boi Mirim⁷, Luta do Transporte no Extremo Sul⁸, Luta do Transporte no Campo Limpo⁹.

A postura do MPL sempre favorável em relação às novas mídias na construção de sua luta é comprovada pela própria carta de princípios onde afirma que o movimento “deve utilizar mídias alternativas para a divulgação de ações e fomentar a criação e expansão destes meios. Já o contato com a mídia corporativa deve ser cauteloso, entendendo que estes meios estão diretamente atrelados às oligarquias do transporte e do Poder Público.” (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013c). Pode-se, assim, ter a certeza de que o movimento sempre enxergou as potencialidades da utilização da internet para o seu crescimento e disseminação de sua causa. Ao mesmo tempo o movimento possui uma visão clara de que apesar de o uso da rede abrir horizontes importantes que devem ser explorados e aproveitados pelos movimentos sociais, o mundo virtual não substitui o real, apenas o complementa, e dessa forma os movimentos precisam estar presentes nas ruas, fazer o trabalho no mundo concreto, junto às pessoas. Ou seja, “ela ajuda a popularizar, ajuda a divulgar, mas ela não é a única das coisas. Tem manifestação com 5 mil pessoas antes de ter o Facebook tão forte. Esse uso da internet é forte, mas ele não fundamental. Não é por causa da internet, é por causa das pessoas.” (LUCA, 2013).

⁴ O site do Movimento Passe Livre – São Paulo é <http://saopaulo.mpl.org.br/>.

⁵ O link para este perfil é <https://www.facebook.com/passelivresp>

⁶ O link para este perfil é <https://www.facebook.com/lutatransportesaomateus>

⁷ O link para este perfil é <https://www.facebook.com/lutadotransportem.boimirim>

⁸ O link para este perfil é <https://www.facebook.com/LutaTransporteExtremoSul>

⁹ O link para este perfil é <https://www.facebook.com/pages/Luta-do-transporte-no-Campo-Limpo/203254383169380?fref=ts>

Todavia isso não diminui o papel da comunicação dentro da estrutura dos movimentos sociais, principalmente no contexto onde se tem noção da força das informações veiculadas pela mídia tradicional, e o viés adotado por ela. Sendo assim, o MPL, segundo Luca busca lutar contra essas distorções dos fatos e mostrar sua versão destes.

A gente busca ser dono da própria luta, a nossa comunicação é feita por nós mesmos, a gente não vai esperar que a Globo faça a cobertura do nosso ato, isso nacionalmente, e a gente não vai esperar que a divulgação do nosso ato saia na Folha de São Paulo, então como que a gente faz, das mais diversas maneiras, das mais diversas táticas, a gente faz essa divulgação, e ai vale o quê? Vale internet? Vale. Vale evento no Facebook? Vale, mas a gente existia antes do Facebook existir. Vale comunidade no Orkut? Vale, mas tudo isso ai vem antes das coisas tomarem uma proporção muito grande no Brasil, então isso vem de antes, vai do boca-a-boca, de eventos, de discussões, de debates, vai de panfletagens, de colagem de lambes, de cartazes, tem as mais diversas maneiras para que a gente consiga, que a gente possa, porque a gente tem a questão financeira. O financeiro é muito forte, boa parte da nossa estética ela é em preto e branco hoje em dia porque a gente não tem dinheiro pra rodar panfleto colorido, a gente não tem tempo pra fazer mil atos, então a gente faz isso porque é o que dá. A gente busca ser dono da própria comunicação, a gente tem a nossa página nos meios, a gente tem o nosso site, é lá que a gente informa a nossa versão, porque não é confiável, a gente entende que tem uma disputa política e nessa disputa política tem gente que se utiliza dos mais diversos meios pra fortalecer seu lado, então é isso, a manifestação é sobre transporte, boa parte das pessoas que estão lá sabe que é pro transporte, tá lá pelo transporte, mas mesmo assim vai sair outra coisa no jornal. Mesmo assim vai sair outra versão. (LUCA, 2013).

Novamente é interessante notar na fala do militante que o MPL acredita que as pessoas que estiveram nos atos em Junho lá estavam por conta da questão do transporte, mesmo apesar de toda a diversidade de pautas, refletidas nos mais diversos cartazes e faixas, por exemplo, como já abordado no primeiro capítulo. Pode-se até questionar se todas essas pessoas soubessem mesmo que estavam lá pelo transporte, por que o MPL não conseguiu mais nenhuma manifestação como àquelas desde então? É importante que o Movimento mantenha-se aberto até mesmo para não se descolar da realidade. E, nesse sentido, é preciso que enxerguem que apesar das dimensões das Jornadas de Junho e do papel central que o MPL exerceu na construção delas, a questão do passe livre como o elemento de união entre aquelas pessoas ainda é questionável. Por mais que seja ponto pacífico o fato de que a mídia mostrou versões dos acontecimentos que não condiziam com aquilo que se via na rua, a questão é que ao mudarem de discurso e começarem a se posicionarem a favor das manifestações, eles continuaram mostrando outra versão dos fatos, como dito por Luca. Contudo de tanto exaltarem outros pontos, como o da luta contra a corrupção, a mídia

conseguiu impulsionar um movimento a parte. Este sim foram os que deram corpo às Jornadas de Junho. O MPL, na análise de suas ações e estratégias, precisa ter noção disso. Inclusive quando forem pesar o papel da rede para futuras movimentações.

Retomando a questão do uso da internet pelo MPL, é importante entender como ele se estrutura de forma a poder estabelecer um diálogo da melhor forma possível com a sociedade. Para isso possui uma Comissão de Comunicações, da qual Luca faz parte.

Pra descentralizar e aliviar um pouco o trabalho das pessoas, a gente criou comissões dentro do Movimento. Tem a Comissão de Comunicação que é responsável por alimentar os perfis e fazer essa gestão dos meios, dos e-mails também que também é uma ferramenta que a gente usa e essa Comissão não é uma coisa muito técnica, a gente não contrata profissionais de informação e analistas de mídias sociais, não. É o pessoal que tem mais disponibilidade, que tem mais interesse, que sabe mexer nos software de diagramação, de edição de vídeos, eles acabam fazendo esses “tramos” e ensinando esses “tramos” pra não ficar centralizado neles. Então é isso, tem uma Comissão responsável que é a Comissão de Comunicação, ela que faz essa interface, mas ela não decide o discurso também, ela meio que operacionaliza, é meio que porta-voz: a gente decide a linha, o Movimento decide a linha, e a Comissão de Comunicação fala “beleza, então a gente faz o material dessa linha” que as próprias pessoas da Comissão de Comunicação ajudaram a compor, não é uma coisa terceirizada. [...] A Comissão de Comunicação toda que é responsável por produzir vídeo, produzir material infográfico, produzir essas coisas, a gente tem em torno de 20 pessoas. São 20 pessoas e uma dessas pessoas só faz arte, mas se você pedir para fazer um infográfico ela faz o infográfico, mas se ela não tem disponibilidade, possibilidade, sabe? Ela trabalha a semana inteira e não consegue ficar postando toda hora do trabalho no Facebook, então ela faz o que dá. Mas é isso: tem, mais ou menos, umas 20 pessoas. (LUCA, 2013).

Assim, algumas pessoas tem possibilidade de participação mais intensa no Movimento do que outras. Isso é importante se levar em conta quando falamos em organizações de forma horizontal. É verdade que organizar-se assim é muito melhor do que de forma vertical. Contudo é preciso reconhecer que ainda assim alguns tem maior poder de decisão do que outros. Quanto à decisão do material que será divulgado pela Comissão, Luca explica que a decisão é feita em reuniões dos membros do MPL-SP, porém neste momento apenas decide-se quais os temas serão postados, qual a linha será seguida, conforme os termos dele. Não é feita uma discussão de palavra por palavra do que será escrito nas materiais divulgados, pois isso inviabilizaria o trabalho da Comissão. Entretanto é importante fazer uma ressalva quanto às atribuições desta Comissão. Apesar de ela ser a responsável pela Comunicação do Movimento, ela não é a responsável por dar entrevistas aos meios de comunicação. Neste caso Luca esclarece que há diferenças entre essas duas funções.

a gente destaca figuras públicas, e essas figuras públicas são porta-vozes do Movimento. É o que falei no começo: tem a ver o que o Movimento tira, a deliberação do Movimento como organização e as pessoas só levam essa voz adiante, elas são porta-vozes, elas não decidem pelo Movimento. A gente tem a deliberação dessas pessoas e é uma coisa rotativa e varia, por exemplo, tem gente que nessa ação que a gente tá fazendo contra o Ben-Hur e o Alckmin, então são essas pessoas que estão mais por dentro, essas pessoas são os contatos. [...] As figuras públicas são designadas pra gente ter esse controle de quem tá falando pelo Movimento [...].(LUCA, 2013).

Por mais que a entrevista deste trabalho seja bem diferente de uma realizada por canais de TV, rádio, jornais ou revistas, a lógica do destacamento de figuras públicas é a mesma. Como citado na sessão Apresentação, mesmo com a intenção de falar com diversos representantes do Movimento, o MPL só destacou uma pessoa para a entrevista aqui apresentada, pois qualquer uma que fosse destaca seria apenas porta-voz daquilo que foi deliberado por eles.

Ainda na esfera da estrutura do MPL cabe aquilo tratar de um outro aspecto em relação ao uso da rede realizada por eles. A comunicação entre os membros participantes do movimento também é intermediada pelo aparato tecnológico, pois só assim se consegue a troca de informações mais rapidamente com um número maior de participantes. É relevante notar pela fala de Luca que o Movimento já possui uma percepção mais esclarecida do que outros movimentos sobre o real funcionamento da internet, pois deixam claro ter consciência de que apesar da presença de muito menos filtros na internet do que na mídia tradicional, ela ainda assim possui certas obstáculos na questão da privacidade e da segurança na troca de dados.

Na comunicação interna, a gente usa bastante a lista de e-mails do Riseup, que é um servidor seguro. A gente tem um grupo também no We do Riseup, é tipo uma ferramenta social, a gente não usa tanto pra comunicação, mas para arquivo. A gente usa as coisas mais tradicionais, a gente usa Facebook pra falar assim “Me dá um toque aí” “Então, vem pra cá”. A gente usa celular bastante também. Com os outros grupos a gente usa e-mail, mas realmente os movimentos sociais não têm essa tradição de usar nem um “Riseupezinho”, a gente não usa o Riseup como ele mereceria [...] e os outros movimentos não têm, tipo o pessoal do MTST usa Hotmail, os caras são loucos de usar isso, é muito inseguro, então a gente usa essas coisas inseguras para falar com eles de algumas coisas. E a gente usa, principalmente, celular e reunião pra conversar pessoalmente, e qualquer coisa, se a gente precisa falar alguma coisa, coisas que a gente não pode correr o risco de ser grampeado, então a gente vai em outros lugares inabituais, toma uma certa medida de segurança. A comunicação interna é bem relacionada com a segurança. A externa, como “publicizar” um Ato, rola umas questões de segurança, a gente não “publiciza” um Ato nunca pelo perfil do pessoal porque a gente não é idiota, é uma quebra de segurança

muito absurda. A gente já tem muita exposição de alguns militantes, como figura pública, a gente tem que cuidar pra isso não ser um problema pra eles, pra vida pessoal deles. E é problema, tipo um “loução reaçã” querer dar uns tiros na gente, isso não é uma coisa impossível de acontecer no Brasil, dá pra gente perder mais de duas mãos com o número de lideranças do MST que foram mortas, assassinadas, então a comunicação interna tem essa preocupação com a segurança, externa nem tanto, mas um pouco. (LUCA, 2013).

Ou seja, para a comunicação interna a lista de e-mails dentro de um servidor seguro é a principal ferramenta que o Movimento utiliza. Isso aponta para um dos limites do uso da internet pelos movimentos sociais, e na realidade por todo usuário comum. O vazamento e monitoramento de dados são recorrentes, portanto apesar do ciberespaço ser um ambiente muito mais convidativo e aberto do que a mídia tradicional, não se pode esquecer dessas questões. Apesar disso, a internet continua sendo a opção mais viável para comunicação e troca de informações para os movimentos sociais. Dentro do universo de possibilidades que a internet apresenta o Movimento enxerga como de grande relevância na comunicação externa não só para uso próprio, mas também para uso de outros movimentos. Novamente, é interessante perceber que o Movimento enxerga as limitações que a rede possui na construção de suas lutas. Reconhece suas possibilidades mas crê que a internet, com suas incontáveis oportunidades de ação, venham a resolver todos os problemas.

O Facebook ele tem uma força muito grande em alguns aspectos, em outros aspectos o Youtube tem uma função muito importante pra sinalizar as agressões policiais. O CMI [Centro de Mídia Independente] tem essa função histórica de servir como agregador dessas mídias, dos blogs e tudo mais. Tumblr agora teve para mostrar as fotos. Eles têm essa importância sim, das pessoas mostrarem, terem acesso a essa possibilidade, mas assim duvido que... Se não tivesse internet ainda ia ter Junho, se não tivesse o evento no Facebook para convidar os amigos, iriam mandar mensagens de celular pra eles, ou ia chegar no trabalho e falar pra eles, se não tivesse Tumblr pra mostrar as fotinhos, você ia chegar lá, arregaçar a calça da perna e mostrar a porra da bala de borracha, ou você ia chegar no trabalho e o cara ia ver sua cara, o jeito que ela tava. É isso, tem sua importância, mas tem seus limites e contextualizar isso, abre um caminho pra uma coisa muito complicada, como se não fosse uma questão das pessoas lutando, como se as mídias fossem os instrumentos mobilizatórios, não é isso, tá longe disso. (LUCA, 2013).

É interessante notar que há uma clara postura, mostrada em vários momentos da entrevista como este exposto acima, não ilusória sobre as reais potencialidades agregadoras da internet e como esta não deve ser superestimada. Isso também talvez justifique as diferentes formas de uso que o Movimento faz do site e dos perfis das redes sociais, já que, como veremos no decorrer deste capítulo, o conteúdo disponibilizados nos dois lugares não são os mesmos.

O evento do Facebook ajuda pra algumas coisas e pra algumas coisas a gente usa isso aí, pra chamar pra Ato, compartilhar fotos, por exemplo. Mas o site é alguma coisa que a gente é dono, o Facebook é do Facebook, a gente tem nosso perfil, mas ele que é dono, ele que lucra com isso, se um dia chegar a CIA e falar pra eles assim: “Entrega aí os moleques do MPL que estão administrando a página”, vão entregar os moleques do MPL que estão administrando a página. Já o nosso site, a gente tem o nosso controle mais forte, a gente passa a nossa versão, as nossas notas, as nossas chamadas e tudo mais. Tem menos acessos? Tem, acho que deve ter, eu não sei direito quais são os acessos do site, mas tem suas características que possibilitam isso . A gente coloca vídeo no Youtube? Não muito, a gente usa pouco o Youtube. A gente tem tentado usar agora mais *livestreaming* com ajuda de outros coletivos de mídia alternativa, de mídia independente que tem esse debate já feito. CMI, Passa-Palavra, Ação Direta de Vídeo Popular, Mídia Negra são muitos coletivos que apoiam a gente nisso. (LUCA, 2013).

Assim o Movimento interage com outros coletivos, fortificando o cenário de luta dos movimentos sociais e ampliando suas discussões. Além disso pelos trechos da entrevista acima expostos, vê-se que o Movimento, exatamente por possuir uma Comissão de Comunicação, com pessoas que tem conhecimento na área, conhece bastante da rede. Mesmo na questão do uso do e-mail, quando Luca diz que os militantes do MTST usam Hotmail, enquanto o MPL utiliza um servidor seguro, ele demonstra que o Movimento não apenas faz uso da internet, mas sim possui conhecimento para de fato fazer um bom uso desta.

Contudo quando perguntado se o Movimento costuma apenas postar materiais ou também interage com usuários, responde comentários, Luca afirma que o foco maior é na postagem, pois o volume de acessos e de respostas dos usuários é muito grande, principalmente depois dos eventos de Junho. Além disso o perfil das pessoas que passaram a comentar é muito diverso, pois há muita gente que utiliza o espaço para xingamentos contra o Movimento. (LUCA, 2013). Sendo assim, responder e interagir demandaria um empenho e energia muito maiores do movimento que no caso são utilizados para outras coisas. Isso não significa que o MPL apenas divulga na rede materiais e não acompanha o que acontece neste espaço. Luca explica que há um acompanhamento no Facebook, por exemplo, mas de forma superficial. Se houveram muitos compartilhamentos, por exemplo, o Movimento entende que as pessoas compreenderam o que foi publicado. (LUCA, 2013). Partindo da interpretação dessa resposta das pessoas, o Movimento tem elementos para poder pensar em como continuar construindo sua comunicação direta. Segundo Luca

É uma questão, acho, mais operacional, mais tática mesmo: será que a gente vai fazer um Tratado Teórico, uma nota de seis páginas falando sobre a remuneração por passageiro, ou vai soltar um desenho resumindo isso. Qual que dá mais certo? A gente que fazer o quê? Quer falar pras pessoas que é

isso: a gente não quer que as coisas virem mercadoria. Então, como a gente faz isso? A gente quer esse feedback pra ver se as pessoas entenderam. A gente não quer falar pra parede, não quer falar pra nós mesmos. (LUCA, 2013).

Essa preocupação e sensibilidade do Movimento em se fazer entender e em estabelecer um diálogo de fato demonstra que o MPL sabe do poder que possui de conscientização, informação e até de educação que tem em suas mãos. Além do mais, demonstra a disposição em se fazer entender e a não estar fechado em si mesmo. Está, de fato, comprometido em levar sua luta a outros patamares de discussão e atuação. Talvez este tenha sido também um dos fatores que ajudou na popularização do Movimento na rede. Luca diz que antes das Jornadas de Junho a página no Facebook do Passe Livre São Paulo tinha 10 mil curtidas. Este número saltou para 295 mil durante as Jornadas, contudo

[...]no pico da luta contra o aumento, no final dela, dia 19, a gente tinha, aproximadamente, 8 a 10 milhões, teve um crescimento muito grande. [...]É um negócio que atinge uma proporção meio irreal também, não são 295 mil pessoas que são do Passe Livre, nem que adoram o Passe Livre, nem nada, são 295 mil pessoas que curtem a página, é isso. É tudo isso que significa. E isso aí tem todas as problemáticas, não são essas pessoas que acham importante fazer a discussão dos transportes, são pessoas que curtem a página, a gente tem noção disso, é muito importante ter essa noção. (LUCA, 2013).

Novamente está presente a ponderação entre possibilidades e limites do uso da rede. Isto é de extrema relevância para que não sejamos entusiastas da tecnologia. Ao mesmo tempo, não devemos nos apegar a este fator para diminuirmos a importância que a internet pode vir a ter para o movimento. Paralela à luta política nas ruas, fazer-se ouvir/ler na rede é uma luta paralela contra a mídia tradicional. E esta luta ainda tem obstáculos muito maiores se levarmos em conta o cenário onde ela ocorre: um país com a extensão e as características socioeconômicas como o Brasil. Há uma grande diversidade de mundos dentro do próprio território nacional. Dialetos regionais, condições de infraestrutura lamentáveis, realidades muito opostas dentro de um mesmo ambiente. Quanto ao uso da internet nessa realidade, o Movimento considera que

[...] Você atinge só uma parte da população, talvez seja importante pra essa parte da população, seja uma boa estratégia para atingir essa parte da população. Porque agora tem um pouco mais de crescimento econômico de umas certas camadas, da popularização de acesso à internet, então você diminui assim, mas é aquela velha história, aquele velho mito... um dia fizeram uma pesquisa de apoio eleitoral nos Estados Unidos entre 2 presidentes, só que fizeram-na pelo telefone só que só tinha acesso ao telefone quem era rico, então o resultado foi o outro, o resultado da eleição no mundo real foi completamente distinto. Então a gente tem essa noção, a

gente pode ter 20 milhões de curtidas, mas no fundo o que importa mesmo não é internet, a internet faz parte da vida, mas o que importa é o mundo concreto, o que importa é a gente fazer atividade no terminal. Onde estão as pessoas que usam ônibus: mais na internet ou mais no terminal de ônibus? A gente sempre tem que pensar pra atingir. Será que é mais proveitoso a gente fazer na internet ou a gente fazer uma panfletagem? A gente, muitas vezes, acha mais vantajoso fazer a panfletagem. Internet é muito esse domínio do espetáculo, de um mundo muito irreal, muito inatingível, muito limitado, considerando as dimensões do país, de São Paulo e o contexto socioeconômico será que vale a pena se pautar pela internet? Será que vale a pena se pautar pelo espetáculo? A gente acha que não. Acha que vale mais a pena se pautar pelo mundo concreto, pelo mundo que não tá aparecendo nas notificações do dia-a-dia, pelo mundo que não vai ser compartilhado 20 milhões de vezes no Facebook, e sim pelo mundo que as pessoas enfrentam todo dia, pelo passinho pra trás que as pessoas tem que dar, todo dia, pra caber nos ônibus, pelo sufoco, pelas cotoveladas, pelos apertos que elas tem que dar no trem pra entrar nele. A gente prefere se pautar por isso do que por questões tão espetaculares. Nossa luta sempre foi e sempre vai ser pelo mundo concreto, essa coisa da vida real, dura, e de acordo com ela que a gente vai se pautar. Será que Internet é um meio bom de atingir ela? Tem suas limitações, muitas, muitas mesmo. Então não é o que faz Junho ter o aspecto que teve, porque Junho tem muito mais de concreto do que se espetacular. Em algum momento tem de espetacular, mas tem muito mais de concreto ao longo dos problemas. Como a gente acha que vai construir a luta? A luta vai ser construída no dia-a-dia, no chão, na base, e não por Facebook. [...] (LUCA, 2013).

Nesse sentido, novamente, a atitude do MPL quanto às suas possibilidades de atuação dentro do ciberespaço é bastante realista e bastante pautada no concreto, postura tal que muitos movimentos não possuem, depositando expectativas irreais e até um certo tipo de fé na internet como solucionadora dos problemas, superestimando-a e deixando a atuação na rua de lado. Esta linha entre utilizar o mundo virtual para complementar o real e utilizar apenas a internet para mudar o mundo real é tênue e caso o movimento não possua o entendimento de que a internet é um dos instrumentos de luta e não o instrumento de luta ele consequentemente irá lidar com o fato de que sua luta dificilmente obterá ganhos reais.

O problema é quando a fascinação pela internet e pelas novas tecnologias nos faz esquecer de que o mundo virtual não é o mundo real. As leis, as guerras, a fome, a pobreza, a riqueza, tudo isso se encontra fora dos computadores. Os movimentos sociais já existiam antes da internet, e os meios alternativos, rádios e televisões comunitárias também. As novas tecnologias permitem o acesso à informação por vias mais democráticas e participativas do que as tradicionais. O erro seria que isso produzisse uma fascinação tecnológica que equiparasse os atos de se informar e informar com os de se mobilizar e participar (SERRANO, 2013b, p. 174)

Nos pautando pelo trabalho de Serrano (2013b), podemos apontar que a conduta do MPL é sensata. Por mais que mantenha em mente que o movimento social tem suas raízes na

realidade concreta, no dia-a-dia, o Movimento não descarta a internet como instrumento. Ao mesmo tempo, apostar na possibilidade destas tecnologias sem se esquecer que as pessoas e o barulho nas ruas são o que fazem a pressão para a mudança, é um tipo de resistência a tentativa de diluição da força dos movimentos sociais devido ao deslumbramento quanto às potencialidades das inovações tecnológicas. Isso não é difícil de se constatar. Existem inúmeras páginas nas redes sociais a favor disso, contra aquilo ou pela mudança de tal coisa, as quais muitas pessoas curtem, compartilham conteúdo, mas que não há correspondência a uma agitação concreta de militância. Outro exemplo são os vários sites de abaixo-assinados. Mesmo durante as Jornadas de Junho, circularam vários links de abaixo-assinados pela revogação da tarifa ou pela desmilitarização da polícia. Por mais que estas listas de assinaturas tenham sim seu valor, por si só elas nada mudarão.

O modelo dominante já tomou ciência disso e está sempre desenvolvendo estilos de vida virtuais para desviar nossas ambições, nossas reivindicações e nossas lutas; desde o Facebook e o Myspace até as campanhas de coleta de assinaturas pela internet, passando pelos meios de comunicação alternativos, que podem gerar círculos fechados de informantes e informados virtuais sem nenhuma incidência social (SERRANO, 2013b, p. 176).

O virtual, portanto, somente complementa e não substitui o real. Sabendo disso, e sabendo que a atuação do MPL está de acordo com esta idéia, a partir deste ponto é importante não apenas analisar o discurso do Movimento, na figura de seu representante da Comissão de Comunicações, mas também observar diretamente os meios públicos que eles utilizam para sua comunicação externa, já discriminados no início deste capítulo, mais precisamente no mês de Junho de 2013. Nesse sentido Serrano (2013b) descreve alguns pontos relevantes a serem observados na construção de uma comunicação alternativa pelos movimentos sociais. Estes apontamentos podem ser utilizados na análise que aqui será desenvolvida.

Sendo o autor alguns dos problemas em relação ao uso dos meios alternativos pelos militantes é que há uma tendência ao panfleto e também ao que ele chama de qualificações fáceis, como por exemplo o excesso da utilização do termo “fascista” ou “criminoso” sem maiores explicações sobre tais qualificações, o que acaba tornando vazio parte dos materiais. Ao mesmo tempo ele aponta o uso destes meios como tribuna para desabafo como outra utilização problemática que acaba mais por afastar do que por agregar pessoas. Ainda em relação aos conteúdos, Serrano (2013b) afirma que é possível encontrar muito material bem formulado, porém que não trazem nenhum elemento novo, apenas análises redundantes. Os

militantes também não podem utilizar os ambientes para autopromoção, ou seja, produzir esses materiais que são apenas mais de mesmo somente para possuírem publicações de sua autoria. Ele sugere que para que o material seja mais interessante, e mesmo mais completo, sejam utilizados links de sons, imagens e vídeos.

Outra questão é a utilização dos espaços virtuais como um quadro de cortiça onde são postados comunicados e notas. Segundo o autor é inútil a postagem de dezenas de notas sobre o mesmo tema, várias publicações semelhantes em repúdio a algo, por exemplo. Por outro lado, ele destaca ser interessante que haja a postagem de textos que não necessariamente seja da concordância do movimento. Se há relevância neste material é importante que seja divulgado, no sentido de difundir informações para construir o debate, sempre deixando clara a opinião do movimento em relação à publicação. Um ponto de grande importância destacado por Serrano é o de que os grupos de esquerda não precisam gastar tempo e energia na desqualificação de outros grupos de esquerda, seja por achá-los pouco radicais ou então radicais demais. Isto por que

A informação dos partidos políticos de esquerda nas eleições europeias foi um exemplo. A maioria dos textos escritos pelos partidos radicais, que foram publicados pelos meios alternativos da internet, era contra outros grupos políticos de esquerda. No fim das contas, nenhum desses partidos conseguiu representação, como era de se esperar, e a direita e a ultradireita, que mal denunciámos, acabaram ganhando as eleições (SERRANO, 2013b, p. 155).

Ainda no sentido de não competirem e sim colaborarem, o autor sugere que sempre é importante citar fontes, mostrar a construção do material. Além disso, ele reafirma que os movimentos não podem se afastar dos debates das ruas, pra que não fiquem limitados a discussão em grupos limitados, com alguma centenas de pessoas. Quando aqui citamos o fato de o representante do MPL acreditar que as Jornadas de Junho tiveram tamanha proporção por que as pessoas de fato conheciam a pauta do transporte público, buscamos ressaltar exatamente essa necessidade de manter-se ligado ao debate e não fechados em si.

Outros aspecto é que para que as publicações dos movimentos tenham um maior alcance é preciso conhecer o público para o qual o material é destinado. Sobre isso, fizemos apontamentos em relação a atuação do MPL, já desperto para esta questão.

Não nos iludamos: os conteúdos são muito diferentes se quisermos nos dirigir aos operários de um parque industrial, a uma coletivo estudantil ou a uma população rural. Essa seria uma espécie de distribuição social, mas também conta o nível cultural. Os perfis condicionam os assunto a tratar e também o formato: mais ou menos audiovisual, com textos mais analíticos ou informativos, com uma linguagem mais técnica ou coloquial etc. (SERRANO, 2013b, p. 158).

Nesse material é preciso que haja um compromisso ideológico claro, pois mesmo que seja numa linguagem mais simplificada, haja elementos que mostrem a postura do movimento e seus juízos claros. Dessa forma “os meios mais ideologizados talvez não seduzam um estudante de dezesseis anos, mas darão ferramentas que seu professor poderá adaptar ao discurso pedagógico” (SERRANO, 2013b, p. 158 – 159). Ademais dentro do grupo, dentro do movimento, é necessário que haja uma divisão das tarefas, tanto coletivas quando individuais. Nesse momento os militantes, por mais que tenham se voluntariado para assumir determinadas tarefas, precisam ter consciência de sua responsabilidade e assim se comprometer com isso. Também é preciso ter consciência que um material divulgado na internet pode ir alcançar diversos cantos do mundo, que entendam o idioma publicado. Podem ser estrangeiros que conheçam a língua, mas também podem ser conterrâneos que estão longe do país, e assim, não estão sabendo exatamente daquilo que se passa em sua terra de origem, mas continuam interessados nesses assuntos. Portanto, para que a comunicação seja facilitada com estes, a linguagem dos textos, por exemplo, devem ser claros, explicativos, não presumir que o leitor já sabe de tudo, todos os detalhes como cargos e siglas. Por fim, e deixado para ser descrito nesse momento exatamente por conta de sua extrema relevância, um dos pontos mais importantes que Serrano (2013b) expõe é o fato de que sempre é necessário não iludir-se de que as pessoas estão politizadas, por que nossa rede de convívio na internet é de pessoas que normalmente são parecidas conosco, e quando saímos às ruas, para os protestos de fato, onde vários grupos se misturam, o resultado verificado é outro.

Essa descrição feita pela autor ao apontar questões que merecem atenção permite que a análise seja melhor realizada neste trabalho, dessa forma neste momento é possível focarmos nas páginas administradas pela Comissão de Comunicações do MPL no Facebook. Cabe aqui esclarecer que o Movimento não possui páginas nem perfis em outras redes sociais, e por esse motivo só serão analisados os que possuem no Facebook, bem como o site do Movimento. Como se pretende aqui analisar o uso das redes sociais feita pelo MPL durante o mês de Junho de 2013, primeiramente serão feitas as considerações sobre as páginas das lutas regionais na cidade de São Paulo, isso porque todos estas páginas não haviam sido criados ainda no período das grandes manifestações deste ano, contudo mesmo assim este fato é um elemento de destaque na construção da análise. A página intitulada Luta do Transporte no Extremo Sul foi a primeira das páginas das lutas regionais a ser criada, em 10 de Agosto de 2013, e atualmente contabiliza 2322 curtidas. Na sessão *Sobre* da página é possível encontrar

uma descrição sobre ao que aquela página diz respeito. É o próprio administrador que disponibiliza as informações dessa sessão e podem ser posteriormente alteradas. No *Sobre* da Luta do Transporte no Extremo Sul o que consta é apenas “Por um transporte digno e gratuito para a população do Grajaú, Varginha e Parelheiros.”. A página chamada Luta do Transporte em São Mateus data de 22 de Agosto de 2013, registra 442 curtidas e no *Sobre* está escrito “Pra quem é de São Mateus e tá cansado de um transporte coletivo que só é voltado para o lucro. Por um transporte efetivamente público!”. A página Luta do Transporte no Campo Limpo foi fundada em 23 de Agosto de 2013, conta com 472 curtidas e na sessão *Sobre* está “Vamos acabar com a opressão do transporte no campo limpo, chega de andar espremido pra engordar empresário! Os 20 centavos foram só o começo...”. Já a Luta do Transporte na M Boi Mirim é de 16 de Setembro de 2013 e já possui 871 curtidas. Sua descrição na sessão *Sobre* é a mais longa das quatro aqui expostas e diz “Ta na hora de perder a paciência. Só a luta muda o transporte!! [...] Vamos lutar por uma causa justa, pelos nossos direitos! Chega de passar sufoco! Chega de corte de linhas! Queremos um transporte público e decente! Queremos os ônibus de volta até o fundão. Cadê a duplicação da M’Boi que disseram que já ia começar? Queremos o que nos prometeram.”

O termo *curtida* diz respeito a todas as pessoas que curtiram aquela página e partir de então passam a receber em sua linha do tempo todos os conteúdos postados pelos administradores da página. Sendo assim, quanto mais curtidas uma página contabiliza, maior é a disseminação do material e das informações ali veiculadas. Nestas quatro páginas supracitadas as postagens são bastante semelhantes e consistem em divulgar atos, com datas e lugares, artigos sobre a situação do transporte público em especial na periferia de São Paulo que atualmente viu várias linhas de ônibus sumirem de suas ruas por conta dos replanejamentos do transporte na cidade, bem como vê-se a divulgação de eventos como debates públicos regionais para discussão sobre o encaminhamento da luta e também é possível encontrar na página da Luta do Transporte no Campo Limpo uma postagem bastante interessante sobre a realização de uma oficina de serigrafia do MPL em uma feira popular na região do Campo Limpo.

Dessa maneira essas páginas são relevantes para que o Movimento realize seu trabalho de base, de construção diária de suas lutas e não apenas nos momentos de pico. Contudo estas são recentes e, portanto, na época das Jornadas de Junho não trouxeram contribuições para o desenrolar das manifestações que, no caso deste estudo, são o foco. Logo, o maior enfoque

será na página Passe Livre São Paulo. Esta página foi criada em 05 de Junho de 2011 e hoje em dia marca 295.523 curtidas. Pelas próprias informações contidas na página, estatísticas projetadas pelo Facebook, a cidade onde a página possui mais curtidas é São Paulo, a faixa etária é a de 18 a 24 anos e a semana mais popular da página foi a iniciada em 16 de Junho de 2013. Na sessão *Sobre* a descrição é longa e não será reproduzida na íntegra, mas constam informações relevantes, que nas outras aqui citadas não estavam presentes. São dados estes como e-mail do Movimento, website, descrição sobre o que é o MPL, seus princípios, seus objetivos, uma breve história do Movimento, sua forma de organização, explicação sobre a possibilidade de haver “ônibus de graça”, a proposta do Movimento para a questão do transporte público de fato e para a tarifa zero.

Na página inicial constam além das postagens organizadas por data (da mais recente para a mais antiga), a divisão do material em *Fotos*, *Eventos*, *Curtidas* e *Notas*. As sessões *Fotos* e *Notas* não necessitam de grandes explicações: mostram as imagens e os textos compartilhados na página. A sessão *Curtidas* mostra as estatísticas acima expostas relativas aos acessos da página. Nas outras sessões, devido à grande quantidade de informações disponíveis, para que a análise seja feita de maneira mais precisa o recorte temporal é importante. Nesse sentido, as postagens de 1º a 30 de Junho serão os alvos de nossa atenção nesse trabalho, no objetivo de compreender como o MPL utilizou a internet durante as Jornadas para podermos tentar interpretar a contribuição da atuação do Movimento na rede para a construção dos grandes atos que pararam São Paulo em 2013.

Na sessão *Fotos* as imagens podem ser divididas em álbuns, criados pelo administrador da página. Dos 23 álbuns disponíveis, oito são relativos ao período das Jornadas de Junho. Desses oito, dois são de protestos de estudantes secundaristas em duas escolas estaduais diferentes: *Ato 05 de junho escola prof. Jose Monteiro Boanova*¹⁰ e *Protesto na E.E. Levi Carneiro 10-06-2013*¹¹. Há ainda um álbum para cada um dos quatro primeiros atos: *06/06 – Primeiro grande ato no centro contra a tarifa*¹², *07/06 – Segundo ato – bloqueio marginal*¹³, *11/06 – Terceiro Grande Ato*¹⁴ e *Quarto grande Ato*¹⁵. Por fim há ainda mais dois álbuns mais voltados para divulgar informações e não imagens. O título de

¹⁰ <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.526645030725086.1073741828.176309402425319&type=3>

¹¹ <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.528861443836778.1073741831.176309402425319&type=3>

¹² <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.527247837331472.1073741829.176309402425319&type=3>

¹³ <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.527692573953665.1073741830.176309402425319&type=3>

¹⁴ <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.529371177119138.1073741833.176309402425319&type=3>

¹⁵ <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.530199607036295.1073741834.176309402425319&type=3>

um deles já é auto descritivo, *CARTA ABERTA DO MOVIMENTO PASSE LIVRE SÃO PAULO À PRESIDÊNCIA*¹⁶ e traz a imagem da carta impressa. O outro, *Sobre a revogação do aumento*¹⁷, fora publicado logo após a decisão de cancelar o reajuste da tarifa. Traz uma imagem do protesto e divulgava um texto chamando mais um ato, um tanto quanto comemorativo, mas também relevante para demonstrar que a luta não iria cessar. Estes álbuns totalizam apenas 149 fotos, sendo que não existem álbuns que tragam imagens dos últimos atos. De maneira geral as imagens dispostas são de pessoas fazendo cartazes, segurando faixas, outras dão uma melhor noção da quantidade de pessoas presentes, mas também há algumas imagens de caráter mais denunciativo que trazem manifestantes com marcas de tiro de balas de borracha disparados pela Polícia Militar e também de um ônibus tomado pela fumaça de gás lacrimogênio, mostrando o uso indiscriminado destas armas pela PM paulista.

Já na sessão *Eventos* existe a divisão entre *Eventos Anteriores* e *Próximos Eventos*, e mostram todos os eventos que já foram criados pelo Movimento Passe Livre São Paulo. A criação de um evento é interessante pois além de permitir convidar muitas pessoas rapidamente, repassando-lhes as informações de local e horário do evento, também possibilita a criação de mais um ambiente para a discussão do tema e compartilhamento de material relativo a este. Dentre eles há atos contra o aumento da tarifa, atividades abertas para a discussão sobre o transporte público como debates e aulas públicas e inclusive um evento chamado “Café da Manhã em Solidariedade à Democracia (ocupação no futuro Memorial da Democracia)” que se propõe a colaborar como movimento na luta pela moradia. Contudo é importante notar que os eventos convocatórios para os atos de Junho já não estão presentes na lista de eventos passados. Foram estes elementos notáveis durante as manifestações aqui estudadas, pois permitia de forma rápida e de grande alcance informar sobre os atos que estavam por vir, além de fazer circular todo tipo de conteúdo relativo aos atos já passados.

Já nas *Notas* disponíveis na página encontramos 12 publicadas no mês de Junho de 2013 sendo que antes desse período havia apenas uma nota postada, de oito de Junho de 2011. A primeira nota deste ano *Nota nº 01: sobre a manifestação do dia 06.06*¹⁸, publicada no dia 10 de Junho, rebate as acusações de vandalismo feitas pela PM e reforçadas pela grande mídia, dizendo que o MPL não incentiva esse tipo de comportamento, contudo diante das

¹⁶ <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.534505839939005.1073741839.176309402425319&type=3>

¹⁷ <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.532772476779008.1073741837.176309402425319&type=3>

¹⁸ <https://www.facebook.com/notes/passe-livre-s%C3%A3o-paulo/nota-n%C2%BA-01-sobre-a-manifesta%C3%A7%C3%A3o-do-dia-0606/528654787190777>

agressões iniciais da polícia esta foi apenas a reação dos manifestantes por questões de defesa e de revolta com a situação. Outra publicação deste mesmo dia, *Nota nº 02: sobre manifestantes presos no dia 06.06*¹⁹, informa sobre os 15 detidos na manifestação, esclarecendo que desses seis foram presos, e que até o momento da nota quatro já haviam sido soltos: dois sob o pagamento da fiança no valor de um salário mínimo e dois pelo valor de três mil reais, dinheiro provindo das famílias e também dos fundos do MPL. Sobre os outros dois manifestantes ainda presos, esclarece sobre os trâmites burocráticos, sobre o acompanhamento prestado pelos advogados que colaboram com o Movimento e afirma que no próximo dia útil seriam liberados. Ainda no dia 10 também foi publicada a *Nota nº 03: Nota pública do Movimento Passe Livre sobre a luta contra o aumento*²⁰ e buscar abordar a organização das manifestações ao apontar o fato de que o MPL não é dono da luta, que é uma luta ampla, com grande adesão popular e com participação de outras organizações políticas e que, apesar de o movimento ser apartidário existiam partidos políticos participando dos atos, contudo a versão apresentada pela imprensa, esses partidos não eram parte integrantes do Movimento.

No dia 13 de Junho a *Nota nº 4: Nota pública do MPL sobre a situação dos detidos nos atos contra o aumento da tarifa de 11/06*²¹ foi postada para explicar sobre os manifestantes detidos, passando informações sobre em quais delegacias se encontravam, para onde outros haviam sido encaminhados, quais haviam sido liberados, sob quais condições e como os advogados apoiadores estavam agindo. Denunciava, também, que um dos manifestantes já havia sido, inclusive, transferido para a penitenciária de Tremembé. Por fim, a nota ainda aponta outras organizações que apoiam a luta e buscam dar apoio aos detidos, como o Grupo Tortura Nunca Mais, a Conlutas, a Consulta Popular, o Movimento Luta Popular, o PSOL e o PSTU. No dia seguinte, 14, a *Nota nº 5: Nota pública do MPL-SP sobre a violência e repressão do dia 13.06*²² foi publicada com um tom nem tanto informativo, mas de interação pois solicitava a todos que contribuíssem com a coleta do MPL-SP de registros que ajudassem a responsabilizar a PM pela repressão e violência nos atos do mesmo dia 13, e

¹⁹ <https://www.facebook.com/notes/passe-livre-s%C3%A3o-paulo/nota-n%C2%BA-02-sobre-manifestantes-presos-no-dia-0606/528655497190706>

²⁰ <https://www.facebook.com/notes/passe-livre-s%C3%A3o-paulo/nota-n%C2%BA-03-nota-p%C3%BAblica-do-movimento-passe-livre-sobre-a-luta-contr-o-aumento/528678153855107>

²¹ <https://www.facebook.com/notes/passe-livre-s%C3%A3o-paulo/nota-n%C2%BA-4-nota-p%C3%BAblica-do-mpl-sobre-a-situa%C3%A7%C3%A3o-dos-detidos-nos-atos-contr-o-aum/530037213719201>

²² <https://www.facebook.com/notes/passe-livre-s%C3%A3o-paulo/nota-n%C2%BA-5-nota-p%C3%BAblica-do-mpl-sp-sobre-a-viol%C3%Aancia-e-repress%C3%A3o-do-dia-1306/530514310338158> dia 14

divulgava o telefone de dois advogados que estavam colaborando para tal. Por fim, pedia que tal nota fosse compartilhada nas redes sociais. A nota do dia 15 *Nota nº6: Nota pública sobre a situação dos detidos nos atos contra o aumento da tarifa*²³ se parece com algumas outras anteriores já que esclarece sobre o andamento dos processos dos presos e detidos nos atos dos dias 11 e 13, traz informações como nomes dos manifestantes detidos, datas, as delegacias onde se encontravam e faz uma prestação de contas, expondo que as fontes de arrecadação são doações diretas ao Movimento e por meio do site Vakinha.com, onde as pessoas doam por meio da internet para determinadas causas cadastradas por usuários no site. Por meio destas, até aquele momento, já haviam sido recebidos R\$18.011,40 em doações, sendo que o pagamento das 15 fianças havia totalizado R\$22.590,00, os quais haviam sido pagos com o que o Movimento chama na nota de empréstimos solidários. Ou seja, outras pessoas haviam pago pelas fianças, e o Movimento se comprometia a arrecadar o valor para devolver àqueles que emprestaram. A publicação *Nota nº7: Nota do MPL sobre reunião na Prefeitura*²⁴ do dia 17 explica sobre a reunião na prefeitura, à qual o prefeito inicialmente não compareceria, mas que, por fim, esteve presente e declarou não ser possível o cancelamento do reajuste dos R\$0,20 nas tarifas do transporte. O Movimento aproveita a nota para argumentar que a possibilidade do reajuste não é uma questão técnica, e sim política, como visto em outros lugares que conseguiram fazer, por meio da pressão nas ruas, com que seus governantes voltassem atrás de suas decisões de elevar os preços das passagens, e sendo assim, mantinham o convite ao prefeito para uma reunião com o objetivo de discutir a revogação da tarifa.

A nota seguinte, *Nota nº8: Nota pública sobre os atos do dia 17.06*²⁵ do dia 18 de Junho busca retomar a motivação inicial das manifestações, visto que a esta altura os atos já haviam mudado de caráter, e nas ruas a mistura de reivindicações eram tão grandes que estavam no mesmo espaço pessoas protestando sobre a mesma causa mas com opiniões extremamente diferentes. Além de buscar lembrar que a questão da tarifa era o cerne disso tudo, o Movimento buscou nessa nota apontar outras cidades que haviam conseguido a redução da tarifa, como forma de incentivar os manifestantes a continuarem nas ruas. A *Nota*

²³ <https://www.facebook.com/notes/passe-livre-s%C3%A3o-paulo/nota-n%C2%BA6-nota-p%C3%BAblica-sobre-a-situa%C3%A7%C3%A3o-dos-detidos-nos-atos-contra-o-aumento-da-/531015230288066>

²⁴ <https://www.facebook.com/notes/passe-livre-s%C3%A3o-paulo/nota-n%C2%BA7-nota-do-mpl-sobre-reuni%C3%A3o-na-prefeitura/53167873355049>

²⁵ <https://www.facebook.com/notes/passe-livre-s%C3%A3o-paulo/nota-n%C2%BA8-nota-p%C3%BAblica-sobre-os-atos-do-dia-1706/532142603508662>

*nº9: Nota pública sobre as declarações do Prefeito*²⁶ postada no dia seguinte rebate o que havia sido dito pelo prefeito sobre ser impossível reduzir o valor da tarifa sem ter que tirar dinheiro de setores como saúde e educação. O Movimento explica que se fosse alterada a porcentagem de lucro do empresário o valor poderia ser mudado sem nenhum repasse dos custos para os usuários em outros setores. Também busca mostrar aos leitores que os governantes realizam uma inversão do discurso ao dizerem que as manifestações impedem o direito de ir e vir da população: as manifestações são exatamente para garantir esse direito. No dia 20, a *Nota nº 10: sobre a revogação do aumento*²⁷ informa que a luta foi vencida, o reajuste foi cancelado e isso só foi possível pela força do povo. Esta nota traz as mesmas informações que o álbum *Sobre a revogação do aumento*, que ratificava a realização de um ato comemorativo. No dia seguinte a *Nota nº11: sobre o ato do dia 20.06*²⁸ foi publicada num tom bastante preocupado sobre o rumo das manifestações. Apontava que no ato do dia anterior atos de violência conta participação de grupos, mais especificamente de partidos políticos, haviam lamentavelmente acontecido e, por mais que o MPL seja um movimento social apartidário, ele não é de forma alguma antipartidário. Ressalta, também, que os partidos participaram desde as manifestações iniciais e que não deveriam ser expulsos das ruas. A última nota de Junho, deste mesmo dia, intitulada *Sobre a continuidade da luta*²⁹ informa que o MPL não está suspendendo os protestos, mas que desde o começo afirmaram que a luta seria pela revogação do aumento e que, agora, como este objetivo havia sido alcançado, a luta continua sendo pela tarifa zero. De certa forma, o MPL comunicava que por hora não convocaria mais protestos, que continuaria a batalhar pelo seu objetivo maior, mas que as manifestações, confusas, que continuaria a acontecer nas ruas de SP já não eram atos chamados pelo Movimento.

Paralelamente às notas, fotos e eventos o MPL em sua página no Facebook também publicou diversas outras informações de importância para aquele momento e que de alguma forma dialogavam com as notas emitidas, ao mesmo tempo que ajudavam a construir uma

²⁶ <https://www.facebook.com/notes/passe-livre-s%C3%A3o-paulo/nota-n%C2%BA9-nota-p%C3%BAblica-sobre-as-declara%C3%A7%C3%B5es-do-prefeito/532602840129305>

²⁷ <https://www.facebook.com/notes/passe-livre-s%C3%A3o-paulo/nota-n%C2%BA10-sobre-a-revoga%C3%A7%C3%A3o-do-aumento/532919733430949>

²⁸ <https://www.facebook.com/notes/passe-livre-s%C3%A3o-paulo/nota-n%C2%BA11-sobre-o-ato-do-dia-2006/533367663386156>

²⁹ <https://www.facebook.com/notes/passe-livre-s%C3%A3o-paulo/sobre-a-continuidade-da-luta/533572233365699>

versão alternativa dos fatos, muitas vezes deslegitimando o discurso da imprensa oficial. Dentre esse material postado estavam, sim, notícias provindas de portais de jornalismo na internet, ligados a grandes jornais e emissoras, como Estadão, Folha de São Paulo e G1, ligado a Rede Globo, além de Terra e Uol. O MPL não ignorou a relevância destes veículos informativos, fez uso de links destas páginas, porém divulgou muito material de outros sites, como Passa Palavra e Tarifa Zero, que não tem tamanha projeção, mas que no contexto mostraram sua importância por colocarem na rede vídeos, fotos e relatos de outros lados da história que não obteriam espaço nos grandes veículos. Ao publicar os mesmos fatos notícias por dois vieses opostos inicialmente o Movimento conseguiu mostrar aos que acompanhavam sua página que a um fato ao ser noticiado na TV ou num jornal não é uma verdade absoluta e sim uma interpretação da situação, podendo haver outras versões.

Posteriormente, ao divulgar conteúdos que não vinham de outros sites, mas de pessoas comuns, manifestantes que estavam nas ruas ou mesmo pessoas que observavam de longe, mas que foram testemunhas e/ou coletores de registros visuais, o Movimento comprovou as versões divergentes àquelas reportadas nos grandes meios de comunicação. Está aí uma possibilidade de atuação que a internet proporciona. Antes, ao acusarem a mídia de manipuladora das informações, as pessoas possuíam escassos recursos em suas mãos para comprovarem esta opinião e fazê-la circular. Podiam até possuir materiais como fotos que mostrassem que a imagem veiculada no jornal não fazia jus ao contexto do que estava sendo noticiado, mas como iriam estas pessoas fazer estas informações circularem com a velocidade e abrangência que os meios de comunicação? Suas versões alternativas soavam como boatos, teoria da conspiração. Por meio da rede, agora, é possível utilizar-se de conteúdos visuais e auditivos, juntamente a relatos, para dar veracidade àquilo que se defende. Por mais que os grandes veículos também possuam sites e páginas nas redes sociais, o poder na mão do usuário comum é muito maior.

Em meio a centenas de postagens do MPL durante o período de Junho de 2013 algumas se destacam exatamente por evidenciarem que o Movimento já havia despertado para o poder que podiam ampliar naquele momento se fizessem do ciberespaço mais um espaço de construção da luta. As notas, acima trabalhadas, mostram a preocupação do Movimento em dialogar diretamente com a sociedade, esclarecendo temas onde poderiam ser questionados, como o financiamento das fianças. Bem como pode-se notar que buscavam mostrar que sabiam muito sobre a pauta e como fazer com quem ela se tornasse realidade, e o preço da

tarifa baixasse. Por mais que o ambiente mais importante para os movimentos sociais seja a rua, espaço público de interação, o MPL não deixou de lado a internet para dialogar com aqueles que ainda estavam conhecendo a causa, que ainda tinham dúvidas. Pois o uso da internet, nesse sentido, é de grande proveito pois aqueles que já conhecem a pauta, já fazem parte do movimento, já sabem das questões ali levantadas, não precisam ser convencidos de que tal bandeira é importante, que tal luta precisa ser enfrentada. A necessidade de dialogar com os que estão do outro lado do muro, ou em cima dele, é grande e nesse quesito o MPL obteve bastante êxito ao utilizar sempre linguagens simplificadas mas em textos bastante informativos. Além de adotarem a postura de interação com o usuário em certos momentos, reconhecendo a importância de cada um dos que se juntavam a luta. Isso tudo se comprova pelas publicações do Movimento no Facebook.

Tendo em vista o grande volume de dados postados no período, só algumas postagens aqui serão utilizadas para exemplificar e caracterizar de formas de ação do MPL na rede social. Durante as Jornadas de Junho um vídeo circulou pela internet e teve forte impacto na formação das opiniões acerca dos atos e dos manifestantes, apontados pela mídia na maior parte do tempo como vândalos. Nele, um PM acompanhado de vários colegas, longe dos olhares da grande multidão das ruas, quebrava com seu cassetete um dos vidros da própria viatura³⁰. Isso durante o 4º Grande Ato, no dia 13 de Junho, momento de maior violência durante as manifestações. Neste dia muitas imagens e relatos de agressões gratuitas por parte da polícia circularam pela internet. Foi neste ato que a jornalista da Folha de São Paulo, Giuliana Vallone, foi baleada no olho por uma bala de borracha disparada pela polícia de forma indiscriminada contra quaisquer pessoas que estivessem na rua, como Giuliana que no momento se retirava das manifestações, dentro de um estacionamento (PIRES, 2013). Por conta dessas situações foi sendo clarificada a forma de atuação da PM paulista, e sua truculência a cada vídeo publicado, cada imagem postada, cada relato de agressão compartilhado nas redes sociais foi ficando mais inquestionável. O referido vídeo ajudou a reforçar, para a classe média, a tese de que a polícia não somente era a causadora da violência nas manifestações, como também faria o que fosse necessário para incriminar os manifestantes. Não necessariamente as pessoas começaram de imediato a apoiar os atos, mas sem dúvidas a dúvida sobre as notícias e as abordagens estava implantada. É importante notar,

³⁰ <https://www.facebook.com/passelivresp/posts/530183777037878>

também, que este vídeo foi feito durante a manifestação do dia 13 de Junho, a noite. A postagem do MPL se deu às 02h27min do dia 14, ou seja, logo em seguida do fim da manifestação. Novamente: a rapidez com que a internet faz as informações circularem foi essencial nesse momento.

Ainda no empenho de suscitar dúvidas e fazer com quem a população fizesse questionamentos, o MPL publicou imagens das tabelas dos valores dos contratos entre a prefeitura e as empresas de ônibus³¹. Estas imagens, divulgadas com o link para sua fonte direta no site da Prefeitura de São Paulo, questionavam quais os interesses da prefeitura em reafirmar o contrato mais caro, de R\$1,5 bilhão, com a empresa de ônibus que mais registra multas e problemas. Postagens como essa ajudaram a construir o debate em torno do funcionamento do sistema de transporte público, nas mãos dos empresários: recebendo grandes quantias mesmo sendo de conhecimento dos governantes a qualidade do serviço e a quantidade das reclamações.

O Movimento também usou a rede social para coisas mais triviais, todavia não menos importantes. Além de marcar e divulgar os próprios atos, também divulgaram atos ao redor do mundo em apoio às manifestações brasileiras³², isso teve sua relevância ao mostrar que a luta estava sim tendo relevância, tomando proporções não imaginadas e fazendo com que a pressão sobre o governo fosse cada vez maior. Outros tipos de apoio também foram noticiados na página, como o show de Elza Soares no interior de SP onde em uma das músicas a cantora fez referência aos R\$0,20³³. O espaço das postagens da página também foi utilizado para desmentir outros atos marcados por pessoas alheias ao MPL, mas utilizando o nome do Movimento³⁴. Ademais divulgaram pela página ensaios da bateria que participou das manifestações, chamando a todos os interessados que possuíssem instrumentos musicais a comparecerem³⁵.

Eventos básicos, de informação, esclarecimento e construção do debate, também estiveram presentes na página do Movimento no Facebook. Um desses eventos, *Por dentro do*

³¹<http://www.facebook.com/photo.php?fbid=526565167399739&set=a.176327119090214.45137.176309402425319&type=1>

³² <https://www.facebook.com/passelivresp/posts/530711360318453>

³³ <https://www.facebook.com/passelivresp/posts/531176520271937>

³⁴

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=530523537003902&set=a.176327119090214.45137.176309402425319&type=1>

³⁵ <https://www.facebook.com/passelivresp/posts/531027870286802>

*Movimento Passe Livre*³⁶ pretendia apresentar o Movimento, sua forma de organização, sua história e sua bandeira. Outro, *Aula pública: tarifa zero e mobilização popular*³⁷ buscava discutir a proposta do MPL de tarifa zero no transporte público, com Lúcio Gregori, idealizador do Projeto Tarifa Zero arquivado em SP. A realização destes eventos, paralelos às manifestações, foi importante para que as pessoas tivessem mais contatos com o próprio movimento, entendessem melhor sua pauta e tomassem conhecimento das possíveis formas de ação. Outros materiais também contribuíram para que as pessoas criassem intimidade com o tema, ao divulgar os links para os sites do MPL de outras cidades³⁸, publicizar a cartilha da campanha Tarifa Zero³⁹ e veicular o link para a campanha de recolhimento de assinaturas pela tarifa zero⁴⁰. Cabe aqui esclarecer que esta campanha não se trata de uma campanha de abaixo-assinado on-line, e neste link era possível ter acesso as folhas do abaixo-assinado para serem impressas e as assinaturas colhidas pessoalmente.

Outro tipo de postagem também notável foi a que buscava instruir os manifestantes, ajuda-los a se proteger durante e após as manifestações. Uma dessas publicações fornecia o endereço na região onde os atos estavam sendo realizados, de um coletivo que havia se organizado e aberto seu espaço físico para servir como enfermaria aos manifestantes feridos⁴¹. Para ajudar os manifestantes, que estavam sendo detidos indiscriminadamente inclusive sob a absurda justificativa de porte de vinagre, o Movimento divulgava em sua página, durante as manifestações informações sobre o cenário nas ruas, como o fato de a PM estar revistando as pessoas que saíssem dos metrô em torno da área do Teatro Municipal, região onde as pessoas se concentravam para o início das manifestações⁴².

Bem como nas notas, onde o MPL demonstrou sua preocupação com os manifestantes, ao se empenhar no pagamento das fianças e na mobilização de advogados apoiadores, o tipo de postagem acima exposto mostrava uma preocupação em garantir o bem estar daqueles que estivessem dispostos a sair à rua e se expor. Àqueles que já haviam sido de alguma forma agredidos, o MPL orientava a como agir⁴³ para realizar uma denúncia, fazer exame de corpo de delito, reportar o ocorrido ao Movimento e ao núcleo de direitos humanos da defensoria

³⁶ <https://www.facebook.com/events/53616688311137/?ref=22>

³⁷ <https://www.facebook.com/events/148153242040714/>

³⁸ <https://www.facebook.com/passelivresp/posts/535988496457406>

³⁹ <https://www.facebook.com/passelivresp/posts/535063769883212>

⁴⁰ <https://www.facebook.com/passelivresp/posts/535428579846731>

⁴¹ <https://www.facebook.com/passelivresp/posts/530056393717283>

⁴² <https://www.facebook.com/passelivresp/posts/530050437051212>

⁴³ <https://www.facebook.com/passelivresp/posts/531687630220826>

pública, mas continuar a comparecer ao próximo ato, demonstrando que a violência não intimidaria e não enfraqueceria a força popular. Também no intuito de prestar suporte aos manifestantes presos, uma das postagens explicava sobre as detenções e divulgava uma conta bancária para contribuições. Outra forma que o MPL encontrou para ajudar nos processos que correriam em relação aos detidos foi solicitando aos manifestantes que enviassem seus próprios materiais visuais que retratassem a atuação violenta e gratuita da polícia⁴⁴. Uma das postagens⁴⁵ na página da rede social do Movimento dizia “faça você mesmo”, incentivando os manifestantes a compartilharem vídeos, fotos e relatos nas redes sociais, ajudando a criar e circular informações para além da grande mídia.

Por fim, já nos últimos dias do mês de Junho, após o término dos atos marcados pelo Movimento, algumas postagens que já eram vistas anteriormente se tornaram mais comuns e demonstram a fidelidade do Movimento a sua essência e ao que se propõe desde o início: expandir a luta e interagir com movimentos sociais de outras causas. Um deles *ATO PELA MORADIA DA OCUPAÇÃO MARGARIDA MARIA ALVES*⁴⁶ foi realizado em apoio aos moradores de uma ocupação, pela causa do direito a moradia. Outro, *Quarto Ato Copa Pra Quem? - PELA DESMILITARIZAÇÃO DA POLÍCIA*⁴⁷ tratava das remoções forçadas de famílias de áreas utilizadas para construções da Copa do Mundo de Futebol e às prisões arbitrárias dos moradores.

Uma vez descrita a página do Movimento no Facebook, e expostos os conteúdos de maior relevância, cabe agora direcionarmos a atenção para o site do movimento. Na página inicial do site estão dispostos os links para todas as sessões deste: *Apresentação*, *Histórico*, *Tarifa Zero*, *Material*, *Colabore*, *Contato* e *Links*. O primeiro dos links, *Apresentação*, leva a uma descrição similar ao disposto na sessão *Sobre* da página do Facebook, com breves textos sobre a história do Movimento, princípios, objetivos, organização e propostas. Neste mesmo link é possível ter acesso a Carta de Princípios do MPL. Na sessão *Histórico* estão dispostos materiais relativos às lutas contra o aumento de 2006, 2010 e 2011. Os conteúdos dessa sessão

⁴⁴ <https://www.facebook.com/passelivresp/posts/530153347040921> e <https://www.facebook.com/passelivresp/posts/530104747045781>

⁴⁵ https://www.facebook.com/photo.php?fbid=530391310350458&set=a.176327119090214.45137.176309402425319&type=1&relevant_count=1

⁴⁶ <https://www.facebook.com/events/391926250917642/>

⁴⁷ <https://www.facebook.com/events/190947494399795/>

são notavelmente escassos e consistem basicamente de algumas fotos e algumas linhas de textos que não descrevem muito os atos. Somente o link da luta contra o aumento de 2011 traz uma descrição mais aprofundada, dividida cronologicamente.

Na *Tarifa Zero* um texto de curtos quatro parágrafos descrevem a proposta da Tarifa Zero, diretamente ligada ao direito de ir e vir do cidadão, a ligação do transporte com o acesso a outros direitos básicos como saúde, lazer e educação e brevemente explica de onde viria o financiamento para tal proposta. A sessão *Material* está subdividida em *Ilustrações*, *Filmes*, *Impressos*, *Fotos* e *Áudios e Músicas*. Nas *Ilustrações* estão apenas nove desenhos que fazem referência aos protestos do MPL, como o catração ou um ônibus sem catracas. Em *Filmes* estão os links diretos para vídeos no Youtube de 14 filmes, dentre eles “Amanhã vai ser maior” de 2005, “Revolta do Buzu” de 2003, várias entrevistas com pessoas que tratam do tema do transporte público e registros visuais de debates sobre o assunto. Em *Impressos* estão materiais do MPL – SP, para serem impressos e repassados a diante, sobre o que é o Movimento, o aumento da tarifa, transporte e eleições e dia mundial sem carro. Há material semelhante do MPL nacional. As Cartilhas e Panfletos ainda estão sob construção. Ainda há dois livros para serem lidos online. A sessão *Fotos* não possui nenhum conteúdo. E em *Áudios e Músicas* os áudios estão sob construção mas há diversos links para músicas, atuais e mais antigas, que tratam das questões do transporte e das manifestações políticas.

Em *Colabore* o Movimento fornece informações para aqueles que desejam integrar o MPL ou então organizar um coletivo do Movimento em sua cidade. Informa também sobre como arrecada dinheiro, não estando ligado a empresas ou partidos por exemplo. Sendo assim, a venda de bótons, camisetas, livros e DVDs do Movimento é um dos meios de arrecadação, bem como as doações. Para ambos, solicitam que os interessados os enviem um e-mail. Em *Contato* há uma ficha a ser preenchida para enviar mensagens para o Movimento diretamente do site, onde é solicitado nome, e-mail assunto e mensagem. Não há a indicação de quais outros e-mails o movimento se utiliza. Por fim, a sessão *Links* apresenta um conteúdo interessante e bastante relevante. Estão ali dispostos os links do site do MPL nacional, do MPL de outras cidades, de outros sites que trabalham também com a questão do transporte público, de parceiros como o CMI, cursinho popular, coletivos de diversas áreas, sindicatos, Mães de Maio, MST, rádios e sites internacionais de iniciativas que buscam soluções para a questão o transporte.

Retornando à página inicial do site ainda há o campo de busca para o usuário poder procurar informações que deseje. Fora da barra dos links principais é possível encontrar o link do *Destaque* onde estão quatro notícias que o administrador do site sinalizou como relevante, sem aparente motivo para tal. Em *Materiais* o conteúdo é semelhante, constando três notícias. A sessão *Notas* é autoexplicativa e possui apenas três itens. Em *Saiba Mais* estão seis textos explicando mais sobre a questão do transporte público. Em *Vídeos* existem dez vídeos sobre as lutas. Somente um dos itens da *Materiais* e um item do *Vídeos* é de Junho de 2013. Alguns dos vídeos retratam os atos de Junho, mas foram postados posteriormente. Ademais na página inicial também estão links para sites do MPL de outras cidades. A sessão *Agenda* traz os eventos já acontecidos e os que estão por vir. Dos 64, oito são do período das Jornadas: *Ato contra o aumento na Vila Leopoldina*⁴⁸ de três de Junho; *Debate na PUC: “Qual o preço do transporte público?”*⁴⁹ da mesma data; *3º Grande Ato Contra o Aumento*⁵⁰ do dia 11 de Junho; *4º Grande Ato Contra o Aumento*⁵¹ do dia 13; *Atividade Aberta do MPL-SP!*⁵² de 21 de Junho; *Atos no Capão, Campo Limpo e Guaianazes*⁵³ do dia 23; *Aula pública com Lúcio Gregori e Paulo Arantes*⁵⁴ do dia 26 e *Ato “Copa pra quem?” na final*⁵⁵ de 28 de Junho.

Já na parte do site *Notícias* das 134 veiculadas, 23 são de Junho de 2013: *Protestos na M’Boi Mirim no primeiro dia do aumento*⁵⁶ postada no dia 3 de Junho; *Ações pela cidade divulgam o grande ato do dia 6!*⁵⁷ postada no dia 6; *Novo ato contra o aumento na sexta!*⁵⁸ do dia 7; *Nota sobre a manifestação do dia 6*⁵⁹ publicada em 7 de Junho; *O segundo grande ato ocupou a Marginal Pinheiros*⁶⁰ do dia 9; *Nota pública do Movimento Passe Livre sobre a luta contra o aumento*⁶¹ do mesmo dia; *Terceiro grande ato contra o aumento da passagem!*⁶² também da mesma data; *Nota sobre os presos no ato do dia 06/06*⁶³ ainda do dia 9; *Goiânia derruba o aumento!*⁶⁴ de 11 de Junho; *Intervenção na Ponte Estaiada e na*

⁴⁸ <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/03/ato-contra-o-aumento-na-vila-leopoldina/>

⁴⁹ <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/03/debate-na-puc-qual-o-preco-do-transporte-publico/>

⁵⁰ <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/11/3o-grande-ato-contra-o-aumento/>

⁵¹ <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/13/4o-grande-ato-contra-o-aumento/>

⁵² <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/21/atividade-aberta-do-mpl-sp/>

⁵³ <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/23/seguindo-na-luta-pela-retomada-da-cidade/>

⁵⁴ <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/26/aula-publica-com-lucio-gregori-e-paulo-arantes/>

⁵⁵ <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/28/ato-copa-pra-quem-na-final/>

⁵⁶ <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/03/protestos-na-mboi-mirim-no-primeiro-dia-do-aumento/>

⁵⁷ <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/06/acoes-pela-cidade-divulgam-o-grande-ato-do-dia-6/>

⁵⁸ <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/07/novo-ato-contra-o-aumento-na-sexta/>

⁵⁹ <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/07/nota-sobre-a-manifestacao-do-dia-6/>

⁶⁰ <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/09/o-segundo-grande-ato-ocupou-a-marginal-pinheiros/>

⁶¹ <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/09/nota-publica-do-movimento-passe-livre-sobre-a-luta-contra-o-aumento/>

⁶² <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/09/terceiro-grande-ato-contra-o-aumento-da-passagem/>

⁶³ <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/09/nota-sobre-os-presos-no-ato-do-dia-0606/>

⁶⁴ <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/11/vitoria-em-porto-alegre/>

*Câmara Municipal*⁶⁵ do mesmo dia; *Pedido de reunião para discutir a revogação do aumento*⁶⁶ também postada em 11 de Junho; *Sobre a situação dos detidos nos atos contra o aumento da tarifa de 11/06*⁶⁷ publicada no site no dia 13 de Junho; *Nota pública sobre a situação dos detidos nos atos contra o aumento da tarifa*⁶⁸ do dia 15; *Agora a periferia de São Paulo também vai parar!*⁶⁹ publicada dois dias depois; *Nota do MPL sobre a reunião com a Prefeitura*⁷⁰ também do dia 17; *Nota pública sobre os atos do dia 17/06*⁷¹ postada no mesmo dia; *Nota pública sobre as declarações do Prefeito*⁷² de 19 de Junho; *Sobre a revogação do aumento*⁷³ divulgada no dia 21; *Sobre o ato de 20/06*⁷⁴ também do dia 21; *Sobre a continuidade da luta*⁷⁵ de 22 de Junho; *A periferia de São Paulo vai continuar parando!*⁷⁶ Do dia seguinte; *Carta aberta do MPL-SP à presidenta*⁷⁷ de 24 de Junho e por fim 25/06: *Atos na zona sul conquistam reivindicações*⁷⁸ do dia 28 de Junho.

Ao observar o conteúdo do site do Movimento é possível constatar que não há muito material neste ambiente em relação ao encontrado no Facebook. Disso pode se depreender duas coisas. A primeira é a de que há um certo descompasso entre as publicações do site e do Facebook. Prova disso são as notas que, apesar de bastante importantes, não são correspondentes nas duas páginas. Algumas, poucas, estão presentes na página da rede social e no site do Movimento, contudo a maioria somente foi postada no site. A segunda coisa que pode se aprontar é que o MPL fez sua aposta no poder de circulação das informações das redes sociais, devido à incomparável maior quantidade de dados no Facebook. Se estabelecermos que a rede social faz a informação chegar ao interessado, enquanto o site tem

⁶⁵ <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/11/intervencao-na-ponte-staiada-e-na-camara-municipal/>

⁶⁶ <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/11/pedop-de-reuniao-para-discutir-a-revogacao-do-aumento/>

⁶⁷ <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/13/sobre-a-situacao-dos-detidos-nos-atos-contr-o-aumento-da-tarifa-de-1106/>

⁶⁸ <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/15/nota-publica-sobre-a-situacao-dos-detidos-nos-atos-contr-o-aumento-da-tarifa/>

⁶⁹ <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/17/agora-a-periferia-de-sao-paulo-vai-parar/>

⁷⁰ <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/17/sobre-a-situacao-dos-detidos-nos-atos-contr-o-aumento-da-tarifa-de-1106-2/>

⁷¹ <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/17/nota-publica-sobre-os-atos-do-dia-1706/>

⁷² <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/19/nota-publica-sobre-as-declaracoes-do-prefeito/>

⁷³ <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/21/fomos-vitoriosos-viva-a-luta-do-povo/>

⁷⁴ <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/21/sobre-o-ato-de-5a-206-nota-publica/>

⁷⁵ <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/22/sobre-a-continuidade-da-luta/>

⁷⁶ <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/23/a-periferia-de-sao-paulo-vai-continuar-parando/>

⁷⁷ <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/24/carta-aberta-do-mpl-sp-a-presidenta/>

⁷⁸ <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/28/2506-atos-na-zona-sul-conquistam-reivindicacoes/>

a informação, estática, esperando que o interessado a encontre, de fato o MPL fez a aposta certa. Todavia o fato de materiais básicos, como as notas, não estarem disponíveis em ambas as páginas poderia ser corrigido, num esforço para facilitar para aqueles que buscam informações. Além disso, no site a sessão que deveria dispor de fotos do Movimento e a sessão que trata do histórico precisam estar mais completas, principalmente na descrição dos outros momentos de luta. O registro da história de um movimento é relevante para a construção deste.

De maneira geral, durante as manifestações de Junho o MPL- SP conseguiu levar milhares às ruas, sem deixar de lado o ambiente virtual. Ou seja, mesmo em um momento de grande agitação, onde as ruas demandavam grande empenho, no sentido de dar continuidade à luta, o Movimento fez da rede uma extensão das ruas, reconhecendo que as esferas do virtual e do real não são opostas, e sim complementares. Por mais que pelas observações diretas feitas nas páginas alguns pontos problemáticos tenham sido encontrados, o MPL no Brasil é um dos poucos movimentos sociais que já se apropriou da internet. O fato de já na Carta de Princípios o Movimento incentivar o uso de mídias alternativas mostra que este já tinha uma percepção melhor das oportunidades que encontraria na rede. O advento das Jornadas de Junho contribuiu para que eles melhorassem sua relação com estas mídias. As quatro páginas aqui citadas, das lutas regionais nas periferias de São Paulo, todas criadas após o período de agitação de Junho, é uma prova de que o MPL enxergou que as redes sociais trouxeram benefícios durante as Jornadas, e que se o Movimento precisa se construir e se fortalecer diariamente, mesmo fora dos momentos do ápice das manifestações, as redes sociais podiam ser um canal de diálogo.

Cabe lembrar que os fatos aqui descritos são extremamente recentes e que suas consequências ainda estão se desenrolando, portanto diversas interpretações estão sendo feitas e publicados. Nesse sentido este trabalho se caracteriza, também, como um esforço de interpretação deste momento marcante, porém ainda muito próximo. Dessa forma, feitas as descrições das páginas, de seus conteúdos e tecidos alguns comentários sobre este conjunto de informações, cabe agora nos encaminharmos para as considerações finais em relação ao que foi construído neste trabalho.

Considerações finais

A internet foi concebida para usos bem diferentes dos que faz-se dela hoje. Exatamente por sua construção, relativamente aberta, ela pode ser utilizada de várias formas e sempre reinventada. Para a troca de capital a internet é um meio fundamental no sistema de hoje. Contraditoriamente, para a luta contra o próprio capital ela pode ser muito relevante. A Primavera Árabe, o movimento Occupy e o dos Indignados, com suas conquistas e grandes números de pessoas ocupando as ruas, fizeram despertar ao redor do mundo vários outros movimentos. Na Inglaterra, durante uma série de protestos contra o desemprego, o racismo e a política de imigração, dois jovens foram presos por terem criado eventos no Facebook para divulgar data, local e hora dos protestos (GOHN, 2013). Assim, o uso da internet é visto sim como uma possível ameaçada e por mais que haja diferenças, no Brasil o mais marcante dos protestos inflados pela rede foram as Jornadas de Junho iniciadas pelo Movimento Passe Livre. Assim, entender o uso da internet pelo MPL é muito relevante.

Fato é que a rede foi fundamental para as Jornadas. Sem entrar na discussão da perda de foco e da multiplicidade de bandeiras levantadas no segundo momento das manifestações de junho de 2013 em São Paulo. Sobre isso o trabalho tentou mostrar que a partir de determinado momento as pessoas que estavam na rua já não estavam lá pela questão do transporte. Entretanto, acima de tudo, “os protestos de junho deixaram dois legados opostos: de um lado, a explosão de manifestações com pautas difusas e sem qualquer orientação a resultados; de outro, a luta contra o aumento conduzida pelo MPL com profundo sentido de tática e estratégia” (JUDENSNAIDER, 2013, p. 235). E é nessa questão da estratégia que buscamos entender o papel que a rede teve no planejamento das ações do movimento.

O discurso do MPL, aqui representado pela entrevista feita com o membro da Comissão de Comunicação do Movimento, Luca, é muito esclarecido em relação ao uso da rede. Não a desprezam nem a superestimam. Sabem que precisam incorporá-la no seu processo mas que não podem descolar-se do que está acontecendo nas ruas, de acordo com a ideia sobre outros movimentos já ocorridos anteriormente de que “a internet é uma condição necessária, mas não suficiente. As raízes da rebelião estão na exploração, opressão e humilhação. Entretanto, a possibilidade de rebelar-se sem ser esmagado de imediato dependeu da densidade e rapidez da mobilização” (CASTELLS, 2011, *apud* GOHN, 2013, p. 17 – 18). Assim, a internet contribui no rapidez e fluxo das trocas de informação para a organização do

movimento. Como dito acima, apesar de ser instrumento do capital, as multifacetadas da rede permitem que ela seja usada inclusive contra o capital.

Contudo, apesar de o movimento ter consciência deste fato, algumas formas de ação na rede podem ser questionadas. Partindo do princípio que site e redes sociais são geridas pela mesma Comissão, ambos deviam conter o mesmo conteúdo, afinal públicos diferentes visitam as duas páginas. Parte do público pode visitar ambas, mas outra parte pode ser apenas seguidora nas redes sociais ou somente acessar o site. Assim, por que não haver uma concordância entre o que está em ambos? Outra questão é em relação às redes sociais. A grande diferença que deu destaque às redes é a possibilidade de interação com quem está do outro lado do computador. Quem posta pode receber respostas, comentários, críticas, opiniões. E quem lê pode também falar o que acha. Diferentemente dos sites e de forma muito mais dinâmica que um blog. Porém tanto na observação dos perfis quanto na fala de Luca o Movimento assume não fazer uso das potencialidades das redes sociais. Utilizam-nas ainda somente para divulgar conteúdo, mas com pouquíssima interação, o que poderia criar uma relação mais próxima com os usuários e atraí-los para os debates em torno da causa defendida. O que se depreende disso é que a internet é para o Movimento um ambiente de divulgação e publicização de suas idéias, o que é completamente válido. Porém, não exploram muito intensamente o ciberespaço como um ambiente de debate e conscientização política.

A observação do site e dos perfis nos possibilitou também perceber que apesar de já estar presente nestes meios, o Movimento peca em questões muito simples. Uma delas, por exemplo, é dispor algum material estruturado que apresente a proposta da Tarifa Zero de Lúcio Gregori. Ou então sobre a viabilidade deste tipo de projeto em outros países que já o possuem em funcionamento. Estes materiais são muito interessantes para aqueles que tentam se aproximar da causa, mas ainda possuem pouco conhecimento, ou dúvidas quanto a sua real viabilidade. Por mais que na fala de Luca esteja presente a questão da possibilidade da construção de uma outra versão dos fatos por meio da rede, até que ponto o Movimento está mesmo comprometido em construir sua versão? Disponibilizar materiais como estes é informar as pessoas, e fazê-las construir suas opiniões em torno da pauta. Mesmo durante as Jornadas de Junho, há muito mais material explicativo sobre o reajuste, a questão da mobilidade urbana, o sistema público de transporte, os impactos sociais dos R\$0,20 postados por outros meios do que pelo MPL.

Todas essas são formas de melhorar a comunicação do Movimento com a sociedade, no intuito de atrair mais pessoas para o debate. Novamente, vale pensar quais outros meios atualmente possibilitariam tal aproximação? O Movimento, acima de tudo, precisa chegar às pessoas, senão corre o risco de extinguir-se ou existir sem grande relevância no cenário. Comunicar-se, com indivíduos e outros movimentos, passar sua versão dos acontecimentos, mostrar material que dê veracidade aos relatos, são exemplos de ações de importância para os movimentos em geral. Basta pensarmos ao contrário para enxergarmos isso: qual o alcance de um movimento que não se comunica, ou que aceita o que a mídia tradicional diz sobre ele, ou que tem contato com materiais sobre seus atos mas não os divulga? Provavelmente, muito pouco alcance. Pouquíssima projeção. E, dificilmente, alguma conquista política. Não podemos deixar de esclarecer que, também de acordo com o discurso do MPL, em momento algum somente é a comunicação que constrói o movimento. Este se fortifica e cresce pela presença nas ruas e pelo problema concreto pelo qual se mobiliza e luta.

A comunicação é um instrumento para algo posterior bem maior. A saída aos espaços públicos com o fim de mostrar sua força e pressionar os governantes no sentido de alguma melhoria, ainda é a ação mais essencial que deve ser exercida pelo movimento. Mas até conseguir ganhar esta relevância, como é que se organizam?

Retomando o trecho de Castells aqui nestas considerações exposto, para conseguir esta mobilização depende-se da capacidade de organizar-se sem ser esmagado. Este esmagamento vem de outros grupos políticos com intenções diferentes as do movimento, como outros partidos ou a mídia. Esta, como tentou-se demonstrar durante este trabalho, com grande proeminência na construção das opiniões e da imagem dos movimentos, estando muitas vezes ligadas diretamente aos partidos políticos. Novamente, frente a esse cenário, qual outro meio os movimentos poderiam utilizar para lutar contra isso e tornar pública suas informações se não a internet?

É fato que o ciberespaço também tem suas armadilhas. Não se pode acreditar que ao divulgar materiais na rede, o mundo saberá daquilo. Muitas vezes, fala-se, mas ninguém ouve. Outras vezes fala-se mais do mesmo. Mas quanto a isso o MPL parece estar bastante ciente e sabe que, por exemplo, o aumento dos números de curtidas no Facebook não representa um aumento de manifestantes na rua conscientes da luta pelo transporte verdadeiramente público e de qualidade.

Assim, principalmente pela observação do site e do perfil no Facebook, podemos observar que durante as Jornadas de Junho o Movimento Passe Livre aumentou seu fluxo de postagens e compartilhamentos nos meios virtuais onde estão presentes, inclusive de forma variada. Relatos, notas, imagens, eventos, etc, foram bem mais divulgados durante junho do que em outras épocas. Porém, além dos pontos problemáticos acima apresentados, é possível levantar a hipótese de que o uso da rede pelo MPL pouco influenciou os manifestantes que foram às ruas nos atos. Aqueles que foram, comprometidos com a causa dos R\$0,20, o fariam de qualquer forma. Outros saíram de casa por simpatizarem e compreenderem sim a causa do transporte, mas que poderiam ter se envolvido muito mais nos debates se o MPL aprimorasse sua própria relação com os aparatos tecnológicos. E a grande maioria foi as ruas sem ter contato com conteúdos do MPL. Dessa maneira, num futuro estudo mais aprofundado, é possível pensar em trabalhar a questão sob outro ângulo. O viés dos manifestantes em relação a influência que o uso do site e Facebook pelo MPL teve na decisão de sua participação nas Jornadas e a continuidade de seu envolvimento nas discussões sobre a causa.

O que se pode dizer é que a importância da internet na construção das Jornadas de Junho é inegável, mas naquele cenário os atores de mais peso foram os participantes das manifestações e os usuários da rede. Estes circularam muito mais material informativo do que o Movimento. Principalmente os relatos, imagens e vídeos de agressão, mas também textos esclarecendo a organização do transporte público em São Paulo e gráficos e tabelas com índices mostrando qual deveria ser o real valor da tarifa atualmente.

Conclui-se, então, até o momento que apesar das críticas traçadas, é preciso reconhecer o fato de que o MPL ainda assim é, aparentemente, o movimento social no cenário brasileiro que está mais desperto em relação à internet e suas possibilidades de utilização. A revisão bibliográfica feita deste trabalho nos deu subsídio para entender o contexto de surgimento do MPL e da internet, para traçarmos paralelos com outros movimentos e para clarificarmos a contraposição entre mídia tradicional e internet, representando uma mídia alternativa. Enxergar a ligação entre a política e a comunicação é fundamental para desconstruirmos a ilusão da neutralidade nas notícias divulgadas. Somente enxergando que tal versão segue por tal caminho, nos damos conta de que se há tal caminho, com certeza há um outro pelo qual se pode seguir, e conseqüentemente, outra versão das coisas. Por fim, trazer para a realidade brasileira a discussão em torno do uso da internet pelos movimentos sociais pode ajudar a outros movimentos do país a despertarem para esta possibilidade e começarem

a ser organizar no sentido de incorporarem a rede como mais um ambiente de luta e instrumento de comunicação e mobilização.

Referências bibliográficas:

ALLEGRINI, Gabriela. O gatilho da revolta: repressão policial, velha conhecida das periferias, surpreende ao atingir classe média. *Caros Amigos*, São Paulo, nº 196, p. 28-29, Junho de 2013.

ALVES, Giovanni. Ciberespaço e Fetichismo. in *Dialética do ciberespaço: trabalho, cultura e tecnologia no capitalismo global*. ALVES, Giovanni (Org.) e MARTINEZ, Vinício (Org.). Bauru: Editora Práxis, 2002.

_____. *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. Bauru: Editora Praxis, 2ª edição, 2007.

_____. *A revolta do precariado no Brasil*. 2013a. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/06/24/a-revolta-do-precariado-no-brasil/>>. Acesso em 05 de outubro de 2013, às 11:20.

_____. *O que é o precariado?* 2013b. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/>>. Acesso em 05 de outubro de 2013, às 11:30.

BBC. *Saques e chamuscas em novo protesto acirram tensão em São Paulo*. BBC. 19 de jun. de 2013. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/06/130619_sp_protest_dt_1k.shtml>. Acesso em 06 de setembro de 2013, às 11:00.

BOTTINI FILHO, Luciano; RIBEIRO, Bruno. *Passé Livre se retira das manifestações*. Estadão. 22 de jun de 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,passé-livre-se-retira-de-manifestacoes,1045645,0.htm>>. Acesso em 06 de setembro de 2013, às 15:00. ESTADAO 3

BRENNER, Robert. *O Boom e a Bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CALDAS, Graça. *O Latifúndio do Ar: Mídia e Poder na Nova República (1985-1989)*. 2011. Disponível em: <<http://issuu.com/enceipecom2/docs/latifundiudoar>>. Acesso em 05 de janeiro de 2012, às 13:40.

CARVALHO, Maurício. A tarefa é fortalecer as lutas sociais: jovens que organizaram os atos pelo passe livre falam sobre as maiores manifestações vistas no País. [Junho, 2013]. São Paulo: *Caros Amigos*. Entrevistas à Caros Amigos.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

_____. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CENTRO DE ESTUDOS SOBRE AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO (CETIC.br). TIC Domicílios e Usuários 2012. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.cetic.br/usuarios/tic/2012/>>. Acesso em 19 de outubro de 2013, às 11:20.

CRUZ, Luciene. LOURENÇO, Luana. *Dilma muda as regras de concessões de rádio e tv*. Agência Brasil. 16 de janeiro de 2012. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-01-16/dilma-muda-regras-de-concessoes-de-radio-e-tv>>. Acesso em 13 de outubro de 2013, às 10:20.

DIAS, Marina. *Na Paulista, extrema direita agride partidos de esquerda*. Terra Magazine. 21 de jun. de 2013. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/bobfernandes/blog/2013/06/21/na-paulista-extrema-direita-agride-partidos-de-esquerda/>>. Acesso em 06 de setembro de 2013, às 11:20.

FERABOLLI, Sílvia. Entre a revolução e o consenso: os rumos da Primavera Árabe. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 51, p. 101 -109, jan/jun. 2012. Disponível em: <<http://seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/download/146/142>>. Acesso em 30 de agosto de 2013, às 18:00.

FERNANDES, Edson; ROSENO, Ricardo de Freitas. *Protesta Brasil: das redes sociais às manifestações de rua*. São Paulo: Prata Editora, 1ª edição, 2013.

FONSECA, Erik & SAMPAIO, Ênia. *História da Internet*. UFMG. Disponível em: <<http://homepages.dcc.ufmg.br/~mlbc/cursos/internet/historia/Brasil.html>>. Acesso em: 25 jan 2012.

GOHN, Maria da Glória. *Sociologia dos movimentos sociais*. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. *Imperio*. Harvard University Press, 2000.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 15ª edição, 2006.

_____. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. Lisboa: Editora Bizâncio, 1ª edição, 2011.

_____. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013. p. 27 - 34.

HAUBERT, Mariana. “O Brasil acordou mais forte hoje”, afirma Dilma sobre manifestações. Congresso em Foco. 18 de jun. de 2013. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/o-brasil-acordou-mais-forte-hoje-afirma-dilma-sobre-manifestacoes/>>. Acesso em 06 de setembro de 2013, às 15:05.

HILSENBECK FILHO, Alexander Maximilam. *O EZLN e a guerrilha informacional: a política no mundo encantado da mídia e da comunicação*. 2004. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos914/ezln-guerrilha-informacional/ezln-guerrilha-informacional2.shtml>>. Acesso em 02 de janeiro de 2012, às 11:20.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914 – 1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª edição, 2008.

JUDENSNAIDER, Elena et al. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Editora Veneta, 1ª edição, 2013.

MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013. p. 19 – 26.

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA. In: Portal Brasil. 2013, Disponível em: <<http://www.portalbrasil.net/ipca.htm>>. Acesso em 04 de outubro de 2013, às 21:50.

INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION (ITU). *The world in 2013: ICT Facts and figures*. Genebra, 2013. Disponível em: <<http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/facts/ICTFactsFigures2013.pdf>>. Acesso em 2 de outubro de 2013, às 10:10.

INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION (ITU). *The world in 2009: ICT Facts and figures*. 2009. Disponível em: <<http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/facts/ICTFactsFigures2009.pdf>>. Acesso em 2 de outubro de 2013, às 10:10.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa nacional por amostra de domicílio: síntese de indicadores*. 2011. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2011/Sintese_Indicadores/sintese_pnad2011.pdf>. Acesso em 04 de outubro de 2013, às 15:05.

LOURENÇO, Luana; MÁXIMO, Wellton. *Após manifestações, Dilma promete discutir pacto para melhorar serviços públicos*. EBC. 21 de jun de 2013. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/06/apos-manifestacoes-dilma-promete-discutir-pacto-para-melhorar-servicos>>. Acesso em 06 de setembro de 2013, às 15:40.

MAGALHÃES, Vagner; NOVAES, Marina. *SP: fotógrafo do Terra é preso durante cobertura de protesto*. Terra. 13 de jun. de 2013. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/sp-fotografo-do-terra-e-preso-durante-cobertura-de-protesto,245a815136f3f310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>>. Acesso em 19 de setembro de 2013, às 10:10.

MANOLO. *Teses sobre a Revolta do Buzu*. Disponível em: <http://tarifazero.org/wp-content/uploads/2009/07/por_QS3_RevoltaBuzu.pdf>. Acesso em 15 de setembro de 2013, às 10:50.

MARCHA DA MACONHA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Marcha_da_Maconha&oldid=36138711>. Acesso em 2 de outubro de 2013, às 10:15.

MARCHA DAS VADIAS. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Marcha_das_Vacias&oldid=36556941>. Acesso em 2 de outubro de 2013, às 10:25.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013. p. 19 – 26.

MILHOMENS, Lucas. *MST, esfera pública e ciberativismo: um novo espaço para o debate*. In: Conexões Midiáticas, Nº 1, (pp. 1-11). 2009. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/ppgc/smartgc/uploads/arquivos/7cd961417c20100303074905.pdf>>. Acesso em 20 de dezembro de 2011, às 10:20.

MONTEIRO, Arakin Queiroz. *Trabalho, ciberespaço e acumulação de capital: estudo sobre produção e consumo na interatividade da internet comercial*. Dissertação de Mestrado. UNESP, Marília: 2008.

MORAES, Dênis de. *Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na internet*. 2000. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/16072-16073-1-PB.pdf>>. Acesso em 28 de janeiro de 2012, às 10:15.

_____, Dênis de. Agências alternativas em rede e democratização da informação na América Latina. In: MORAES, Dênis de; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. *Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação*. 1º Ed. São Paulo: Boitempo. Rio de Janeiro: FAPERJ. 2013a, p. 103 – 144.

_____, Dênis de. Sistema midiático, mercantilização cultural e poder mundial. In: MORAES, Dênis de; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. *Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação*. 1º Ed. São Paulo: Boitempo. Rio de Janeiro: FAPERJ. 2013b, p. 19 – 52.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. “*Primeiras chamadas*”: os atos regionais que inauguraram as Jornadas de Junho. 2013a. Disponível em: <<http://saopaulo.mpl.org.br/2013/09/13/primeiras-chamas-os-atos-regionais-que-inauguraram-as-jornadas-de-junho/>>. Acesso em 13 de setembro de 2013, às 23:40.

_____. *Apresentação*. 2013b. Disponível em: <<http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/>>. Acesso em 28 de julho de 2013 às 17:30.

_____. *Carta de princípios*. 2013c. Disponível em: <<http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/carta-de-principios/>>. Acesso em 28 de julho de 2013 às 17:40.

_____. *Nota pública sobre as declarações do Prefeito*. 2013d. Disponível em: <<http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/19/nota-publica-sobre-as-declaracoes-do-prefeito/>>. Acesso em 05 de setembro de 2013, às 16:20.

_____. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013e. p. 13 – 18.

O ESTADO DE S. PAULO. *No 5º e maior protesto, São Paulo não tem presos ou feridos*. Estadão. 18 de jun. de 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,no-5-e-maior-protesto-sao-paulo-nao-tem-presos-ou-feridos,1043615,0.htm>>. Acesso em 05 de setembro de 2013, às 18:10.

OLIVEIRA, Letícia de. “*Revolução Facebook*”: em que medidas as redes sociais na internet interferiram na deflagração da chamada Primavera Árabe? Universidade de Brasília, 2012. Disponível em: <http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/3804/1/2012_LeticiaOliveira.pdf>. Acesso em 30 de agosto de 2013, às 11:20.

PAPP, Anna Carolina. *Nas favelas, mais de 50% de internautas*. Estadão. 30 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,nas-favelas-mais--de-50-de-internautas-,1091256,0.htm>>. Acesso em 02 de novembro de 2013, às 18:30.

PASSA PALAVRA. *3º grande ato contra o aumento das passagens em São Paulo*. 13 de jun. de 2013. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2013/06/78994>>. Acesso em 06 de setembro de 2013, às 15:50.

PESCHANSKI, João Alexandre. In: HARVEY, David et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2012, p. 27 – 30.

_____. *O transporte público gratuito, uma utopia real*. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013. p. 59 – 63.

PIRES, Bruno. *Em uma semana, quatro protestos contra o aumento da tarifa em São Paulo*. Estadão. 13 de jun. de 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/em-uma-semana-quatro-protestos-contr-aumento-da-tarifa-em-sao-paulo,203763.htm>>. Acesso em 10 de setembro de 2013, às 14:30.

PRIMI, Lilian. A rede é para todos: manifestações de rua retratam os feeds das redes sociais em que se junta o falso e o real, o progressista e o reacionário. *Caros Amigos*, São Paulo, nº 196, p. 24-25, Junho de 2013.

PROJETO DONOS DA MÍDIA. Disponível em: <<http://donosdamidia.com.br>>. Acesso em 18 de outubro de 2013, às 16:15.

RAMONET, Ignacio. A explosão do jornalismo na era digital. In: MORAES, Dênis de; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. *Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação*. 1º Ed. São Paulo: Boitempo. Rio de Janeiro: FAPERJ. 2013a, p. 85 – 102.

_____. Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados? In: MORAES, Dênis de; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. *Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação*. 1º Ed. São Paulo: Boitempo. Rio de Janeiro: FAPERJ. 2013b, p. 53 – 70.

SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013. p. 95 – 100.

SÃO PAULO EM MOVIMENTO. Organização do transporte coletivo em São Paulo. 2013. Disponível em: <<http://www9.prefeitura.sp.gov.br/spMovimento/organizatransp/>>. Acesso em 28 de setembro de 2013, às 20:10.

SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013. p. 71 – 78.

SERRANO, Pascual. Democracia e liberdade de imprensa. In: MORAES, Dênis de; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. *Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação*. 1º Ed. São Paulo: Boitempo. Rio de Janeiro: FAPERJ. 2013a, p. 71 – 82.

_____. Outro jornalismo possível na internet. In: MORAES, Dênis de; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. *Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação*. 1º Ed. São Paulo: Boitempo. Rio de Janeiro: FAPERJ. 2013b, p. 145 -182.

SIMEONI, Gabriel. A tarefa é fortalecer as lutas sociais: jovens que organizaram os atos pelo passe livre falam sobre as maiores manifestações vistas no País. [Junho, 2013]. São Paulo: *Caros Amigos*. Entrevistas à Caros Amigos.

TERRA. *Evolução da tarifa de transporte em São Paulo*. Terra. 2013. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/noticias/infograficos/tarifas-metro-onibus-sp/>>. Acesso em 06 de setembro de 2013, às 10:20.

UOL. *Ato com 65 mil participantes fecha marginal Pinheiros, em SP, e chega ao Palácio dos Bandeirantes*. 2013a. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/17/ao-menos-5000-manifestantes-fecham-a-avenida-faria-lima-protesto-segue-em-direcao-a-paulista.htm>>. Acesso em 05 de setembro de 2013, às 17:15.

UOL. *Em dia de maior mobilização, protestos levam mais de 1 milhão de pessoas ÀS ruas no Brasil*. UOL. 2013b. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas->

noticias/2013/06/20/em-dia-de-maior-mobilizacao-protestos-levam-centenas-de-milhares-as-ruas-no-brasil.htm>. Acesso em 19 de setembro de 2013, às 10:30.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013. p. 35 - 40.

SITES CONSULTADOS

LUTA DO TRANSPORTE NO CAMPO LIMPO. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/Luta-do-transporte-no-Campo-Limpo/203254383169380?fref=ts>>. Acesso em 30 de outubro de 2013, às 18:30.

LUTA DO TRANSPORTE NO EXTREMO SUL. Disponível em: <<https://www.facebook.com/LutaTransporteExtremoSul>>. Acesso em 30 de outubro de 2013, às 10:40.

LUTA DO TRANSPORTE NA M BOI MIRIM. Disponível em: <<https://www.facebook.com/lutadotransportem.boimirim>>. Acesso em 30 de outubro de 2013, às 13:00.

LUTA DO TRANSPORTE EM SÃO MATEUS. Disponível em: <<https://www.facebook.com/lutatransportesaomateus>>. Acesso em 30 de outubro de 2013, às 16:00.

MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO. Disponível em: <<http://saopaulo.mpl.org.br/>>. Acesso em 30 de outubro de 2013, às 14:00.

PASSE LIVRE SÃO PAULO. Disponível: <em <https://www.facebook.com/passelivresp>>. Acesso em 30 de outubro de 2013, às 15:20.

ENTREVISTA

LUCA. Luca: depoimento [22 set. 2013]. São Paulo, SP. Entrevista concedida à Máira Ouriveis.

ANEXOS

Entrevista

1 – Gostaria que você esclarecesse por que o MPL disponibiliza apenas uma pessoa pra falar do assunto.

Luca: O MPL costuma designar mais de uma pessoa pra tratar do assunto quando tem necessidade, quando tem grandes demandas, por exemplo, entrevista em semana de Atos, movimentos tipo em Junho teve realmente muito mais do que uma pessoa pra falar dos mesmos assuntos que era a mobilização, mas normalmente a gente tem a versão que é a versão do movimento. As pessoas que a gente designa são porta-vozes da versão do Movimento, elas não tiram as coisas do além, o Movimento tem uma versão dele e as pessoas são apenas porta-vozes do que o Movimento decide, então, no fundo, tanto faz se é uma pessoa, ou duas pessoas, ou três pessoas pra repassar essa versão, pra “externalizar” essa versão. Então, o que acaba complicando é o desgaste pessoal dessas pessoas, que envolve toda uma dedicação, então costuma ser uma pessoa mesmo, quando possível, e quando necessário mais de uma.

2 – Gostaria que você esclarecesse os princípios do movimento e principalmente qual o motivo de o MPL ter escolhido focar na questão do transporte público e não ter levantado à bandeira da educação ou saúde?

Luca: O Movimento trabalha a questão do transporte público, porque ele surge a partir de uma demanda social pelo transporte público, ele surge a partir dessa demanda de jovens, inicialmente né, embora não seja um movimento de juventude, não é um movimento que se trata de pautas da juventude, mas sim ele surge de uma demanda de jovens por transporte, por locomoção, e por mobilidade urbana, por acesso à cidade. É por isso que é a problemática do transporte. Você tem outros movimentos que tratam, por exemplo, de moradia, surgiram dessa demanda, mas isso não quer dizer que eles sejam insensíveis, a gente se sensibiliza com a questão da saúde, da educação, a gente acha que tem muita coisa relacionada, com a questão do transporte e da saúde, a questão do acesso à saúde, o acesso ao transporte, o acesso à cidade, como elas se relacionam, quem pode ir pra uma consulta pública, por exemplo? Quem pode pagar a locomoção entre ela, entre a casa e o hospital. E a gente surge com essa temática, a partir dessa demanda, por isso que a gente foca no transporte. E, a partir de um

processo histórico, a gente tem a criação, a gente tem o desenvolvimento dos princípios. Você tem grupos em São Paulo que já trabalhavam o transporte antes de ter o Movimento Passe Livre nacionalmente, na federação nacional, mas a partir, por exemplo, da experiência da Revolta do Buzu em 2003 em Salvador, você tem toda uma revolta popular, estudantil e os representantes de uma organização de juventude eles dialogam com a Prefeitura em nome dessas pessoas, representando elas, surgem, por exemplo, alguns dos princípios do Movimento como, por exemplo, essa questão da autonomia, de você ter um Movimento falando por si próprio, ter alguém que seja, realmente, a voz. A gente não representa toda a população interessada no transporte, mas a gente representa o Movimento Passe Livre, porque a gente é o Movimento Passe Livre, parte do que representa *se pá*. E, por exemplo, a horizontalidade surgiu nessa preocupação de ter uma luta que seja realmente de todos e de todas, não seja só de algumas pessoas, não tenha dono, não tem dono, temos coisas concretas, não por disputa de poder ou disputa de quem oprime quem, quem que está no comando ou na liderança, na vanguarda, a gente não pensa nisso, nossa pauta é o transporte, a gente luta desse jeito porque a gente acha melhor assim pra gente. Tem outras organizações que lutam de outras formas? Tem, a gente reconhece elas, acham que elas existem, com certeza, mas a gente acha que elas têm a forma delas de se organizar, assim como a gente tem a nossa forma de se organizar e aí vem um dos princípios que é o apartidarismo, a gente tem essa questão. Pra gente não é ter essa luta melhor nesse sentido, pra ter a luta por pautas concretas, e não pensando em disputa de poder, disputa de cargos, de liderança, a gente não é vinculado a partido, a gente é autônomo, a gente não tem essa disputa. Por exemplo, em 2014 agora, a gente não vai apoiar candidato nenhum a eleição, a gente se importa com o transporte. Em 2012 a gente não apoiou ninguém, o transporte tava na pauta? Tava, mas o ponto era: a gente apoiava o candidato? Não, não era uma questão de candidato, individualmente cada um tem as questões dele, vota em quem quiser, tudo mais, questão do voto tal mas, como Movimento, a gente não se importa com eleição, a gente não pensa em ganhar o poder pra fazer a mudança, a gente pensa em já construir esse outro projeto de poder, esse outro mundo, conquistando as mudanças a partir de baixo, a partir da Organização de Base, na qual a gente se insere. E o apartidarismo ele vem assim, a gente não é controlado por desígnios externos, a gente defende o que o MPL defende porque a gente é a gente, a gente defende o que a gente defende, mas a gente também não é antipartidário, a gente não acha que os partidos não têm que existir, a gente acha que os partidos eles existem, eles se organizarem, se eles se somarem

à luta, maravilhoso, se eles não se somarem, tudo bem, a escolha é deles. A gente vai continuar no que é nosso, a escolha nossa, a auto-gestão da nossa luta.

3 – De uma maneira mais ampla podemos dizer que por meio de uma causa, no caso o transporte público, a crítica feita pelo MPL é à política das privatizações?

Luca: Com certeza a luta por um transporte público que seja realmente de direito, um transporte público que seja da população e pela população, não é que população trabalha nele e ela é excluída dos núcleos dele, excluída no processo decisório, é uma coisa da população que pensa num transporte que atenda às suas necessidades, ou seja, e aí como se insere às privatizações? Como se inserem às racionalizações que, às vezes, são promovidas em São Paulo, como se tem isso. A gente é contra as privatizações, a gente acha que o transporte não deve ser dividido pra ninguém, tem que servir para atender às necessidades das pessoas, a cidade ela tem que ser universal para todos, e que seja das pessoas, não pro lucro de muitos poucos em cima do esforço e da exclusão de muitos. Então por isso que a gente é contra as privatizações de uma maneira geral, a gente é contra também racionalizações que não são tão privatistas, cortar linhas e tudo mais, porque elas excluem às pessoas das cidades delas, elas alienam às pessoas desse processo decisório. Ao invés do transporte ser das pessoas, as pessoas com o suor delas, criam o lucro dos empresários.

(Mas de, alguma forma, é contra o projeto político neoliberal?)

Com certeza, porque o projeto de política neoliberal é só pegar os serviços públicos, que deveriam ser públicos, que deveriam ser direitos, e transformar em mercadorias. Transformar cada vez mais em mercadorias, mais abertamente, mas também se tivesse um burocrata em cima mandando em tudo, a gente ia ser contra também. Não é questão de ser neoliberal ou neodesenvolvimentista, nosso modelo é outro modelo, é outro mundo, é o modelo dos usuários, e não de alguns em cima que controlam.

4 – Focando nas manifestações, vocês traçam algum paralelo entre os movimentos internacionais (o Occupy, a Primavera Árabe e os Indignados espanhóis, por exemplo) e o Junho de 2013 brasileiro?

Luca: Acho que a questão de junho, aqui no Brasil, especificamente São Paulo eu vou falar, ela vem muito da problemática da questão urbana, a questão urbana em São Paulo ela é muito complicada, ela é muito profunda, ela é profundamente importante, é uma cidade de 12 milhões de habitantes em que você tem um deslocamento diário de mais de 6 milhões deles pro trabalho, das moradias pro trabalho, tem uma questão muito forte no transporte,. Boa parte da população, a Prefeitura que fez essa pesquisa é da SPTRANS quando eles queriam implementar às televisões nos ônibus, a questão deles era assim: “Seu usuário, seu consumidor, fica mais de 2 horas assistindo você” por que então o cara vai ficar mais de duas horas no ônibus. É muito tempo, é quase 10% do dia. A problemática é: o transporte intermedia o acesso à cidade, da moradia pra todo o resto: pra lazer, pra educação, pra saúde, então é uma questão muito importante, é uma questão estrutural na vida urbana, o transporte que possibilita a vida urbana. E na questão urbana da cidade de São Paulo tem-se essa tensão muito grande, esse problema urbano de São Paulo, e acho que é daí que surge Junho. Junho não surge por outros Outubros, por outras Primaveras, por outros lugares, ele surge porque São Paulo tem essa questão urbana e a questão urbana é também presente em outras cidades, tem outras problemáticas em outras cidades no Brasil, e por isso, que se torna uma questão Nacional, não é porque, do nada, alguém decidiu nacionalizar, não é porque tem outras questões internacionais, porque tem a Praça na Turquia, tem a Guerra na Síria, é porque tem uma questão concreta no Brasil e em São Paulo, e é dessa questão concreta, desses problemas concretos, que surgem essas lutas, principalmente em São Paulo.

5 – Historicamente, desde o surgimento do Movimento, quais são os meios utilizados para divulgar a causa e os atos para que se tornem de conhecimento popular, já que na carta de princípios já consta o uso de mídias alternativas?

Luca: A gente busca ser dono da própria luta, a nossa comunicação é feita por nós mesmos, a gente não vai esperar que a Globo faça a cobertura do nosso ato, isso nacionalmente, e a gente não vai esperar que a divulgação do nosso ato saia na Folha de São Paulo, então como que a gente faz, das mais diversas maneiras, das mais diversas táticas, a gente faz essa divulgação, e aí vale o quê? Vale internet? Vale. Vale evento no Facebook? Vale, mas a gente existia antes do Facebook existir. Vale comunidade no Orkut? Vale, mas tudo isso aí vem antes das coisas tomarem uma proporção muito grande no Brasil, então isso vem de antes, vai do boca-a-boca,

de eventos, de discussões, de debates, vai de panfletagens, de colagem de lambes, de cartazes, tem as mais diversas maneiras para que a gente consiga, que a gente possa, porque a gente tem a questão financeira. O financeiro é muito forte, boa parte da nossa estética ela é em preto e branco hoje em dia porque a gente não tem dinheiro pra rodar panfleto colorido, a gente não tem tempo pra fazer mil atos, então a gente faz isso porque é o que dá. A gente busca ser dono da própria comunicação, a gente tem a nossa página nos meios, a gente tem o nosso site, é lá que a gente informa a nossa versão, porque não é confiável, a gente entende que tem uma disputa política e nessa disputa política tem gente que se utiliza dos mais diversos meios pra fortalecer seu lado, então é isso, a manifestação é sobre transporte, boa parte das pessoas que estão lá sabe que é pro transporte, tá lá pelo transporte, mas mesmo assim vai sair outra coisa no jornal. Mesmo assim vai sair outra versão.

6 – Como o Movimento enxerga a relação entre os movimentos sociais e a mídia oficial atualmente no Brasil?

Luca: A gente se insere nesse contexto geral dos movimentos sociais, os movimentos sociais fazendo essa disputa política de um lado o lucro, de um lado o poder a todos e do outro lado o poder pra poucos e a exclusão do resto, os movimentos sociais fazem essa batalha, se insere nessa luta, MPL, MST, MTST. Ao longo do Brasil você tem eles fazendo essa luta, como é que acontece? Os meios de comunicação eles não são neutros, eles escolhem um lado e não existe neutralidade na informação, não existe neutralidade quando você escolhe noticiar um fato e não outro, quando você escolhe uma forma e não outra, então a gente sabe muito bem, pelo menos a gente tem essa noção, a gente sabe que a gente tem que fazer a nossa comunicação, se não for a gente pra fazer, quem que vai fazer? Ninguém vai fazer, vai ser feita de outra forma, e os movimentos sociais, de uma forma mais ampla no Brasil, às vezes acho que eles não têm muito essa preocupação, acho que agora até tem um pouco mais essa cultura de ser o próprio comentarista, de ser a mídia, que vem um pouco de ter um contexto político muito próprio, ela surge anti-globalização em 2000. Mas às vezes têm essa confiança nos meios de grande informação, nos meios de mídia, como se eles fossem neutros, como se não tivesse nem uma parzinhos de editorial que é a opinião do veículo, eles não são neutros e a gente sabe disso.

7 – Como o Movimento enxerga a atuação da mídia alternativa (Pós TV, Mídia Ninja, ou mesmo os manifestantes que individualmente divulgaram materiais sobre as manifestações, vídeos, textos e relatos)?

Luca: Acho que mídia alternativa, a gente pode pensar, tem diversos tipos de mídia alternativa. Mídia alternativa é o que não é os grandes meios de comunicação Folha, Estado, Globo, que legal. Mas dentro desse grupo de mídia alternativa é muito diverso, você tem o Pós-Tv, a Mídia Ninja que são coisas relacionadas todas com o Fora-do-Eixo, eles têm uma situação política, um projeto político por trás, e eles têm toda uma problemática interna que não sei, eu classificaria mais como uma pequena empresa, do que como um movimento social, um movimento de mídia. A gente acha que eles [mídia alternativa] tiveram um papel em outros movimentos, que os próprios manifestantes noticiando, no Facebook, tirando foto, colocando vídeo no Youtube, noticiando pras pessoas, falando “tirei a foto aqui, olha a bala de borracha que eu tomei”, “olha esse cara, como é que ele tá”, “tô aqui na delegacia há ‘x’ horas” Eles têm um papel muito importante na informação, quanto mais gente falando... A gente acha que grande parte do tamanho que toma é porque a maioria das pessoas se apropriaram disso e elas se tornam sujeitos também da luta, quanto mais gente lutando melhor. O MPL não é a única organização que tá nessa luta e nem quer ser. Gente que tá lutando pelo transporte e não tá no MPL, maravilha. Gente que tá na manifestação e tá fazendo a notícia, não precisa ser uma página oficial do Facebook, do MPL, do Passe Livre São Paulo pra ter uma relevância na importância da luta, é isso. Teve uma importância muito grande em desmistificar e deslegitimar uma versão que estava sendo mantida pela mídia, ou seja, tem essa coisa que chega uma hora que a mídia não sustenta mais a versão que o Governo diz, que os Governos dizem, que os empresários afirmam, que a mídia afirma não se sustenta mais. As pessoas sabem o que é o aumento da tarifa, sabem porque elas estão nas ruas e isso se deve a uma coisa só: as próprias pessoas estão nessa luta, não se deve à mídia nem a tudo mais.

8 – Os atos chamados pelo MPL em Junho deste ano foram gradativamente ganhando mais força e adesão popular. O que vocês acham que estimulou as pessoas a aderirem aos atos, sendo que os primeiros tinham muito menos gente que os últimos?

Luca: Acho que tem dois momentos. Aliás, acho que tem vários aumentos na luta contra o aumento de 2013, momentos particulares. Tem uma posição da mídia, muito clara, até o dia 13, incluindo o dia 13, incluindo a edição da manhã do dia 13, então você tem esse primeiro momento. Nesse primeiro momento você tem o Primeiro Ato, que era muito grande, do tamanho de um dos maiores atos desde 2011 que foi a última luta contra o aumento, então você já tem uma maior informação, já tem uma maior legitimidade de lutar, de desnaturalizar o aumento da passagem e de desnaturalizar o transporte como mercadoria, você tem essa luta como legítima, o pessoal tá falando assim: “O transporte tem que ser direito, é minha cidade, é meu transporte, eu deveria poder usar do jeito que eu bem entender e decidir sobre ele”, então, você tem, cada vez mais, as pessoas tendo essa posição, acho que isso é um processo histórico e talvez o MPL tenha alguma parte nisso, eu acho que tem, algo em torno dele e aí você chega nos cinco mil, mais ou menos, o que tinha no primeiro ato. E aí vai aumentando, por quê? Porque as pessoas têm essa apropriação cada vez mais, tem essa legitimidade do transporte ser um direito, e por mais que isso é uma construção da mídia: de ser uma coisa ilegítima, cada vez mais as pessoas vão se apoderando e vão refletindo, elas próprias sendo cada vez mais os sujeitos dessa luta. E vai aumentando, não sei talvez em grande parte por causa da repressão que dá uma questão midiática, a radicalidade dá uma questão midiática, não sei, acho que as pessoas se apropriaram da luta e isso faz com que elas se interessem mais em lutar, não é nenhum burocrata que tá vindo de um cargo depois pra falar a verdade, pra falar o que as pessoas achavam, as pessoas estavam na rua, por uma coisa em comum, e porque elas concordavam, a luta era de todos, e não só de um grupo, e não só de uma dirigência, de uma vanguarda, isso dá uma força muito maior e permite ela expandir. Aí o cara no dia seguinte fala: “fui no protesto ontem, e era um monte de usuário, que nem eu e você, que nem e você e esse ônibus lotado que tava aí lutando”, “pô, pode crer, então vou ver se no próximo eu consigo ir”, e ganha essa legitimidade, esse apoio social, e aí depois dessa legitimidade, a mídia não consegue manter o discurso dela condenatório, aí ao invés dela isolar, ela tenta cooptar, ela tenta trazer pra dentro dela, pro jogo dela, pras pautas dela a mobilização, e ela não tem sucesso, tanto que ela tenta ao máximo e ao máximo, mas passa uma enquete no maior dos dias, no dia 17 que é segunda, e a própria Folha que faz essa

enquete e 80% das pessoas estavam lá contra o aumento da tarifa e pela tarifa zero, a questão é só o transporte, o que dá muita gente. 80% de todo aquele dia 17 - e tinha muito mais que 35 mil pessoas, muito mais que 100 mil - é muita gente. Enfim, o que leva as pessoas pras ruas esse momento é, em grande parte a pauta, mas há muitas pessoas que estão lá por outros motivos, mas aí fica mais complicado, não consigo entender esses motivos. Então acho que é mais por uma disputa de poder e, talvez, por manifestar uma indignação, uma revolta, meio que “não se sabe com o quê”, meio que “não se sabe com quem”, e aí permite-se levar assim. Mas, até o primeiro momento, é uma coisa bem forte o transporte, das pessoas estarem se apoderando dessa luta delas.

(Mas você acha que a mídia oficial ajudou? Ajudaram de alguma forma na construção?)

Olha, eles ajudam atrapalhando, só se for, porque eles evidenciam, cada vez mais, de que lado os interesses estão, de que lado estão os projetos. Isso até o dia 13 eles escancaram mais essa divisão, e a partir do dia 13, eles ajudam a divulgar. Teve atos nossos em capa de jornal, então acho que isso é inegável, que eles ajudam a levar muitas outras pessoas, e muitas dessas pessoas tenham ido contra o aumento da tarifa também, mas eles têm os interesses próprios nessa divulgação. Por mais que tenham auxiliado, não acho que tenham sido fundamentais não. Por mais que tenham auxiliado de uma maneira meio torta, acho que com certeza não era pelo aumento da tarifa. A Folha nunca defendeu Tarifa Zero, nem nada, e se defender vai ser uma questão complicada, aliás o que você está me fazendo é uma questão complicada também.

9 – E o uso da internet? Você acha que qual foi o peso dela nessa construção? E se ela pode de alguma maneira ter atrapalhado, principalmente na questão da perda do foco nas manifestações?

Luca: Acho que a internet é uma ferramenta, a gente tem em vista que a internet, como qualquer meio de comunicação, como o jornal, como a panfletagem, é uma ferramenta, sendo uma ferramenta, ela pode ter características que auxiliam em algumas coisas ou não, mas ela atende a interesses, você instrumentaliza, a ferramenta é um instrumento, algo que alguém utiliza, ou seja, o que você tem nisso, a internet serve pra facilitar golpe de pauta? Serve. Ela serve pra evitar golpe de pauta? Também. Ela serve pros interesses das pessoas. Acho que ela

ajuda a popularizar, ajuda a divulgar, mas ela não é a única das coisas, tem manifestação com 5 mil pessoas antes de ter o Facebook tão forte. Esse uso da internet é forte, mas ele não fundamental, não é por causa da internet, é por causa das pessoas, a internet serve pras pessoas, não ao contrário.

10 – E das ferramentas que o MPL faz uso na internet (o site do Movimento, redes sociais, e-mails), qual vocês destacam como de maior relevância? Mesmo em épocas de menor agitação, sem grandes atos.

Luca: O Facebook ele tem uma força muito grande em alguns aspectos, em outros aspectos o Youtube tem uma função muito importante pra sinalizar as agressões policiais. O CMI [Centro de Mídia Independente] tem essa função histórica de servir como agregador dessas mídias, dos blogs e tudo mais. Tumblr agora teve para mostrar as fotos. Eles têm essa importância sim, das pessoas mostrarem, terem acesso a essa possibilidade, mas assim duvido que... Se não tivesse internet ainda ia ter Junho, se não tivesse o evento no Facebook para convidar os amigos, iriam mandar mensagens de celular pra eles, ou ia chegar no trabalho e falar pra eles, se não tivesse Tumblr pra mostrar as fotinhos, você ia chegar lá, arregaçar a calça da perna e mostrar a porra da bala de borracha, ou você ia chegar no trabalho e o cara ia ver sua cara, o jeito que ela tava. É isso, tem sua importância, mas tem seus limites e contextualizar isso, abre um caminho pra uma coisa muito complicada, como se não fosse uma questão das pessoas lutando, como se as mídias fossem os instrumentos mobilizatórios, não é isso, tá longe disso. Tanto que o Primeiro Ato, ele é constituído na prática, ele é constituído a partir das panfletagens dos alunos nas escolas deles, de alunos falando assim: “É isso aí, é contra o aumento da passagem, a gente vai fazer um ato agora, a gente vai fazer um ato semana que vem.” A gente fala que beleza, a gente ajuda a organizar. Então é o que? É o MPL com os alunos da Armando Marquetti, organizando o ato contra o aumento da passagem em Pirituba, no Centro, na Zona Sul, e aí essas pessoas percebem “É isso, é necessário lutar” e vão tomando essa coisa nas mãos delas. E não é Facebook que tinha nesses atos, não tinha página na Folha pra esses atos, era uma coisa das pessoas na prática dizendo “é isso aí que tem que ser feito, essa luta” e a população adere a isso, tem um grande apoio.

11 – E o uso que o MPL faz da internet? Os sites que vocês têm, perfis nas redes sociais, lista de e-mails? Qual vocês destacam de maior relevância, mesmo em épocas de menor agitação, não só em Junho?

Luca: Acho que todos eles têm suas importâncias e suas limitações. O Facebook ele atinge um público muito maior agora, ele cresceu absurdamente na luta conta o aumento. A gente tinha 10 mil “curtidas”, agora a gente tem 300 mil, então é um público muito maior, muito mais diverso. Ele tem suas particularidades. O evento do Facebook ajuda pra algumas coisas e pra algumas coisas a gente usa isso aí, pra chamar pra Ato, compartilhar fotos, por exemplo. Mas o site é alguma coisa que a gente é dono, o Facebook é do Facebook, a gente tem nosso perfil, mas ele que é dono, ele que lucra com isso, se um dia chegar a CIA e falar pra eles assim: “Entrega aí os moleques do MPL que estão administrando a página”, vão entregar os moleques do MPL que estão administrando a página. Já o nosso site, a gente tem o nosso controle mais forte, a gente passa a nossa versão, as nossas notas, as nossas chamadas e tudo mais. Tem menos acessos? Tem, acho que deve ter, eu não sei direito quais são os acessos do site, mas tem suas características que possibilitam isso . A gente coloca vídeo no Youtube? Não muito, a gente usa pouco o Youtube. A gente tem tentado usar agora mais *livestreaming* com ajuda de outros coletivos de mídia alternativa, de mídia independente que tem esse debate já feito. CMI, Passa-Palavra, Ação Direta de Vídeo Popular, Mídia Negra são muitos coletivos que apoiam a gente nisso. A lista de e-mails, por exemplo, a gente tem uma lista de e-mails que é pra contato interno, ela serve pra contato interno. Se tiver alguém lá que não é do MPL São Paulo é uma brecha de segurança, é uma coisa que não é pra acontecer. Se a gente quer chamar pra um Ato, a gente não vai chamar na lista interna. Na lista interna já vai tá todo mundo sabendo por que é um Ato nosso, a gente vai tá organizando, vai ter mil “trampos” pra fazer, mas se é pra chamar um Ato, a gente chama pra mais pessoas, mas como? Por Facebook, por exemplo.

12 - E na comunicação interna vocês usam mais lista de e-mails, mas utilizam outras ferramentas? O que vocês usam para dialogar com outros movimentos sociais?

Luca: Na comunicação interna, a gente usa bastante a lista de e-mails do Riseup, que é um servidor seguro. A gente tem um grupo também no We do Riseup, é tipo uma ferramenta

social, a gente não usa tanto pra comunicação, mas para arquivo. A gente usa as coisas mais tradicionais, a gente usa Facebook pra falar assim “Me dá um toque aí” “Então, vem pra cá”. A gente usa celular bastante também. Com os outros grupos a gente usa e-mail, mas realmente os movimentos sociais não têm essa tradição de usar nem um “Riseupezinho”, a gente não usa o Riseup como ele mereceria (pesquisa ele, é importante, é bem legal, é um servidor seguro, é pra movimentos sociais) e os outros movimentos não têm, tipo o pessoal do MTST usa Hotmail, os caras são loucos de usar isso, é muito inseguro, então a gente usa essas coisas inseguras para falar com eles de algumas coisas. E a gente usa, principalmente, celular e reunião pra conversar pessoalmente, e qualquer coisa, se a gente precisa falar alguma coisa, coisas que a gente não pode correr o risco de ser grampeado, então a gente vai em outros lugares inabituais, toma uma certa medida de segurança. A comunicação interna é bem relacionada com a segurança. A externa, como “publicizar” um Ato, rola umas questões de segurança, a gente não “publiciza” um Ato nunca pelo perfil do pessoal porque a gente não é idiota, é uma quebra de segurança muito absurda. A gente já tem muita exposição de alguns militantes, como figura pública, a gente tem que cuidar pra isso não ser um problema pra eles, pra vida pessoal deles. E é problema, tipo um “loucão reaçã” querer dar uns tiros na gente, isso não é uma coisa impossível de acontecer no Brasil, dá pra gente perder mais de duas mãos com o número de lideranças do MST que foram mortas, assassinadas, então a comunicação interna tem essa preocupação com a segurança, externa nem tanto, mas um pouco.

13 – Quem são essas pessoas que são consideradas do MPL?

Luca: O MPL é um coletivo que não é aberto, a gente – às vezes – tem reunião aberta, e pra participar do coletivo é necessário, [por exemplo], ir nessas reuniões abertas, ai vai lá e conversa com o pessoal do MPL, a gente vai sinalizando isso, porque a gente tem essa noção também que não dá pra entrar “qualquer malucão da vida”, ainda mais agora, depois de Junho, que o que deve ter de P2 doido pra entrar. Mas a entrada na lista de e-mails, todo mundo que é do MPL tá na lista de e-mails então não se cria uma instância diferente de deliberação e de formação, é a mesma instância, é outra coisa, é uma plataforma virtual: é uma outra plataforma? É. Uma reunião Municipal, por exemplo, só as pessoas do movimento têm acesso. É que nem uma Reunião Municipal. Se vem um cara de fora numa reunião

Municipal, isso vai criar um problema é um problema de segurança. A gente se preocupa porque a gente sabe que a vida não é só rosas, não é só Dilma.

14 – Há alguma pessoa ou comissão responsável por alimentar o site e os perfis do Movimento?

Luca: Pra descentralizar e aliviar um pouco o trabalho das pessoas, a gente criou comissões dentro do Movimento. Tem a Comissão de Comunicação que é responsável por alimentar os perfis e fazer essa gestão dos meios, dos e-mails também que também é uma ferramenta que a gente usa e essa Comissão não é uma coisa muito técnica, a gente não contrata profissionais de informação e analistas de mídias sociais, não. É o pessoal que tem mais disponibilidade, que tem mais interesse, que sabe mexer nos software de diagramação, de edição de vídeos, eles acabam fazendo esses “tramos” e ensinando esses “tramos” pra não ficar centralizado neles. Então é isso, tem uma Comissão responsável que é a Comissão de Comunicação, ela que faz essa interface, mas ela não decide o discurso também, ela meio que operacionaliza, é meio que porta-voz: a gente decide a linha, o Movimento decide a linha, e a Comissão de Comunicação fala “beleza, então a gente faz o material dessa linha” que as próprias pessoas da Comissão de Comunicação ajudaram a compor, não é uma coisa terceirizada, a gente não chega e fala: “Essa gestão é dessa pessoa”

(E quantas pessoas mais ou menos são nessa comissão?)

Varia muito por que, por exemplo, pra alimentar o Facebook você tem que ter gente que posta lá às vezes, gente que posta mais, enfim a Comissão de Comunicação toda que é responsável por produzir vídeo, produzir material infográfico, produzir essas coisas, a gente tem em torno de 20 pessoas. São 20 pessoas e uma dessas pessoas só faz arte, mas se você pedir para fazer um infográfico ela faz o infográfico, mas se ela não tem disponibilidade, possibilidade, sabe? Ela trabalha a semana inteira e não consegue ficar postando toda hora do trabalho no Facebook, então ela faz o que dá. Mas é isso: tem, mais ou menos, umas 20 pessoas.

(E essas pessoas da comunicação também são responsáveis por dar entrevistas?)

Não, as pessoas da Comissão de Comunicação são responsáveis por produzir conteúdo, administrar os contatos virtuais e basicamente é isso: produzir conteúdo e administrar. A

gente destaca figuras públicas, e essas figuras públicas são porta-vozes do Movimento. É o que falei no começo: tem a ver o que o Movimento tira, a deliberação do Movimento como organização e as pessoas só levam essa voz adiante, elas são porta-vozes, elas não decidem pelo Movimento. A gente tem a deliberação dessas pessoas e é uma coisa rotativa e varia, por exemplo, tem gente nessa ação que a gente tá fazendo contra o Ben-Hur e o Alckmin, então são essas pessoas que estão mais por dentro, essas pessoas são os contatos. E a gente tem essa coisa das figuras públicas “Quem vai falar com a Dilma” “quem vai fazer isso”. As figuras públicas são designadas pra gente ter esse controle de quem tá falando pelo Movimento, o Movimento tá bem e quem tá falando por ele, e, ao mesmo tempo, tem uma preocupação de segurança. A gente se preocupa com a segurança do nosso militante.

15 – Você disse que o conteúdo que vai ser postado é decidido em reuniões, assembléias...

Luca: A gente tem reuniões, o Movimento tem reuniões municipais, reuniões de São Paulo e, normalmente em alguns casos, a gente tira coisas mais “linhas”, a gente não decide palavra por palavra, a gente pensa assim “A gente vai fazer uma postagem sobre..”, “Ah não! A gente precisa de um vídeo que fale sobre remuneração do passageiro” aí a Comissão de Comunicação fala assim “Pode crer”, o responsável por fazer isso, por operacionalizar é a Comissão de Comunicação, ela faz isso daí, ela operacionaliza mesmo, não é tão definido assim, senão fica muito inviável. Se todo Movimento precisasse, a cada “demandinha”, “cada coisinha” ficar fazendo reuniões semanais pra ficar discutindo postagem...

16 – Nas redes sociais, o MPL costuma apenas postar ou interage com usuários, responde comentários, etc?

Luca: A gente usa mais para postagem, o volume é muito grande. Seria muito legal fazer diálogo com as pessoas, com os usuários, com quem comenta. Depois de Junho o perfil de quem comenta tem sido muito complicado. Tem gente que comenta... A gente não censura ninguém, tem poucos banidos do Facebook, das mídias sociais, por exemplo. A gente tem banido porque eles ficam xingando outros usuários, ficam xingando, fazendo propaganda de produtos, não é pra porra de uma rede social né? Então a gente não tem tanta interação com as

pessoas que comentam nas mídias sociais, a gente usa mais pra postagem, a gente nem tem essa capacidade de interação propriamente, a gente não tem tanta perna não é uma demanda muito grande agora.

17 – O Movimento faz um acompanhamento do número de acesso a suas páginas e perfis?

Luca: A gente faz um acompanhamento bem por cima, no Facebook a gente faz um acompanhamento de quantas visualizações têm, mas nada muito detalhado, a gente não se pauta em quantos acessos vai ter. “Teve muito compartilhamento?” “Ah, legal! Deu pras pessoas entenderem”. A gente vai fazer a discussão técnica? A remuneração por passageiros? O negócio é bem técnico assim. Quanto as empresas recebem? Então, se tem pouco acesso, pouca visualização, a gente pensa talvez a gente errou a mão. Rola um pouquinho de acompanhamento sim.

(Então isso é um pouco determinante pra maneira como vocês vão seguir depois? Uma questão mais estratégica?)

É uma questão, acho, mais operacional, mais tática mesmo: será que a gente vai fazer um Tratado Teórico, uma nota de seis páginas falando sobre a remuneração por passageiro, ou vai soltar um desenho resumindo isso. Qual que dá mais certo? A gente que fazer o quê? Quer falar pras pessoas que é isso: a gente não quer que as coisas virem mercadoria. Então, como a gente faz isso? A gente quer esse feedback pra ver se as pessoas entenderam. A gente não quer falar pra parede, não quer falar pra nós mesmos. Então, é importante pra saber o que a gente tá fazendo, na mídia social não dá pra perguntar assim: “e aí gente, o que vocês acharam?”. Eu posso explicar pra você a remuneração por passageiro, aí no final você pode fazer uma cara assim: “Mano, que porra que esse moleque falou na última meia hora?” aí você pensa e fala: “Nada”. Aí vou tentar explicar de um jeito que você entenda. A gente tem esse diálogo assim, mas bem operacional mesmo.

(Mas vocês, de Junho de 2012 a Junho de 2013, vocês repararam um aumento no número de acessos, de curtidas?)

Muito, aumentou muito o número, só pensando no Facebook, o número de acessos com a luta de 2013, a luta contra o aumento e a proporção que ela tomou e tudo mais, tem um pulo de 10 mil curtidas no Facebook para 300 mil, 295 mil, atualmente, então tem um grande volume de acessos sim. Agora, no pico, a gente tem atualmente a gente tem visualização de 290 mil pessoas, no pico da luta contra o aumento, no final dela, dia 19, a gente tinha, aproximadamente, 8 a 10 milhões, teve um crescimento muito grande. Você vai pegar os eventos [no Facebook] que o MPL tinha criado, a Semana de luta pelo Passe Livre de 26 outubro de 2012... A nossa atividade de apresentação do MPL, que a gente fez logo depois da luta contra o aumento, tinha mais confirmados [no Facebook], sabe? É um negócio que atinge uma proporção meio irreal também, não são 295 mil pessoas que são do Passe Livre, nem que adoram o Passe Livre, nem nada, são 295 mil pessoas que curtem a página, é isso. É tudo isso que significa. E isso aí tem todas as problemáticas, não são essas pessoas que acham importante fazer a discussão dos transportes, são pessoas que curtem a página, a gente tem noção disso, é muito importante ter essa noção.

18 – Quais as limitações o MPL enxerga em relação ao uso da internet para a construção dos movimentos, em especial num país com as dimensões e as características socioeconômicas como o Brasil?

Luca: Com certeza, eu ia até responder isso: “Quais são as possibilidades da internet em uma país que o acesso da internet é muito limitado?” Você atinge só uma parte da população, talvez seja importante pra essa parte da população, seja uma boa estratégia para atingir essa parte da população. Porque agora tem um pouco mais de crescimento econômico de umas certas camadas, da popularização de acesso à internet, então você diminui assim, mas é aquela velha história, aquele velho mito... um dia fizeram uma pesquisa de apoio eleitoral nos Estados Unidos entre 2 presidentes, só que fizeram-na pelo telefone só que só tinha acesso ao telefone quem era rico, então o resultado foi o outro, o resultado da eleição no mundo real foi completamente distinto. Então a gente tem essa noção, a gente pode ter 20 milhões de curtidas, mas no fundo o que importa mesmo não é internet, a internet faz parte da vida, mas o que importa é o mundo concreto, o que importa é a gente fazer atividade no terminal. Onde estão as pessoas que usam ônibus: mais na internet ou mais no terminal de ônibus? A gente sempre tem que pensar pra atingir. Será que é mais proveitoso a gente fazer na internet ou a

gente fazer uma panfletagem? A gente, muitas vezes, acha mais vantajoso fazer a panfletagem. Internet é muito esse domínio do espetáculo, de um mundo muito irreal, muito inatingível, muito limitado, considerando as dimensões do país, de São Paulo e o contexto socioeconômico será que vale a pena se pautar pela internet? Será que vale a pena se pautar pelo espetáculo? A gente acha que não. Acha que vale mais a pena se pautar pelo mundo concreto, pelo mundo que não tá aparecendo nas notificações do dia-a-dia, pelo mundo que não vai ser compartilhado 20 milhões de vezes no Facebook, e sim pelo mundo que as pessoas enfrentam todo dia, pelo passinho pra trás que as pessoas tem que dar, todo dia, pra caber nos ônibus, pelo sufoco, pelas cotoveladas, pelos apertos que elas tem que dar no trem pra entrar nele. A gente prefere se pautar por isso do que por questões tão espetaculares. Nossa luta sempre foi e sempre vai ser pelo mundo concreto, essa coisa da vida real, dura, e de acordo com ela que a gente vai se pautar. Será que Internet é um meio bom de atingir ela? Tem suas limitações, muitas, muitas mesmo. Então não é o que faz Junho ter o aspecto que teve, porque Junho tem muito mais de concreto do que se espetacular. Em algum momento tem de espetacular, mas tem muito mais de concreto ao longo dos problemas. Como a gente acha que vai construir a luta? A luta vai ser construída no dia-a-dia, no chão, na base, e não por Facebook. A gente não tem tempo tipo pra Dilma, a gente não acha que vai ter que conquistar espaço no jornais pra um dia fazer alguma mudança, a gente vai fazer a mudança e os jornais que se lixem. Um dia, uma hora, eles vão ter que se ligar que o mundo lá fora tá acontecendo uma revolta e tão achando que tudo é badernagem, e pra ele é tudo badernagem.

19 – Foi em Porto Alegre que o Movimento foi fundado, oficialmente, após outras revoltas pelo país, defendendo a tarifa zero estudantil. E no mesmo ano foi criado o comitê em São Paulo, certo? Por que, posteriormente, o MPL decidiu mudar sua bandeira de passe livre estudantil para passe livre irrestrito?

Luca: Na verdade é um pouco antes. Em 2004 é o Comitê de São Paulo e ele é anterior ao Passe Livre nacional que é 2005, o MPL nacionalmente e a primeira defesa era do Passe Livre estudantil, só que ao longo dos anos, historicamente vai tendo um acumulo, vai tendo uma percepção que é algo muito mais que pra estudante, o direito à cidade não é só pra quem estuda, pra quem é desempregado. Beleza essas pessoas estão numa situação mais complicada às vezes, talvez isso justifique uma meia passagem, mas não: transporte tem que ser direito

pra todo mundo. Tem que ser direito pro pai que trabalha, pro filho que estuda, pra mãe que trabalha também, ou às vezes não trabalha porque tem essa relação de merda da sociedade de trabalho, mas enfim, é direito pra todo mundo, não é direito só pra você ir estudar. O Passe Livre estudantil quando implementando também tem muitas limitações. Vamos pensar em Brasília que tinha Passe Livre estudantil. Era uma passagem num tempo limitado e com limite também por valor, ou seja, era um numero limitado de passagens num tempo limitado do dia, era só pra você estudar, e a vida não se resume em só você estudar, nem inverter, vale transporte não tem que ser só pra você trabalhar, ele tem que ser um direito pra sua vida, ter direito de ir no lazer, tem que ter a possibilidade de ir no hospital e essa é a limitação da defesa do vale transporte, da defesa do Passe Livre estudantil, e é por isso que a gente defende algo maior, ainda mais depois de Junho, o caminho, o objetivo é único e claro: Tarifa Zero Universal. “Cabô”.

(Quando o MPL abandonou a bandeira do Passe Livre estudantil pro Passe Livre universal?)

Em 2006 foi o último Encontro Nacional do MPL e no Encontro é que tem essas possibilidades de tirar os princípios nacionais, de mudá-los, e, nesse momento, ainda não foi discutido a retirada do Passe Livre estudantil. Mas, agora em 2013, a gente vai ter o Encontro Nacional e uma questão que vai ser discutida é isso: Passe Livre estudantil pra quê? A gente não quer mais Passe Livre estudantil, a gente quer Tarifa Zero. E não sei, só sei que o momento histórico, talvez alguns coletivos nacionalmente comecem antes, alguns coletivos vem depois, não é uma discussão de vanguarda, nem nada, é algo temporal mesmo, só isso. Mas não sei precisar exatamente, não tenho registros.

20 – Uma última dúvida, só para esclarecimento. O MPL é formado por um pacto federativo e composto por coletivos estaduais?

Luca: Mais municipais [os coletivos]. Eles são coletivos, por exemplo... Se a Federação, o MPL Nacional... Os coletivos seja municipais, seja regionais, tem uma certa autonomia de pautar suas coisas, de pautar a forma como vai se dar a luta, a gente tem cobrado autonomia

nesse sentido. Mas tem os princípios, pra seguir o MPL você tem que seguir esse princípios, você tem que ter acordo com esse princípios nacionalmente, então não vai ter um MPL que é vertical, não vai ter um MPL que seja, por exemplo, o Movimento Passe Livre Amapá é um braço da Organização Juventude... Tipo ele vai ser autônomo. Essa Federação tem esses princípios básicos e depois tem as questões mais pontuais, mais conjunturais de cada lugar. Não adianta, por exemplo, pra São Paulo faz sentido falar da remuneração por passageiro porque aqui é assim, mas lá em Goiânia não é assim, não é a mesma questão pontual, não é a mesma questão estrutural. Ai cada coletivo tem essa autonomia de pautar sua luta.

(E o Encontro Nacional é o momento de encontro pra tratar de...)

Sim, é a hora de encontro, de discussão, e às vezes ele tem um caráter deliberativo, mas dessas questões do MPL Nacional. É um momento muito interessante pro MPL como organização nacional, não São Paulo, porque a gente ganha uma relevância nacional, é um bom momento pra se pensar. Sempre foi um bom momento, mas agora talvez a gente tenha perna, possibilidades de pensar em políticas a nível nacional, em pensar em políticas a nível estadual, além do nível municipal que a gente tem como forte. É um momento interessante pra articular essas coisas. Muito louco isso.